



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
Linha de pesquisa: “Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais”.

ALMIR CLÁUDIO DE FARIAS

**ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR: A
PLURIATIVIDADE NO MUNICÍPIO DE ASSUNÇÃO (PB)**

Campina Grande - PB
2016

ALMIR CLÁUDIO DE FARIAS

**ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR: A
PLURIATIVIDADE NO MUNICÍPIO DE ASSUNÇÃO (PB)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) como requisito à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora Prof.^a Dr.^a. Nerize Ramos Laurentino

Campina Grande - PB
2016

F224e Farias, Almir Cláudio de.

Estratégias de reprodução social da agricultura familiar
[manuscrito] : a pluriatividade no município de Assunção (PB) /
Almir Cláudio de Farias. - 2016.

115 p. : il. color.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) -
Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação
e Pesquisa, 2016.

"Orientação: Profa. Dra. Nerize Ramos Laurentino, Pró-
Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa".

1. Pluriatividade. 2. Agricultura familiar. 3. Reprodução
social familiar. I. Título.

21. ed. CDD 635

ALMIR CLÁUDIO DE FARIAS

ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA
FAMILIAR: A PLURIATIVIDADE NO MUNICÍPIO DE ASSUNÇÃO (PB)

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Regional (PPGDR) da
Universidade Estadual da Paraíba
(UEPB) como requisito à obtenção do
título de Mestre em Desenvolvimento
Regional.

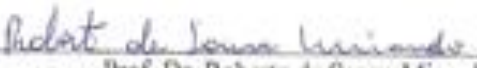
Banca examinadora



Prof.^a Dr.^a Nerize Ramos Lauretino



Prof.^a Dr.^a Angela Maria Cavalcanti Ramalho



Prof. Dr. Roberto de Souza Miranda

Campina Grande - PB
2016

Dedicatória

Aos meus pais Antônio Ramos de Farias e Rita Ursulina de Farias (Santa) por me ensinar os valores de ser um verdadeiro cidadão com perseverança, humildade e garra.

Aos meus irmãos pelos incentivos e encontros em festas familiares e a Ari Carlos (*In memorian*) irmão mais velho que partiu mais cedo para a morada celeste.

A Maria do Socorro Vieira, namorada, pela paciência e algumas sugestões no trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ingressar no mestrado foi um sonho realizado, prova que é possível ir mais além, na escala do conhecimento, tendo a humildade de saber que ainda temos muito a desvendar nessa “galáxia” fascinante de faculdade humana. E nessa viagem prazerosa não podiam faltar pessoas e instituições que permitiram esse voo de satisfação, por isso quero agradecer:

A toda minha família pela compreensão da ausência em momentos familiares e pela torcida para a conclusão desse trabalho, especialmente meu pai Antônio Ramos que mesmo quando deixei de ser agricultor ao seu lado, deu todo apoio a minha escolha e a minha mãe Rita Ursulina (Santa) pela torcida nas etapas que enfrentei na vida.

À Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), pela oportunidade do mestrado em uma instituição de qualidade de ensino.

Ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) que me abriu as portas para mais uma etapa do conhecimento.

À Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa.

Aos colegas do mestrado turma 2014, especialmente a Maria do Socorro Barbosa e Fracinilda Rufino com quem mais troquei informações e dividi momentos de angústias e alegrias nos últimos dois anos.

Aos professores que compuseram a banca responsável pelo exame do trabalho.

À professora orientadora Dr^a. Nerize Laurentino Ramos por sua dedicação, ajuda e paciência na confecção desse trabalho.

Aos agricultores familiares do município de Assunção pela disponibilidade, acolhimento e conversas que permitiram um conhecimento mais aprofundado de sua realidade.

Aos representantes das instituições visitadas pelas valorosas informações disponibilizadas que contribuíram para confecção desse trabalho.

E finalmente agradecer a todos que de alguma forma contribuiu direta ou indiretamente para construção dessa pesquisa.

Pouco conhecimento faz com que as pessoas se sintam orgulhosas. Muito conhecimento, que se sintam humildes. É assim que as espigas sem grãos erguem desdenhosamente a cabeça para o Céu, enquanto que as cheias baixa para a terra, sua mãe.

Leonardo da Vinci

RESUMO

Este trabalho de pesquisa intitula-se: “Estratégias de reprodução social da agricultura familiar: a pluriatividade no município de Assunção (PB)”. A área escolhida para o estudo foi o município de Assunção, no Cariri Ocidental paraibano. O objetivo geral consiste em analisar o papel da pluriatividade na constituição da renda dos agricultores familiares e suas implicações na diversificação, autonomia e reprodução social familiar. Quatro pressupostos articulam esse trabalho, quais sejam: a pluriatividade contribui para a reprodução social da agricultura familiar local; possibilita a família disponibilizar de outros recursos para os investimentos agropecuários no estabelecimento rural; complementa a renda da família que possui um estabelecimento rural em condições inapropriadas à produção agropecuária e contribui para dinamizar a economia local, criando um ciclo de desenvolvimento, uma vez que a renda obtida, nessas novas ocupações, é investida dentro do próprio município: no comércio local e/ou outras atividades. A pesquisa de campo proporcionou a construção de uma base de dados primários, através da observação direta, da realização de 20 entrevistas semiestruturadas e da aplicação de 20 questionários. A pesquisa documental foi realizada no IBGE, EMATER, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Assunção e Secretaria de Agricultura. Os dados atestaram que há uma considerável prática da pluriatividade no município de Assunção, com uma relevante infraestrutura local, dividida em alguns setores produtivos predominantes como o extrativismo mineral, especialmente, o beneficiamento do caulim, o trabalho com a argila na fabricação de tijolos, o setor de serviços, com predominância absoluta nos postos de trabalhos oferecidos pela Prefeitura Municipal. Ainda merece destaque, o comércio e a construção civil. Observamos através da pesquisa que, as atividades não agrícolas, são consideradas pelos agricultores familiares como passageiras e/ou complementares, sendo a agropecuária a principal atividade praticada por eles.

Palavras-chave: Pluriatividade; Agricultura Familiar; Reprodução Social Familiar.

ABSTRACT

This research paper is entitled: "social reproduction strategies of family agriculture: pluriactivity in the city of Assunção (PB)." The area chosen for the study was the city of Assunção, Western Cariri of Paraíba. The overall objective is to analyze the role of pluriactivity in the constitution of the income of farmers and their implications for diversification, autonomy and family social reproduction. Four assumptions articulate this work, namely: the pluriactivity contributes to the social reproduction of the local family farming; enables the family to provide other resources for agricultural investments in rural establishment; complements the income of the family that has a rural setting in inappropriate conditions for agricultural production and helps boost the local economy by creating a development cycle, since the income earned in these new occupations, is invested in the city itself: trade location and / or other activities. The field research provided the construction of a primary database, through direct observation, conducting 20 semi-structured interviews and application of 20 questionnaires. The documentary research was conducted IBGE, EMATER, Assunção of Rural Workers Union and the Department of Agriculture. Data testified that there is considerable practice of pluriactivity in the city of Assunção, with a relevant local infrastructure, divided into some productive sectors prevalent as mineral extraction, especially the kaolin processing, work with clay in bricks, the service sector, with absolute predominance in job positions offered by the city. Also worth mentioning, trade and construction. Observed through research that the non-agricultural activities, considered by farmers as temporary and / or complementary, with agriculture the main activity practiced by them.

Keywords: Pluriactivity; Family Farming; Family Social Reproduction.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Paraíba com destaque para Assunção e seus municípios vizinhos.....	69
Figura 2 - Município de Assunção com foco nas duas rodovias estaduais que cortam o município.....	70
Figura 3 – Obra na cobertura	78
Figura 4- Obra em acabamento.....	78
Figura 5 – Obra de 1º andar	79
Figura 6- Início de obra.....	79
Figura 7 – Produtos prontos	79
Figura 8 – Instalações indústrias do caulim	79
Figura 9 – Secador	80
Figura 10 – Tanques decantação	80
Figura 11 – Sede da prefeitura	81
Figura 12 – Loja de material de construção	81
Figura 13 – Posto de combustíveis.....	81
Figura 14 – Pousada.....	81
Figura 15 - Tipos de Família	86
Figura 16 - Famílias monoativas que recebem algum rendimento além da agropecuária.....	87
Figura 17 - Famílias pluriativas que recebem algum rendimento além da agropecuária.....	89
Figura 18 – Tamanho médio das famílias monoativas.....	90
Figura 19 – Tamanho médio das famílias (pluriativas).....	91
Figura 20 – Tamanho médio dos estabelecimentos rurais (monoativas).....	92
Figura 21 – Tamanho médio dos estabelecimentos rurais (pluriativas).....	93
Figura 22 – Grau Escolaridade do chefe de família (monoativas)	96
Figura 23 – Grau de Escolaridade do chefe de família (pluriativas).....	97
Figura 24 – Idade do Chefe da Família (monoativas).....	98
Figura 25 – Idade o chefe da família (pluriativas).....	99
Figura 26 – Vínculo com a terra das famílias monoativas.....	100
Figura 27 – Vínculo com a terra das famílias pluriativas.....	101
Figura 28 – Número de membros que trabalham fora.....	102
Figura 29 – Onde se dá essa outra atividade.....	103

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Tipos de Agriculturas, Número de Estabelecimentos Agropecuários e Área Total (ha) na Paraíba -2006.....	52
QUADRO 2 - Número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários da Paraíba - Por tipos de agricultura -2006.....	53
QUADRO 3 - Número de estabelecimentos agrários e área total dos diferentes tipos de Agricultores familiares da Paraíba – 2006.....	54
QUADRO 4 – Receitas dos agricultores familiares da Paraíba - 2006 (em R\$).....	55
QUADRO 5- População Total (Brasil/Municípios da Microrregião do Cariri Ocidental/PB) distribuída por Gênero e distribuição entre zonas rural e urbana.....	65
QUADRO 6 - Distribuição das pessoas do Cariri Ocidental por setores produtivos.	67
QUADRO 7- Comparativo no volume anual, acumulados e média dos últimos 10 anos	73
QUADRO 8 - Crescimento do IDH dos municípios do Cariri Ocidental.....	76

LISTA DE SIGLAS

AESA – Agência Executiva das Águas

CEASA – Centro Estadual de Abastecimento S/A

CNA - Comissão Nacional de Alimentação

DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FETRAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA – Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST - Movimento dos Sem Terra

PAA - Programa de Aquisição de alimentos

PEA – População Economicamente Ativa

PPGDR – Programa de Pós-graduação de Desenvolvimento Rural

PNAD - Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio

PNAE - Programa nacional de alimentação escolar

PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária

PPGDR - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional

PRONAF - Programa de fortalecimento da Agricultura Familiar

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UEPB - Universidade Estadual da Paraíba

SNCR- Sistema Nacional de Crédito Rural

SUMÁRIO

Introdução.....	12
1 - Agricultura Familiar um debate em construção.....	18
1.1- Histórico da concentração e mecanismos de controle da terra	18
1.2 - As transformações sociais e a constituição da categoria analítica Agricultura Familiar (AF).....	26
1.2.1- Programas Sociais para Agricultura Familiar.....	34
1.3.- Rural, ruralidade e pluriatividade.....	40
2- A pluriatividade como estratégia de (re) composição da reprodução familiar.....	44
2.1-Pluriatividade na Paraíba e entendimentos atuais sobre a temática.....	52
3- Discussão dos Resultados.....	62
3.1- Caracterização da área de estudo.....	62
3.2 - Criação do município de Assunção e transformações ocorridas em sua economia nas últimas décadas.....	68
3.3 – Agricultura Familiar e pluriatividade: resultados da pesquisa.....	83
Considerações finais.....	104
Referências	107

INTRODUÇÃO

O espaço rural brasileiro desde o período colonial sempre foi marcado pela grande concentração de terras nas mãos de poucos produtores rurais, tendo o seu início ainda no Brasil-colônia com a distribuição de terras aos donatários portugueses, as chamadas capitânias hereditárias. As políticas adotadas para setor, ao longo do tempo, mudavam apenas algumas estratégias, mas, no seu bojo geral, privilegiavam sempre o grande proprietário de terras. Na maioria das políticas nacionais não havia reconhecimento das minorias pobres do campo, as políticas rurais vigentes em cada período, geralmente não contemplavam os pequenos agricultores no sentido de desenvolver neles seu potencial de crescimento ou de aproveitamento como gerador de riquezas, que contribuíssem para terem uma vida mais digna e para o desenvolvimento do país.

Os governantes de cada época administraram as políticas agrárias geralmente privilegiando as grandes propriedades. Os pequenos agricultores, que tentassem se enquadrar nas políticas rurais vigentes em cada período, teriam que se submeter às condições impostas e adaptadas, aos grandes produtores. Como exemplo, podemos citar o crédito disponível do SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural), que era adaptado à realidade do grande produtor e se o pequeno produtor precisasse de crédito era a ele que teria que recorrer, em condições muito diferentes de sua realidade. Isso explica porque muitos agricultores pequenos acabaram perdendo seus imóveis rurais, em função da impossibilidade de pagamento dos empréstimos.

Os agricultores não eram vítimas apenas de uma política de crédito desconexa com sua realidade, sofriam também da falta de assistência técnica, que, aliada à baixa escolaridade da maioria, acabava por enveredá-los pelos caminhos tortuosos na gestão e administração de seu estabelecimento rural, o que ocasionou em muitos prejuízos, e estimulou o êxodo rural. Eles eram enxergados apenas como “mão de obra disponível” e o seu acesso a terra (seu principal recurso produtivo) deveria ser controlado para não dificultar o mercado de mão de obra da grande propriedade rural.

Somente recentemente, mais precisamente na década de 1990, é que acompanhamos algumas mudanças no que tange as políticas públicas voltadas ao espaço rural no Brasil. Nesse período houve um crescimento das discussões e publicações de trabalhos voltados ao tema, surgindo questionamentos e uma nova visão relacionada ao campo. Dessa forma as discussões continuaram com a atenção à agricultura patronal, mas, dessa vez abre-se espaços também, para as questões voltadas a outro tipo de agricultura, aquela praticada pelos pequenos agricultores que posteriormente passou a ser chamada de agricultura familiar.

Os principais elementos que contribuíram para essas mudanças foram à luta pela redemocratização do país. O regime militar manteve controlados e reprimidos, por vários anos, os anseios por terra e liberdade nas populações do campo e da cidade. Com redemocratização e a reabertura dos canais de diálogos e discussões, entre os vários segmentos da sociedade brasileira, se criou uma nova agenda para o país e isso influenciou, decisivamente, os estudos voltados para rural, enxergando esse espaço como um ambiente com múltiplas potencialidades, com novas atividades, além da agropecuária.

As interpretações dos estudos socioeconômicos sobre o rural e a Agricultura Familiar, no Brasil, estão em construção. Para a compreensão destas temáticas exige-se um grande esforço dos cientistas sociais e/ou estudiosos da área, para além dos marcos disciplinares clássicos; exigindo-se dos estudos contemporâneos uma percepção acurada no sentido de perceber as particularidades específicas desse tipo de agricultura. Novos estudos, novas leituras e dados importantes foram e estão sendo produzidos.

A Agricultura Familiar, nas três últimas décadas, ganhou destaque no debate sobre o rural brasileiro, e, particularmente, no campo da discussão, formulação e negociação de políticas públicas para o campo. Como resultado deste processo tem-se a criação do PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar), como política de financiamento para agricultura familiar, com juros baixos e abatimento no seu pagamento. Outros programas, também, se inscrevem na perspectiva de fortalecimento da Agricultura Familiar (AF), como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), com a obrigatoriedade da compra de 30% dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar (Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009) e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) que se propõe a suprir a carência nutricional de pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social com produtos oriundos das pequenas propriedades. Programas importantes pensados na perspectiva de possibilitar melhores condições e a formação de um mercado para a agricultura familiar.

Não obstante, muitos agricultores familiares não conseguem se integrar nesse circuito de mercado, devido ao baixo alcance dessas políticas, as exigências de regularidade na produção, o marco legal (procedimentos burocráticos), o baixo grau de escolaridade, as condições naturais adversas do semiárido paraibano: chuvas irregulares, solos impróprios (rasos ou degradados), na maioria das terras agricultáveis, ausência de assistência técnica, etc. Sendo assim muitos agricultores não conseguem produzir de forma regular, obtendo, na maioria dos casos, uma renda insuficiente para a reprodução social de sua família e precisa

recorrer a outras atividades no setor agrícola e/ou outros setores produtivos. Neste contexto, insere-se a pluriatividade como fenômeno social necessário a preencher essa lacuna.

A pluriatividade é entendida aqui como a articulação de múltiplas atividades, praticada pelo agricultor, dentro ou fora do estabelecimento rural, sendo uma delas, a atividade agrícola. Schneider (2009) classificou a pluriatividade em quatro tipos: pluriatividade de base agrária ou tradicional – é aquela praticada pelo agricultor dentro da própria unidade produtiva rural voltada geralmente para o consumo próprio, ou com baixa integração ao mercado; o segundo tipo é a pluriatividade intersetorial – nesse tipo de pluriatividade o agricultor desempenha funções em outros setores produtivos, é a integração do setor agropecuário com outros setores, em função de mudanças ocorridas na dinâmica da economia local; o terceiro tipo de pluriatividade é o de base agrária – esse tipo de pluriatividade ocorre por conta das novas ocupações que são geradas pelo próprio dinamismo do setor agrário; e por fim o quarto tipo de pluriatividade, que é o pára-agrícola, que consiste na transformação de produtos dentro da unidade produtiva familiar agregando valor aos produtos, esse tipo de pluriatividade é mais específico de regiões em que os agricultores querem se inserir no mercado e tem dificuldades em função do isolamento da região, ultimamente esse tipo de atividade passou a ser chamada de agroindústria familiar.

A pluriatividade é um fenômeno social que pode se manifestar de diferentes formas, possui um caráter muito heterogêneo e particular, podendo ser influenciada por dois tipos de fatores: o externo - a infraestrutura no entorno da unidade familiar e/ou o acesso das famílias às políticas públicas e o interno: o contexto das famílias e do imóvel rural, associado às particularidades da economia local, que podem favorecer ou inibir a sua prática.

O tema desta pesquisa: “Estratégias de reprodução social da agricultura familiar: a pluriatividade no município de Assunção (PB)”. Em termos gerais, trata-se de uma investigação sobre os fatores que podem estimular ou restringir a pluriatividade como fenômeno social e as transformações ocorridas na vida do agricultor familiar e na economia local.

Nosso objetivo geral consiste em analisar o papel da pluriatividade na constituição da renda dos agricultores familiares e suas implicações na diversificação, autonomia e reprodução social familiar, no município de Assunção (PB). Foram estabelecidos quatro objetivos específicos: mapear o potencial do setor agropecuário no município; descrever a infraestrutura disponível (os setores produtivos), sua capacidade de gerar emprego e renda e captação de mão de obra; apontar os fatores que influenciam ou dificultam a prática da

pluriatividade e, por último, analisar a importância da pluriatividade para as famílias de Assunção (PB).

Os processos que dão origem a pluriatividade na agricultura familiar são apreendidos, analiticamente, como a maneira pela qual os agricultores utilizam os recursos produtivos existentes, estabelecem relações com os agentes externos - no mesmo setor produtivo ou em outros setores - e o resultado disso em termos de fortalecimento da autonomia e/ou interdependência dos agricultores familiares na diversificação das suas práticas agrícolas e não agrícolas.

As mudanças em relação à quantidade, qualidade dos recursos internos da família orientam a intensidade e a forma como são estabelecidas as relações com os agentes externos e, juntos, os dois ambientes, demarcam os arranjos característicos da pluriatividade específica no âmbito local. Esses arranjos não são estáticos, estão em constantes adaptações em função das características de cada momento.

Com a pesquisa foi possível mapear algumas informações importantes da economia do município de Assunção, na Microrregião do Cariri Ocidental paraibano. Os dados reunidos sobre o município apontam que, somados à agropecuária, o extrativismo mineral, a construção civil e os serviços, são setores dinamizadores da economia local e, em menor proporção, o pequeno comércio local: lojas, bares, borracharias, pequenas oficinas ou mesmo o transporte alternativo em motos e carros.

As condições físicas, sociais e econômicas de uma região exercem grande influência na forma como o homem se apropria do espaço para produzir, e, nesta perspectiva, dois processos são importantes para a execução de determinadas atividades em um espaço físico e temporal: a reprodução social da família e as decisões tomadas pelos seus membros na busca de novas atividades produtivas.

A pluriatividade, articulada com a reprodução social da família, está cada vez mais presente na agricultura familiar. Esta é uma tendência presente em todo o território nacional, mas, com diferenças significativas nas regiões, estados e municípios. A diferenciação ocorre em função das especificidades locais, do movimento dos atores sociais, do grau de escolarização e da organização dos beneficiários.

A Microrregião do Cariri Ocidental é composta pelos seguintes municípios: Amparo, Assunção, Camalaú, Congo, Coxixola, Livramento, Monteiro, Ouro Velho, Parari, Prata, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião do Umbuzeiro, Serra Branca, Sumé,

Taperoá e Zabelê. Ela está localizada no centro sul do estado da Paraíba, no Planalto da Borborema. No geral essa microrregião apresenta baixos índices pluviométricos, com distribuição irregular das chuvas ao longo do ano, aliado aos solos rasos e pedregosos e a pouca capacidade de armazenamento de água no subsolo, o que dificultam às atividades ligadas, diretamente, a agricultura e a pecuária. Estas características associadas às práticas predatórias, utilizadas durante décadas, pela agricultura familiar, devido à intensa vulnerabilidade social, tornou o solo frágil, para a produção agropecuária, e insuficiente para a manutenção das famílias. Este contexto favoreceu a inserção de novas atividades não agrícolas no espaço rural ou urbano, como estratégias para a reprodução social das famílias nos estabelecimentos rurais.

Analisando os dados IBGE (2010) e as particularidades dos municípios da Microrregião, supracitada, o município de Assunção apresentou o menor índice (30,32%) de pessoas acima de dezoito anos empregadas no setor agrícola. O município apresentou percentuais significativos em outros setores produtivos: 6,73% no setor extrativo mineral (percentual acima de todos os outros 16 municípios da microrregião); 9,94% na construção civil (maior índice na microrregião) e 34,92 no setor de serviços (quarto maior índice da microrregião).

Considerando os dados acima, pergunta-se: qual o diferencial do município de Assunção? Qual o formato da pluriatividade da agricultura familiar do município? Quais os fatores (externos e internos) que impulsionam as famílias à prática da pluriatividade?

A pesquisa foi qualitativa, com o uso de dados quantitativos. As informações reunidas com a pesquisa de campo: a observação direta, a realização de 20 entrevistas semiestruturadas e a aplicação de 20 questionários, aplicados junto aos agricultores familiares, filiados ao sindicato rural do município (10% dos associados), escolhidos de forma aleatória, orientaram a construção de uma base de dados primários. A coleta dos dados secundários (pesquisa documental) foi realizada nas seguintes Instituições: IBGE, EMATER, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Assunção, Secretaria de Agricultura, entre outros.

Esse trabalho, além dessa introdução, divide-se em três capítulos, mais as considerações finais. No Capítulo I fizemos uma revisão da literatura sobre a temática: histórico da concentração de terras no Brasil; as transformações que embasaram a institucionalização da categoria social, política e analítica da agricultura familiar; os principais programas sociais, como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa

Nacional de Alimentação Escolar) direcionados para a agricultura familiar, uma abordagem do rural e das ruralidades, relacionando-os à pluriatividade. No Capítulo II analisamos o “novo rural”, o mapeamento dos tipos de pluriatividade e o lugar que esta ocupa na composição da renda familiar. No Capítulo III, trazemos uma breve caracterização da área de estudo e uma leitura específica dos dados reunidos na pesquisa. Por último apresentamos algumas considerações finais sobre a pluriatividade no município.

1- AGRICULTURA FAMILIAR: UM DEBATE EM CONSTRUÇÃO

1.1 Histórico da concentração e mecanismos de controle da terra

No Brasil, o ambiente rural ao longo de toda sua história, desde a colonização, sempre foi marcado pela divisão desigual das terras, privilegiando a grande propriedade rural em detrimento das pequenas unidades familiares. A referência de início desse processo são as capitanias hereditárias, ainda no Brasil colônia, quando Portugal sem querer ou poder aplicar recursos nas novas terras descobertas, e devido à ameaça de invasão por nações que disputavam a posse das terras: Espanha, França e Holanda, resolveu dividi-las em lotes e doá-las a portugueses, bem situados financeiramente, os donatários.

Nestes termos o governo português transplantou o sistema de sesmaria ou capitanias hereditárias que já tinha sido utilizado em Portugal em duas situações: por volta de 1375, para aumentar a produção de alimentos e abastecer o reino português que sofria na época com um desabastecimento e, posteriormente no século XVI, em ambiente urbano quando a maior parte da população masculina das cidades daquele país se aventurou para além-mar deixando seus imóveis (COMPARATO, 2008).

Ao importar esse sistema de distribuição de terras para o Brasil, o governo português não demonstrou nenhum tipo de preocupação em usar as novas terras descobertas (as terras brasileiras) como recurso social que pudesse beneficiar a grande maioria, incluindo portugueses pobres, indígenas e negros. Vimos que não houve por parte do governo português o reconhecimento desses grupos sociais. Para Portugal, o poder deveria ser exercido pelo governo e a aristocracia (COMPARATO, 2008).

Os donatários, por sua vez, não tinham a intenção de demarcar de forma rigorosa suas novas terras, pois estavam resguardados pela pouca fiscalização portuguesa e movidos pela busca de novas terras para a produção. Eles podiam aumentar seus limites sem maiores problemas, concentrando e ampliando a posse da terra. Para os senhores de terras, além de avançar a fronteira agrícola em áreas de floresta, não lhes era “conveniente informar às autoridades os limites exatos de suas glebas, para facilitar a incorporação do patrimônio público ao domínio privado” (BENATTI, 2009 p. 221).

Na construção da sociedade brasileira no transcurso dos séculos, com a chegada dos portugueses, não se escutou os “nativos”: as populações que viviam no território. A cultura foi ignorada/silenciada: a relação com a terra, os hábitos, os costumes, as crenças, as formas

de viver, sentir e de pensar. A cultura do português foi imposta por convencimento e/ou força.

Os povos indígenas sofreram com as tentativas de escravizações, com doenças contraídas dos europeus e muitos foram dizimados pela violência, que caracterizou o processo de colonização e o movimento de resistência para permanecer nas suas terras. A luta era desigual, os índios não conheciam as armas de fogo dos colonizadores e os instrumentos/armas que usavam eram rudimentares, possibilitando as vitórias dos portugueses nos conflitos armados (COMPARATO, 2008).

Desta forma, a literatura destaca que a concentração de terras (principal recurso produtivo das atividades relacionadas ao campo) na mão de poucos sempre foi um dos maiores obstáculos enfrentados pelos agricultores familiares, devido ao processo histórico em que se deu a distribuição dessas terras, aliada às políticas agrárias adotadas a cada período.

É um arrazoado que relembra o nosso recente passado agrícola e agrário (e, portanto, o peso político e social do mundo rural) é, particularmente, os indicadores de concentração da propriedade fundiária, os quais seriam a causa correspondente do poder político que, na história brasileira, habitualmente esteve nas mãos dos grandes proprietários de terras. São facetas cansativamente analisadas em nossa literatura social e acadêmica, amplamente notórias e ainda presentes em tantas manifestações sociais e culturais (NAVARRO, 2014, p. 699).

Para Wanderley, a herança da desigualdade no acesso a terra remete ao passado colonial que chega até a contemporaneidade. Com o monopólio da propriedade da terra, modelo legitimado socialmente, relegou o agricultor a uma condição subalterna. A agricultura camponesa e familiar enfrentou vários obstáculos para o seu desenvolvimento enquanto forma produtiva autônoma (WANDERLEY, 1996).

Com as terras concentradas nas mãos de poucos portugueses, com maior poder aquisitivo, que pudessem defendê-las de invasões e cultivá-las, Portugal passou a desenvolver um sistema de produção bem articulado de exploração dos produtos da colônia e de comercialização na Europa, não havendo uma preocupação em instalar no Brasil uma produção para o consumo interno. O sistema de organização social e econômica era baseado no trabalho escravo, predominantemente, mas existia também reduzido espaço para a pequena produção, as pequenas roças, com o intuito de produzir gêneros básicos para alimentação dos próprios escravos e para os proprietários das terras, em dias alternados e finais de semana. Essa forma de produção verificava-se nas outras colônias de Portugal (COMPARATO, 2008).

Na visão de Cardoso (1987), a escravidão não era a relação de trabalho exclusiva no período colonial nas Américas. Uma mão de obra formada por escravos e camponeses esteve presente em outras colônias de domínio português, antes do Brasil, como a colônia de São Tomé, onde o escravo acessava pequenas parcelas de terras e era permitido o seu cultivo em dias pré-estabelecidos. Com o tempo o escravo podia acumular dinheiro com a venda da produção e, em algumas situações, chegaram a comprar a sua própria liberdade.

Nestes termos, não podemos pensar que o sistema escravista fora homogêneo e polarizado em apenas dois grupos: senhores e escravos dominados. Havia outra categoria social, no Brasil colonial, que se formava nas “brechas” da *plantation* escravista, chamada de protocampesinato (CARDOSO, 1987); uma espécie de embrião da agricultura familiar, mesmo que de forma discreta, sem grande representatividade, no sistema escravista e latifundiário exportador.

O surgimento do campesinato ocorria inversamente proporcional à intensa produção de açúcar, ou seja, à medida que diminuía a produção, em função da conjuntura de compra da Europa, se liberava a mão de obra para as pequenas roças, o que mostra seu crescimento em algumas épocas. Segundo Palácios (2004, p.75), o avanço do campesinato naquela época estava na razão inversa dos senhores de engenho. Nota-se que a partir do século XVIII, especificamente no Nordeste brasileiro, um campesinato apareceu, e se expandiu, em um contexto de crise agrária, entre 1710 e 1750, com a queda do preço do açúcar no mercado mundial e, conseqüentemente, a ruína de muitos engenhos, com o alto custo da mão-de-obra escrava.

Com mudanças que ocorriam no cenário internacional, a escravidão passou a ser vista de forma negativa, tornando-se inaceitável, principalmente com a sua libertação em vários países. A Inglaterra, então potência mundial, vista como a embaixadora externa para os assuntos internacionais, começa a pressionar Portugal para que haja a libertação dos escravos. Assim, depois da Independência do Brasil, o que só veio acontecer em 1822, após mais de 300 anos de Brasil-colônia. A pressão exercida pela Inglaterra e pelo movimento abolicionista é transferida agora para o novo país, Brasil, para banir de vez com a escravidão. No entanto, o Imperador resistiu o quanto pôde tentando retardá-la. Em 1831 se promulga uma lei proibindo o tráfico de escravos, que ficou apenas no papel, pois, o tráfico continuou de forma ilegal. Com isso foram tomadas medidas mais firmes por parte da Inglaterra como o Bil Aberdeen, votado no Parlamento inglês em 1845, autorizando a frota inglesa a apresar os navios tumbeiros que faziam o transporte de escravos, em todos os lugares, até mesmo

fundeados em portos brasileiros e a tripulação seria levada a Inglaterra para ser julgada. (COMPARATO, 2008).

Com o Brasil independente ficou estabelecido pelo novo governo que todas as terras que haviam sido doadas como sesmarias e que não estivessem sendo cultivadas, ou utilizadas para algum fim produtivo (alusão a uma formulação primitiva da função social da propriedade), seriam consideradas como terras como devolutas, ou seja, deveriam ser devolvidas para o poder público. Aquelas já comprovadamente ocupadas podiam requerer o título de propriedade, tornando a posse do ocupante legitimada pelo Estado, enquanto uma propriedade privada (COMPARATO, 2008).

Sendo assim surge nas elites agrárias o temor de que, com o fim da escravidão, essas terras pudessem parar nas mãos dos mais pobres e ex-escravos do país trazendo grandes prejuízos para a elite fundiária, em função da falta ou encarecimento da mão de obra. Nestes termos, a luta da classe política dos grandes latifundiários junto ao governo era no sentido de não haver a perda do poder da aristocracia agrária. É com esse contexto que se desenhava, os grandes latifundiários viram a possibilidade de uma possível reforma agrária, o que lhes deixariam em uma situação difícil no mercado de trabalhadores.

Esse medo começa a se tornar evidente quando José Bonifácio de Andrade e Silva, constituinte na época, fez uma representação, junto à assembleia constituinte e legislativa (1823), e propõe a abolição da escravatura, com as seguintes orientações: extinção do tráfico de africanos e, ainda, para os homens considerados de “cor”, que não tivessem ofício ou lugar de moradia, receberia do estado uma pequena sesmaria de terra para cultivar, além dos socorros necessários, para se estabelecerem na terra, e esses valores seriam pagos com o andar do tempo (COMPARATO, 2008, p. 2).

José Bonifácio se referia à redistribuição de terras – uma espécie de “reforma agrária” – como forma de estruturar os pobres e ex-escravos e, com isso, criar as condições necessárias para que o agricultor carente pudesse dar os primeiros passos em busca de sua autonomia: o acesso a terra e ao capital em sintonia com as condições específicas e a realidade de cada agricultor.

O contexto mencionado acima explica, em parte, a promulgação da Lei de Terras, em 18 de setembro de 1850, quatorze dias após a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, que aboliu o tráfico de escravos. Esta lei tratava da intervenção dos grandes proprietários de terras, no âmbito legal, para evitar que os escravos libertos e/ou pequenos proprietários pudessem adquirir a sua terra e, com ela, sua autonomia, prejudicando o mercado de mão de

obra utilizado nas fazendas. Assim, articularam e aprovaram, em caráter de urgência, a referida lei (COMPARATO, 2008).

A Lei nº 601 de 1850, conhecida como a Lei das Terras, representou uma vitória dos grandes proprietários rurais ao assegurar que seriam proibidas as aquisições das terras devolutas, exceto as terras situadas nos limites do império com países estrangeiros em uma zona de dez léguas (cerca de 48 km). Dessa forma para se garantir o acesso às terras era preciso ter dinheiro. A terra passou a ser vista como mercadoria, como valor e, com o surgimento da propriedade privada moderna, a sua compra obedeceria à lei da oferta e da demanda, valorizando as terras mais procuradas.

Nesta mesma direção, Martins (1973, p. 51-52) afirma que, a Lei de Terras regulava a forma de ocupação das terras devolutas, proibindo a aquisição que não fosse por meio da compra e, ainda, “[...] alterava fundamentalmente as funções da imigração. Além de transformar a terra em equivalente de mercadoria, condicionava o surgimento de novos proprietários à posse prévia de capital”.

Considerando o exposto, observamos que se limitou a posse da terra para o agricultor familiar em função da necessidade de mão de obra para as grandes propriedades. A negação do direito a terra, principal recurso do homem que vive no campo, interferiu diretamente na capacidade do sujeito de agir de forma autônoma e, como consequência, o prejudicou na negociação e venda de sua mão de obra para o mercado.

No Brasil até no início do século XIX, o setor mais importante era o primário; a terra era o recurso indispensável para a produção de bens; os setores de serviços e indústria eram inexistentes ou pouco expressivos; os detentores da terra se tornaram homens poderosos com poder de direcionar a economia, tomar as decisões políticas e controlar os mecanismos para se apropriar dos excedentes dos trabalhadores.

Por esta via, os grandes proprietários-empresários rurais se tornam agentes imediatos da captação dos excedentes agrícolas - produzidos por pequenos agricultores e trabalhadores assalariados à destinação dos setores dominantes. Assiste-se, assim, a uma integração ‘pelo alto’, através da qual os dirigentes passaram a ter o controle da terra significando, fundamentalmente, o controle da força de trabalho que com a produção agrícola sedimentam a base material de sua própria reprodução social e tem reconhecida sua condição de classe dominante (WANDERLEY, 2010, p.23).

Com o poder de decisão nas mãos dos “proprietários e empresários rurais”, aumentou a pressão desse grupo social, junto ao governo, no intuito de exigir um marco legal (formulação de leis) que legitimassem os seus interesses e controlassem as demandas dos

agricultores, no sentido de impedir qualquer “ideia dissidente” que tivesse como fim: reverter às desigualdades sociais e o cenário de dominação econômica, política e ideológica vigentes.

As assimetrias sociais articuladas com as precárias condições da pequena produção agrícola dificultavam a reprodução social dos agricultores. Não obstante, somente em meados do século XX, especificamente, nas décadas de 1950 e início da década de 1960, os movimentos contrários se tornaram significativos. Na ocasião, se passou a discutir as primeiras formas de desapropriação de terras. Os movimentos se tornam mais efetivos, com intensas mobilizações sociais do campo, com destaque para as Ligas Camponesas e a luta por Reforma Agrária (SILVA, 1997).

As Ligas Camponesas ganharam notoriedade por conseguir a adesão à bandeira de lutas por parte de muitos agricultores familiares em todo território nacional e se organizaram, com mais intensidade na região Nordeste, onde ocorreram diversos registros de enfrentamento e violência em vários estados da federação.

Em novembro do mesmo ano de 1955, ano do nascimento das Ligas, um grupo de camponeses do município de Goiana (Pernambuco) repeliu à bala a polícia que os agredira, fazendo várias vítimas. Esse episódio teve como herói o velho João Tomás. Em companhia dos deputados Paulo Viana e Clodomir de Moraes, fomos ao Engenho Samambaia, onde se verificou a refrega. Era o recrudescimento da reação contra o despertar das massas camponesas. Não se sabe o destino que tomou o velho João Tomás, já com dois outros irmãos assassinados por capangas e policiais nas usinas Santa Teresa e Maravilha (JULIÃO, 2009, p. 278-279).

Vemos que as lutas a época se davam na prática usado o meio rural como “campo de guerra” onde ocorriam os enfrentamentos e os vários assassinatos, até hoje sem punição. Mas, havia, também, a luta no campo da legislação, onde os movimentos sociais do campo reivindicavam a alteração da Constituição Federal de 1946, que continha um dispositivo que impedia a desapropriação para fins de Reforma Agrária, a não ser que fosse pago ao proprietário uma indenização monetária equivalente ao preço da terra no mercado (SILVA, 1997).

Não obstante, o golpe militar de 1964 pôs fim às expectativas de mudanças da estrutura agrária e a democratização do acesso a terra, intimidando os movimentos sociais, com perseguições e desaparecimento de várias lideranças agrárias. Na ditadura militar foi promulgado o Estatuto da Terra: Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, com o objetivo de desmobilizar os movimentos sociais do campo. Os trabalhadores rurais passaram a ter os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos. O que parecia ajudar os trabalhadores rurais se

transformou em um problema já que os pequenos proprietários acabaram sendo demitidos pelos grandes latifundiários em função do aumento do custo de produção com os gastos trabalhistas, e investiram em máquinas em substituição da mão de obra dos agricultores. Em se tratando da reforma agrária, essa foi substituída por assentamentos em novas áreas de mata. É quando aparece o dispositivo de que os grandes latifúndios improdutivos deveriam ser desapropriados para cumprir fins sociais. Nesse ínterim, surge o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) que teria o papel de fazer as desapropriações e assentar pequenos os proprietários (SILVA, 1997).

Os militares entenderam que a solução agrária seria a colonização de partes do Brasil, como forma de desafogar os conflitos agrários e evitar as desapropriações, mantendo compromissos de camaradagem com os grandes proprietários, com isso eles não fizeram a reforma agrária de forma integrada em todo o país optando por alguns assentamentos, especialmente na Amazônia.

Nas décadas que se seguiram, 1970 e 1980, as questões agrárias foram focadas em termos de aplicação de novas tecnologias no meio rural e buscando-se resolver a problemática da segurança alimentar através da racionalização dos processos produtivos e a aplicação de conhecimentos científicos, a partir de modelos importados de países desenvolvidos. Assim, muitas ideias foram copiadas e implantadas no nosso país.

Neste mesmo período (1970 e 1980), as transformações que ocorreram na agricultura brasileira eram analisadas como similares às aquelas ocorridas nos países capitalistas avançados, tanto em seus aspectos positivos como nos negativos. Nos anos 1970, sustentava-se que a chamada “questão agrícola” havia sido superada com o processo de modernização baseado na mecanização e na utilização de variedades selecionadas de sementes e de insumos químicos. Nos anos 80, afirma-se que este processo de modernização aprofundara a integração da agricultura com os capitais industriais, comerciais e financeiros, formando os “complexos agroindustriais” (BUAIANAIM et al 2003).

Dentro desta nova perspectiva analítica, a reforma agrária era considerada anacrônica, desnecessária e insustentável. Para ser competitivo e sobreviver era preciso adotar um “pacote” tecnológico que exigia elevados investimentos, bem como, possuir uma área mínima, relativamente grande, ou ocupar um nicho de mercado, sobretudo, pela integração ao complexo agroalimentar. Mais uma vez a prioridade do governo foi direcionada para a grande propriedade rural, deixando os “pequenos agricultores” sem acompanhamento, assistência e recursos.

A agricultura Familiar constitui uma forma de produção e trabalho que foi historicamente marginalizada no Brasil. Tal situação é fruto tanto da herança colonial do país, como do processo de ‘modernização desigual’ da agricultura nacional, implementado com mais força a partir da segunda metade dos anos 60. Esse processo social resultou na configuração de uma estrutura agrária marcada por significativas desigualdades socioespaciais (SCHNEIDER; AQUINO, 2015, p.53).

A concentração da produção agropecuária, em um número cada vez menor de estabelecimentos rurais, sendo, estes, cada vez maiores, foi considerada uma tendência “natural” nos “países capitalistas desenvolvidos”, e, passível de ser seguida pelos “países em desenvolvimento”. O contraponto era considerado atraso tecnológico com impactos negativos (para o setor agropecuário) e o processo de desenvolvimento econômico brasileiro (BUAIANAİM et al 2003).

As várias situações em análise não diferenciavam as especificidades do Brasil e as particularidades encontradas em países, como por exemplo, os Estados Unidos. A visão de desenvolvimento propagada era centrada nos processos de desenvolvimento e nas etapas percorridas por cada país, onde os países “menos desenvolvidos” deveriam ultrapassar todas estas etapas, para poder alcançar o patamar dos “países desenvolvidos” e, com isso, transplantaram modelos, sem as adaptações necessárias, como historicamente ocorreram com as sesmarias (Portugal), no período da colonização.

Nos EUA, a trajetória histórica de desenvolvimento rural esteve associada ao surgimento de oportunidades de empregos nos vários setores da economia, sem maiores “inchaços”, devido ao deslocamento de populações, como ocorreu no Brasil. O êxodo rural nos EUA se explica, principalmente, pela atração exercida pelo setor urbano-industrial e não pela repulsa e/ou falta de alternativas de sobrevivência no campo (BUAIANAİM et al, 2003).

No Brasil, o acesso às terras livres pelos imigrantes e libertos foi negado. Eles se mantinham cativos da insegurança da posse da terra e “disponível” como mão de obra barata para a grande propriedade, sem uma visão estratégica de construção de uma nação. No Sul, por razões estratégicas de segurança de fronteiras, criou-se uma base de produtores familiares. (BUAIANAİM et al, 2003).

Como vimos desde a chegada dos portugueses em território brasileiro se privilegiou os alguns setores econômicos e seus aliados: o poder econômico com aval dos governantes em cada época (o poder político), sem a preocupação com uma visão coletiva de nação, em que prevalecesse o interesse de todos, sobre os interesses de grupos e, com isso, a supremacia de uma classe sobre as outras, e, esta, com poder sobre os menos favorecidos, tanto nas relações

consuetudinárias, como nas legislações, corroborando para o aumento das desigualdades sociais no Brasil, com grandes prejuízos para os mais pobres.

1.2 As transformações sociais e a constituição da categoria analítica Agricultura Familiar

Com a redemocratização do país e a promulgação da nova Constituição brasileira (1988), houve a ampliação da participação da sociedade civil em diversos setores. Neste contexto, várias temáticas surgiram no debate político e sindical: a participação dos movimentos sociais rurais, a concentração de terras no Brasil, o financiamento das políticas públicas para o campo e, como desdobramento, a reforma agrária, no centro do debate, ocupando a agenda das instituições sociais e exigindo um posicionamento dos órgãos governamentais.

No final da década de 1980, em meio ao processo de redemocratização da sociedade brasileira, são retomadas antigas reivindicações dos movimentos sociais do campo, particularmente do sindicalismo rural, no sentido de buscar políticas e ações para compensar os efeitos nocivos da política econômica levada a cabo durante o período da ditadura militar (1964-1985) (SCHNEIDER; AQUINO, 2015, p. 54).

Esta nova dinâmica da sociedade brasileira alavancou a discussão sobre o rural brasileiro e, com ela, o surgimento de vários movimentos sociais no campo, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o “Grito da Terra”: uma mobilização nacional dos agricultores, com articulações em várias regiões do Brasil. Estas experiências influenciaram, diretamente, os setores políticos e acadêmicos, e foram traduzidas em políticas públicas e conhecimentos mais consistentes sobre o rural brasileiro.

O movimento da sociedade civil se espalhou por vários segmentos sociais, criando a categoria social, analítica e política: “agricultura familiar”, com critérios amplos e abrangentes que pudesse dar legitimidade às lutas – em curso – por melhores condições de vida para o grupo de pequenos agricultores brasileiros, aleijados, historicamente, das políticas governamentais adaptadas a sua realidade.

Esse momento de transformação favoreceu a abertura de canais de negociação em que pudessem ser ouvidos os segmentos sociais da sociedade, em função das novas leis aprovadas, com a Constituição Federal, aliado a uma maior participação popular e a

descentralização das ações governamentais, com a transferência de responsabilidades constitucionais para os municípios.

A década de 1990 marca, portanto, o início de um conjunto de transformações sociais, econômicas e políticas no Brasil que criam espaço e condições favoráveis à emergência, legitimação e consolidação da agricultura familiar. O mais importante aspecto contextual que beneficiou a afirmação da agricultura familiar é o alcance da estabilidade macroeconômica e o controle da inflação, por meio do Plano Real de 1993. O segundo condicionante macro, ainda que de ordem mais institucional e política, está relacionado às diretrizes da nova Constituição de 1988, que criou as bases legais e institucionais para descentralização das políticas públicas e conferiu mais espaço para participação dos atores da sociedade civil na sua elaboração. E o terceiro fator refere-se à retomada do papel do Estado na regulação e governança dessas políticas e iniciativas (SCHNEIDER, 2010 p. 25).

O cenário macro político de estabilidade econômica e política, com o controle da inflação e a definição de um marco legal para a descentralização das políticas públicas no campo, possibilitou mais espaços de participação de uma diversidade de atores sociais que favoreceu o diálogo e, por fim, a retomada do papel do estado na regulação de iniciativas políticas.

Sua aparição responde ao impacto de dois grandes vetores: de um lado, pela pressão dos movimentos sociais em favor de transformações estruturais e da democratização das políticas públicas, e, de outro, pelo indiscutível reconhecimento do seu status científico enquanto categoria analítica por parte da intelectualidade brasileira (ANJOS et al, 2004, p.530).

Na discussão da formação da categoria Agricultura Familiar reconhecemos que sua origem é mais antiga que este debate específico da década de 1990. No entanto, havia um distanciamento da Academia (Universidade), em relação aos estudos sobre a agricultura familiar e o rural brasileiro. Nesta época, as políticas de desenvolvimento estavam associadas ao conjunto de ações do estado e dos organismos internacionais, com intervenções nas regiões rurais pobres, que não conseguiam se integrar ao processo de modernização agrícola, via substituição de fatores de produção, considerados atrasados, adquirindo assim um forte viés político. Este enfoque afastava os estudiosos do rural (NAVARRO, 2001).

Dessa forma, a questão agrária, tratada nesta perspectiva analítica, não despertava interesse dos pesquisadores e estudiosos do rural brasileiro. O debate não mobilizava as universidades e seus pesquisadores, no sentido de promover estudos, pesquisas, produções e uma divulgação mais ampla, alcançando os atores, instituições e órgãos governamentais, na

discussão da temática, para, posteriormente, incluí-las como política pública de governo, o que só veio acontecer na década de 1990.

Apesar de ser recente o uso do termo agricultura familiar em nosso país, esta forma social e econômica caracterizada pela unidade entre trabalho, produção e unidade doméstica conforma um modo de vida muito presente e significativo na formação do tecido social brasileiro, particularmente no espaço rural. Mesmo assim, somente a partir de meados da década de 1990 ela passou a ganhar espaço na agenda política nacional (AQUINO; SCHNEIDER, 2011, p.120).

Os autores acima mencionados, destacaram a importância da agricultura familiar nas discussões realizadas, nos anos 1990, e na formação de um ambiente propício para a constituição dessa categoria analítica. De acordo com Schneider (2003, p. 512): “Somente a partir da década de 1990, uma mudança de enfoque e de entendimento sobre o desenvolvimento rural passou a ganhar espaço no Brasil, revitalizando o tema e gerando novas abordagens”. No transcurso deste debate, o reconhecimento da diversidade dos “pequenos produtores rurais”, a institucionalização da categoria “agricultura familiar” e a formulação de políticas públicas específicas para este segmento social.

Nesta mesma década (1990), a divulgação de pesquisas sobre a temática despertou cada vez mais o interesse de estudiosos de diversas áreas, aumentando assim a produção intelectual sobre o rural e desvendando as múltiplas visões do campo, em termos de revisão das prioridades, distribuição e aplicação dos recursos públicos para a área.

O principal avanço deste processo diz respeito ao reconhecimento da enorme diversidade econômica e da heterogeneidade desse grupo social: formado por pequenos proprietários que trabalham a terra com o uso da força de trabalho familiar, produzindo tanto para seu autoconsumo como para a comercialização e residindo em pequenas comunidades ou povoados rurais (SCHNEIDER, 2003).

Com o entendimento do processo político de construção da categoria socioprofissional agricultor familiar e de seus respectivos quadros institucionais, os agentes se apropriaram de reflexões, cada vez apurada, e legitimidade para redefinir os significados e os usos relacionados ao termo, agricultura familiar.

Um marco importante nesse processo de tipificação da agricultura familiar no Brasil foi o trabalho de Kageyama e Bergamasco (1990), em que as autoras apresentaram uma classificação dos estabelecimentos, com base no Censo Agropecuário de 1980, que utilizava como critério de segregação o uso da força de trabalho, e não o tamanho de área de terra disponível, como era usual até então nos estudos econômicos. Na década de 1990, em face do contexto favorável e do reconhecimento crescente dos novos atores sociais ligados à agricultura familiar, a demanda por uma melhor classificação ampliou-se (SCHNEIDER; CASSOL, 2014, p. 201).

As autoras citadas por Schneider e Cassol (2014) utilizaram uma nova metodologia de classificação: a segregação da força de trabalho em contraposição ao tamanho da área de terra disponível, que marcavam os estudos econômicos sobre rural e, com isso, ampliaram as análises sobre a agricultura familiar, possibilitando abordá-la em diferentes ângulos, enriquecendo muito os futuros estudos dos detalhes ou particularidades específicas.

Para Neves (2007) os termos usados para designar o que chamamos, nos dias atuais, agricultor familiar, eram diversos e variados. Segundo a autora, no amplo campo de estudos das ciências sociais e de construção de projetos agrônômicos, no final do século XX, utilizam-se tipologias variadas para estes atores sociais: pequeno produtor, pequeno proprietário, pequeno agricultor e, algumas vezes, camponês. Ainda segundo a autora, estas denominações estavam associadas a segmentos de produtores integrados ao mercado pela especialização e o uso intensivo do trabalho, segundo uma lógica da produção industrial. Os termos eram utilizados, por analogia, e/ou designação aproximada, a campos temáticos, bibliográficos e modos de organização dos agricultores americanos e/ou europeus.

Em termos conceituais, a análise da agricultura familiar no Brasil é uma tarefa complexa e árdua. Neste debate, articulam-se concepções, interpretações, critérios e proposições múltiplas e/ou contraditórias. Nele estão presentes as entidades representativas dos agricultores, estudiosos, acadêmicos e técnicos governamentais - encarregados da elaboração de políticas públicas – e com ligações variadas às cadeias produtivas.

Segundo Altafin (2007, p. 2), na delimitação conceitual da agricultura familiar, encontram-se diversas vertentes, dentre as quais, a autora destaca duas: a primeira - a moderna agricultura familiar é uma nova categoria gerada no bojo das transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas e, a segunda: a agricultura familiar brasileira é um conceito em evolução, com significativas raízes históricas.

Abramovay discorre sobre o tema da seguinte forma:

Tendo como foco o caso europeu, a primeira corrente citada considera que não há significado em buscar as origens históricas do conceito, como, por exemplo, estabelecendo uma relação com a agricultura camponesa. '[...] uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa'. Apesar do caráter familiar, esse autor considera que há uma distinção conceitual, cuja origem estaria nos diferentes ambientes sociais, econômicos e culturais que caracterizam cada uma. 'A própria racionalidade de organização familiar não depende da família em si mesma, mas, ao contrário, da capacidade que esta tem de se adaptar e montar um comportamento adequado ao meio social e econômico em que se desenvolve' (ABRAMOVAY, 1992, p.22- 23).

Para Sabourin (2009, p 29), não há e nem houve camponeses no Brasil. Uma vez que só existiria o camponês na transição do sistema feudal para o sistema capitalista e, no Brasil não houve o sistema feudal, ter-se-ia passado diretamente da escravidão para o assalariamento dos trabalhadores rurais.

Na perspectiva de Wanderley (1996, p. 7) a agricultura familiar é analisada como uma combinação específica do campesinato. Para ela, o campesinato no Brasil continua sendo muito importante, sobretudo no Nordeste, no âmbito da modernização de uma agricultura do tipo familiar: "Este campesinato corresponde a uma das formas particulares da agricultura familiar, constituída a partir de modalidades específicas de produzir e viver em sociedade".

A autora supracitada defende que este grupo social possui características peculiares e uma lógica própria, mesmo obedecendo ao conjunto de normas, comuns a todas as classes sociais. A título de exemplo: o critério de transmissão de heranças, em que a prioridade em alguns lugares é o filho homem, em detrimento das mulheres, uma regra da comunidade que se mantém aparte da legislação.

As unidades de agricultura familiar de hoje não deixam de ter suas raízes camponesas e continuam a ser, em geral, empreendimentos econômicos que operam em regime de economia familiar. Mas os agricultores familiares não são mais camponeses na medida em que sua reprodução social e econômica deixa de estar confinada à pequena comunidade rural ou povoado isolado, pois recebem influências externas (sejam elas tecnológicas, culturais, informacionais, mercantis, etc.) que se tornam cada vez mais decisivas à sua reprodução à medida que se amplia sua inserção social. (WANDERLEY, 2003, p.26 apud MENDRAS, 1984).

No entanto, para Schneider e Cassol o agricultor familiar de hoje difere do campesino do passado, considerado como comunidades isoladas, com frágil relação com o mercado, com uma produção para o autoconsumo e que cultivavam a terra de forma tradicional, mas, também, diferem dos estereótipos americanos e europeus.

De um lado, está cada vez mais evidente que ao se falar em agricultura familiar no contexto atual, não se está referindo ao campesinato tal como este era concebido nas décadas de 1960 e 1970. Os camponeses eram considerados os pobres rurais, pouco eficientes do ponto de vista econômico e ameaçados de desaparecimento pelo emergente capitalismo urbano industrial da época (sem contar que em alguns países eram considerados perigosos e incômodos por suas políticas e alinhamentos ideológicos). De outro lado, os agricultores familiares que estão ganhando destaque no momento atual não são aqueles diretamente identificados com os *'family farmers'* da América do Norte e da Europa do Norte, também conhecidos como agricultores *'tipo farmer'*, altamente tecnificados e produtores de monocultivos. Com exceção de algumas regiões e situações específicas, o estereótipo do *'farmer americano'* não corresponde à maioria dos agricultores familiares que existem no Brasil e nos demais países da América Latina (SCHNEIDER; CASSOL, 2014, p 61).

De acordo com os autores, acima citados, a denominação do agricultor familiar brasileiro não mantém ligações somente com os conceitos importados dos países ditos desenvolvidos, nem com os aspectos específicos do campesinato dos anos 1960 e 1970, mas, mesclam as características dessas duas correntes, adquirindo suas particularidades, com certa integração ao mercado com conhecimento tecnológico variado.

Os estudos realizados pelo Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, entre os anos 1996 e 2000, baseados na metodologia de sistemas agrários desenvolvidos pela escola francesa, permitiram uma melhor compreensão da lógica e dinâmica das unidades de produção familiares, assim como, os sistemas de produção por eles adotados em diversas regiões do país embasaram de forma decisiva a definição de categorias e conceitos apropriados pelas políticas de desenvolvimento rural no Brasil. Os resultados desses estudos indicaram uma grande diversidade em relação ao modo de produção, adaptação com a terra, disponibilidade de recursos e infraestrutura, não apenas entre regiões, mais também intra-regional (MDA, 2000).

Schneider (2010, p. 25) Coordenador do Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, propôs uma tipologia e classificou os estabelecimentos dos agricultores familiares em três grupos, a partir dos seguintes critérios: relação com a produção agrária, receita, nível de dependência e reprodução social. Divididos da seguinte forma:

a) O primeiro grupo é formado, majoritariamente, por estabelecimentos especializados, que depende muito fortemente da receita da atividade agropecuária, especialmente da produção vegetal. Para o autor, são estabelecimentos que possuem alguma abertura para atividades fora

do estabelecimento, mas parece que sua vocação (e também principal estratégia de reprodução social) é a agropecuária.

b) O segundo grupo, representado por um grupo pequeno de estabelecimentos, possui múltiplas fontes de ingresso, na formação do orçamento familiar e a receita agrícola não é a única fonte de recursos, nem mesmo a mais importante. As entradas monetárias com as atividades não agrícolas e as aposentadorias são significativas. As áreas das terras são relativamente pequenas para ampliar a agricultura.

c) O terceiro grupo de estabelecimentos familiares: vivem no espaço rural, mas, a agricultura e a produção agropecuária não ocupam um lugar expressivo na definição da renda familiar. Os autores indicam o estabelecimento, apenas, como um local de moradia. Mesmo assim, a produção agrícola continua a ter alguma importância, especialmente, para o autoconsumo.

O universo agrário familiar possui grande diversidade nas paisagens ambiental, econômica e social, torna-se complexo, em virtude dos diferentes tipos de agricultores e agriculturas, traduzindo-se em diferentes estratégias, individuais e/ou coletivas, com adaptação ao modo de vida da família e das condições particulares das regiões.

Existe, atualmente, uma multiplicidade de metodologias, critérios e variáveis que definem os vários tipos de agricultores familiares (camponeses, agricultores familiares e/ou pequenos produtores), e, com essas variações, distintos comportamentos e racionalidades, produzem-se complexos manuais de assistências técnicas, com peso e significados diversos em contextos regionais peculiares.

A agricultura familiar reconhecida institucionalmente pelo governo é caracterizada por diferentes formas produtivas. Para Wanderley (2001, p.21), para fins de definição, devemos tomar como base algumas características intrínsecas ao estabelecimento familiar: quantidade de mão de obra familiar ocupada na produção, condições de posse da terra, administração da unidade produtiva e número de trabalhadores contratados.

No Brasil, os que hoje são reconhecidos como agricultores familiares já receberam (e ainda recebem) diferentes denominações, de acordo com os estados da federação, origem étnica e a capacidade produtiva; não havendo, na atualidade, uma homogeneidade de estruturas, produção e identidade cultural, mesmo em regiões próximas. Isso demonstra que a definição de critérios necessita um maior aprofundamento da categoria “agricultor familiar”.

Os estudos recentes também indicaram a agricultura familiar como atividade mais sustentável, uma vez que sua forma de lidar com o meio ambiente é menos degradante que

a agricultura patronal, pois, realiza a maioria das tarefas de forma artesanal e isso possibilita um maior cuidado com a terra, e a natureza no seu entorno. Segundo Altafin (2007), as funções de preservação ambiental e sociocultural, legitimaram, na atualidade, a agricultura familiar, apesar de ainda se configurar como um tema de grande controvérsia.

No geral, a agricultura é considerada uma das atividades que produz maior impacto sobre o meio ambiente e o modelo tecnológico adotado no país tem sido responsável pela produção de inúmeros efeitos negativos. Em se tratando da agricultura familiar esse fator se reduz drasticamente pela forma como ela é praticada.

A relação da agricultura familiar com recursos naturais é considerada positiva quando ela está enraizada no meio físico, tendo controle sobre seu processo produtivo. Seu potencial para promoção da sustentabilidade ecológica diz respeito à sua capacidade de conviver de forma harmônica com ecossistemas naturais, percebidos como um patrimônio familiar. Quando em situação de risco, o que pode ser representado pela escassez de terra frequente com a reprodução das famílias, a agricultura familiar pode vir a atuar de forma nociva ao meio ambiente. (ALTAFIN, 2007 apud SOARES, 2002, p.5).

Os autores supracitados defendem que a agricultura familiar possui um diferencial importante que é produzir respeitando o meio ambiente; que resgata um modo de vida e associa conceitos de cultura, tradição e identidade. Para eles, o aumento dos problemas enfrentados pelas populações das grandes cidades tem levado à busca de modos de vida mais saudáveis, a valorização por alimentos produzidos sem o uso de agrotóxicos, produtos produzidos de forma artesanal, com a matéria-prima com menor processamento industrial, além de um crescente desejo de um maior contato com a natureza. Essa tendência tem resultado na valorização da tradição da agricultura familiar e no surgimento de diversas oportunidades de trabalho e comércio para o meio rural (ALTAFIN, 2007).

Nesta perspectiva analítica, a agricultura familiar se apresenta como um segmento promissor, ambientalmente saudável, na produção de alimentos sem agrotóxicos (alimentos orgânicos) além da empregabilidade; mostrando-se como um segmento vantajoso para o país socialmente.

Estas transformações no rural brasileiro são analisadas por Wanderley (2000a, p.53), ao afirmar que tanto a agricultura familiar, como os assentamentos de reforma agrária fazem parte de uma dinâmica mais ampla de “revalorização do meio rural como lugar de trabalho e de vida, que se expressa na retomada da reivindicação pela permanência ou retorno à terra”

Neves, (2007) explica que a agricultura familiar é muito diversa; os critérios de classificação, exclusivos, pelo modo de produção e/ou participação na produção regional, são limitados. O fato é que para delimitá-la precisamos refinar as análises e evitar as reduções, correndo o risco de construir sínteses do conceito e prejudicar alguns integrantes da sua classificação.

A institucionalização da categoria agricultura familiar, mesmo já sendo aceita por vários segmentos da sociedade, só veio acontecer com a Lei 11.326/2006 que estabeleceu os seguintes parâmetros para definição do agricultor familiar: I. Não detivessem estabelecimentos com área maior que quatro módulos fiscais; II. Utilizassem predominantemente a mão de obra da própria família nas atividades do seu estabelecimento ou empreendimento; III- Tivessem a renda familiar predominantemente originada de atividades vinculadas ao próprio estabelecimento; e IV. Dirigissem o estabelecimento em conjunto com sua família (AQUINO et al, 2013, s/p).

Com a institucionalização, da agricultura familiar e a sua caracterização, mesmo com as controvérsias analíticas em relação ao uso do termo, criou-se um direcionamento e um emponderamento por parte dos agricultores familiares e se estabeleceram os pressupostos para o acesso políticas públicas, com destaque para os programas: PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o PNAE (Programa nacional de alimentação escolar) e o PAA (Programa de Aquisição de alimentos).

1.2.1. Programas Sociais para Agricultura Familiar

A institucionalização da agricultura familiar como uma categoria social muito diversificada, em termos regionais, com tipos diferenciados e estratégias particulares na reprodução social familiar, provocou debates, muitas indefinições e poucos conceitos. O tema se apresenta indefinido, em construção e passível de modificações. De toda forma sua institucionalização representou um grande avanço no cenário das políticas públicas, direcionadas para este segmento social, carente de um olhar diferenciado no sentido de investimentos. Como desdobramento, o reconhecimento do estado e a criação, em 1996, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a valorização do agricultor familiar.

O debate político sobre a participação nos processos de formulação e proposição de políticas públicas para o campo, incluindo o setor mais vulnerável: os pequenos agricultores,

realiza-se a partir de duas visões, surgidas nas décadas de 1980 e início da década de 1990: a abertura dos canais de participação e representação da agricultura familiar, possibilitada com a redemocratização do país e a promulgação da Constituição Federal de 1988.

A primeira relacionou-se à segurança alimentar e nutricional que, desde o final da década de 1980 e, sobretudo no início dos anos 1990, por meio da Campanha ‘Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida’, recolocou para a sociedade e o Estado a necessidade de ações políticas visando retirar da miséria e da fome milhões de brasileiros. Essa problemática ganhou mais espaço no governo federal a partir de 2003, com a eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva e a criação do Fome Zero. A segunda temática diz respeito ao reconhecimento por parte do Estado brasileiro da importância econômica e social que a agricultura familiar desempenha no país. Esse reconhecimento se deu, desde 1996, por meio da implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (HESPANHOL, 2013, p. 470).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi instituído, oficialmente, através do decreto presidencial, nº 1946 de 28 de junho 1996, com a finalidade de apoiar o desenvolvimento rural, tendo como fundamento o fortalecimento da agricultura familiar, como segmento gerador de emprego e renda, no intuito dos agricultores alcançarem níveis consideráveis de satisfação e bem estar, produzindo um novo modelo nacional.

De acordo com o discurso governamental de então, essa nova política pública seria o principal instrumento utilizado para construir um novo modelo de desenvolvimento rural no Brasil. Sua missão fundamental seria combater as desigualdades que marcaram tradicionalmente as políticas estatais voltadas para estimular a mudança da base técnica da agricultura do país (SCHNEIDER; AQUINO, 2015, p. 54).

A implantação do PRONAF causou muitas discussões entre os estudiosos do rural, entre eles, Carneiro (1997) defendia que a proposta inicial do programa podia agravar as contradições do modelo econômico vigente no campo. Isso porque, conforme observou a autora, o padrão de organização da produção privilegiado em sua versão original estava assentado, implicitamente, em uma lógica setorial e produtivista, sustentada na modernização tecnológica da agricultura, abrindo pouco espaço para a diversificação econômica das unidades familiares e a disseminação de práticas produtivas articuladas com o meio ambiente.

Para Abramovay e Veiga (1999, p.115) apesar de seus problemas de implantação, as evidências colhidas durante os dois primeiros anos de vigência do programa sugeriam que ele estaria conseguindo equacionar seus problemas de origem e “produzir o ambiente

institucional necessário á ampliação da base social da política nacional de crédito e desenvolvimento rural”.

O PRONAF é um tipo de financiamento específico para a agricultura familiar com grande visibilidade e, também, uma mediação para se pensar um conjunto de instrumentos que pudessem reposicionar, e tornar viável, a agricultura familiar, e os agricultores com potencial produtivo, até aquele momento, subaproveitado.

A própria afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionada à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar, em 1996, o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Esse programa, formulado como resposta às pressões do movimento sindical rural desde o início dos anos de 1990, nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade (NASCIMENTO, 2005, p. 20).

Dessa forma, o programa contribuiu com a construção da nomenclatura: *agricultura familiar*, termo apropriado por técnicos, agricultores, estudiosos e instituições governamentais e vários segmentos sociais.

No contexto das discussões sobre o PRONAF, muitas controvérsias surgiram no sentido de estabelecer parâmetros para definir o público beneficiário. A questão central era: como delimitar este setor? É o modo de vida? É a forma de lidar com a terra? As respostas a estas questões atravessam o debate, chegando à atualidade, sem a precisão (ou não) do termo.

Por tal razão, pelo Pronaf, vão, em tese, sendo integradas como beneficiários do apoio institucional, diversas categorias socioeconômicas de produtores sob uso do trabalho familiar e correspondentes a modos diferenciados de existência social: *extrativistas*, *pescadores*, *silvicultores* (definidos pela atividade produtiva mais valorizada nos termos do programa); *ribeirinhos* (definidos pela adequação de práticas sociais aos ciclos de imersão ou emersão de várzeas); e *remanescentes de quilombos* (modo específico de apropriação e legitimação de posse e uso da terra). Portanto, concomitantemente, o termo *agricultor familiar*, se ladeado ou apresentado racionalmente, designa um segmento por esse prisma diferenciado, mas parte do conjunto afiliado ao setor *agricultura familiar* (NEVES, 2007, p.22).

Ao projeto FAO-INCRA é atribuído os fundamentos embrionários do PRONAF, cuja primeira versão foi elaborada em 1994, na ocasião avaliando o potencial e o tamanho da agricultura familiar no Brasil. De acordo com esse estudo, foi constatado que aproximadamente 75% dos estabelecimentos agrícolas no Brasil tinham características de

produção familiar e 60% do pessoal ocupado, bem como 28% do valor total da produção agropecuária (FAO/INCRA, 1995).

Mesmo sofrendo críticas de muitos estudiosos do rural, a maioria reconhece a importância do PRONAF para a agricultura familiar, por oferecer instrumentos e reflexões a respeito de como traçar políticas públicas para esse segmento de agricultores.

O aparecimento do PRONAF marca um momento singular na história agrária brasileira. Pela primeira vez temos um programa comprometido com o apoio àquele setor, que até o começo dos anos 1990, erroneamente se identificava como sendo o dos ‘pequenos produtores’, o qual, em verdade, é responsável por nada menos que 38% do valor bruto da agropecuária nacional e por 57,1% no âmbito da região sul do país, empregando aproximadamente 83% da mão-de-obra ocupada nas atividades agropecuárias (GUANZIROLI *et al*, 2001, p. 57).

Mesmo com foco diferenciado em aspectos distintos a grande maioria dos autores reconhece e concorda com a importância da criação do PRONAF não apenas no sentido do número de recursos disponibilizados, mas nos aspectos que envolvem todas as discussões do tema.

O surgimento, em 1995, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar marca, indiscutivelmente, um divisor de águas no processo de intervenção estatal na agricultura e no mundo rural brasileiro. Tal assertiva prende-se muito mais ao caráter desta mudança e dos objetivos implicados, do que propriamente no volume de recursos efetivamente disponibilizados para apoiar este setor, haja vista o fato da agricultura patronal concentrar nada menos que 76% do crédito atualmente disponibilizado para financiar a agricultura nacional. (ANJOS *et al*, 2004, p.530).

Nestes termos o PRONAF não apenas representou um programa de financiamento diferenciado e adaptado à agricultura familiar, mas uma ação efetiva pioneira; um programa de governo, com políticas públicas específicas para os agricultores, antes silenciados, esquecidos ou ignorados.

A partir do surgimento do Pronaf, o sindicalismo rural brasileiro, sobretudo aquele localizado nas regiões Sul e Nordeste, passou a reforçar a defesa de propostas que vislumbrassem o compromisso cada vez mais sólido do Estado com uma categoria social considerada específica e que necessitava de políticas públicas diferenciadas (juros menores, apoio institucional etc.) (NASCIMENTO, 2005, p. 20).

Sendo assim o PRONAF, além dos benefícios financeiros proporcionados a agricultura familiar, criou espaços de reflexão e busca constante para aprimorar os estudos e

políticas futuras para esse segmento social, no sentido de entender as suas particularidades, e, dotando os órgãos governamentais de um conjunto de informações e dados para otimização do programa.

Após a operacionalização do PRONAF, como programa mais abrangente, surge o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) que prevê a compra da produção dos agricultores familiares com doação simultânea, ou seja, a distribuição dos produtos para pessoas e/ou instituições em situação de risco social. A meta estabelecida pelo governo federal era diminuir no país o número de pessoas em estado de vulnerabilidade social e nutricional.

O programa de Aquisição de Alimentos foi criado em julho de 2003, por meio da Lei nº 10.696, art. 19. Esse programa possui duas finalidades: promover acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para alcançar esses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendida pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública de filantropia de ensino (MDA, 2012).

Com isso o governo trabalha em duas vertentes: cuidar da alimentação dos escolares e/ou pessoas carentes e criar um mercado para os produtos advindos da agricultura familiar, e, ainda, incentivar a diversificação da produção, estimulando o cooperativismo e desenvolvendo a autoestima do agricultor.

Verificou-se a importância que as compras governamentais, a exemplo do PAA, podem assumir ao incentivarem a diversificação produtiva, o aumento da produção de alimentos para atender ao consumo familiar e as necessidades da rede socioassistencial local/regional, além de promover a valorização dos hábitos alimentares locais, o associativismo rural e a autoestima dos agricultores; propiciando novas alternativas de comercialização da produção, melhorando as condições de reprodução social desses agricultores no campo (HESPANOL, 2013, p.471).

De forma geral, o PAA garante um mercado específico para agricultura familiar e a comercialização dos seus produtos, evitando a figura do atravessador e os limites postos devido à sazonalidade dos preços. E, com a diversificação da produção, o agricultor pode aproveitar melhor a terra, com os ciclos diferenciados dos produtos.

Outra inovação na formação de mercados para agricultura familiar deu-se com a Lei nº 11.947/2009, art. 14, ao estabelecer que do repasse do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), direcionados para a alimentação escolar, no mínimo

30% (trinta por cento) deve ser para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, direcionados ao Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) surgiu no ano de 1954, com a denominação de “Programa Nacional de Merenda Escolar”. A emergência do Programa aconteceu no marco da formação da Comissão Nacional de Alimentação (CNA), vinculada ao setor de Saúde Pública do Ministério da Saúde, com o objetivo específico de reduzir a deficiência nutricional de estudantes carentes do Brasil.

Em 1994 houve a descentralização do programa com a Lei n. 8.913, de 12 de julho de 1994, a execução e a gestão financeira foram transferidas para os municípios (a esfera local/municipal), bem como a responsabilidade com a compra dos alimentos, a contratação de nutricionistas para a elaboração de cardápios e o controle do processo de operacionalização (BRASIL, 1994).

Sendo assim os benefícios dos programas não apenas ficam restritos aos agricultores e suas famílias se estendendo, também, para suas relações comerciais como supermercados na compra de alimentos ou materiais de construção entre outros setores, dinamizando dessa forma a economia do município e criando um círculo de negócios que movimenta e potencializa o comércio dentro de uma cadeia de negócios, gerando divisas e/ou impostos para o governo municipal que pode reinvestir e assim contribuir para considerável desenvolvimento local.

Nessa direção desses programas, o Governo Federal desenvolve um ciclo virtuoso: apoia a agricultura familiar com recursos do FNDE, qualifica a alimentação escolar com os produtos locais e, esta rede de apoio, se espalha por todo o município, gerando emprego e renda, diminuindo o êxodo rural e melhorando a qualidade de vida dos agricultores.

Os pontos negativos desses programas ficam por conta da grande extensão do Brasil, caracterizado pela sua grande diversidade (cultural, social, ambiental) de proporções muito heterogêneas e multifacetárias, e que não foram levadas em consideração na montagem desses programas. Pensados de forma homogênea para todo território nacional sem distinção e sem as adaptações específicas exigidas para cada região. Por isso acabam por trazer muitas distorções em várias localidades, prejudicando seus resultados, fazendo com que muitos agricultores não alcancem na sua totalidade seus benefícios.

1.3. Rural, ruralidade e pluriatividade.

No Brasil, de uma forma geral, o meio rural sempre foi referenciado como fonte de grandes problemas e fragilizado pelo isolamento e vulnerabilidade social, em oposição à cidade como lugar das instituições, da representação do poder público, dos serviços e dos equipamentos coletivos.

De acordo com os dados do Censo Demográfico: o “rural é a área externa ao perímetro urbano de um distrito, composta por setores nas seguintes situações: rural de extensão urbana, rural povoado, rural núcleo, rural outros aglomerados, rural exclusivo aglomerados”. Essa delimitação é baseada na definição administrativa de distrito e de perímetro urbano: “linha divisória dos espaços juridicamente distintos de um distrito, estabelecida por lei municipal” é utilizada para classificar os domicílios pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006, p.66).

No entanto, esses dois ambientes (rural e urbano) nunca estiveram separados; as delimitações são flexíveis; são vizinhos fisicamente e estão em constantes trocas. Neste ínterim, dois processos se cruzam: com a urbanização ocorre o deslocamento das pessoas (campo-cidade), geralmente, em busca dos serviços concentrados e tipificados como urbanos (saúde, educação, lazer, etc.) e sonhando com um emprego na cidade e, como consequência, melhores condições de vida – individual e/ou familiar - ou o movimento contrário: o rural adotado como espaço de moradia, de “tranquilidade e paz”, para aposentados e/ou novos moradores que, geralmente, não dependem da renda da produção agrícola para manter a família.

Ao analisar o mundo rural contemporâneo, Wanderley (2000b) afirma que este é multifacetário e multifuncional, portanto, não pode ser pensado a partir de uma única dimensão, tampouco afastado das relações sociais mais amplas. O rural é resultado de um processo histórico e de relações sociais específicas que o constitui enquanto espaço singular. As relações das comunidades rurais são pautadas muitas vezes pela relação familiar muito presente nas decisões, uma vez que as conversas as atitudes dos indivíduos são geridas, geralmente, por traços de hierarquia, tradição e continuidade; processo de reprodução da cultura e dos modos e valores do grupo social.

Para Carneiro (2007) a unidade familiar, entendida como entidade plástica e mutante, tem a capacidade de elaborar estratégias para se adaptar as condições econômicas e sociais.

No entanto, cabe enfatizar que esses rearranjos dialogam com a tradição – rejeitando-a ou revalorizando-a.

Novos valores serão formulados e/ou antigos valores serão resgatados, como a revalorização no campo e da natureza, ou a liberdade associada ao trabalho na cidade. Em outras palavras, fatores de ordem cultural, e subjetivos, interferem diretamente na trajetória econômica das unidades produtivas.

As discussões sobre a “ruralidade” entre os formuladores de políticas públicas e acadêmicos convergem no sentido de que o rural é mais amplo e diversificado do que a atividade agrícola e, assim, qualquer proposta de generalização possui elevado grau de imprecisão. Nesse debate, o desenvolvimento rural é pensando como um processo multisetorial e multifuncional, com atribuições relacionadas à produção, meio ambiente ecologia e sociedade.

Para Wanderley (1999), com a crise do modelo de sociedade, “novos olhares” são lançados sobre o meio rural que, aos poucos, é enxergado, igualmente, como “portador de soluções”. Desta forma, a “ruralidade” e o “desenvolvimento sustentável”, na perspectiva do desenvolvimento local, são temas incorporados pela comunidade acadêmica, pelos movimentos sociais e pelos formuladores das políticas públicas, muito embora em um ritmo lento em comparação aos países da União Europeia.

No Brasil a agricultura familiar desenvolve-se sob a égide da mobilidade espacial, é prática recorrente entre agricultores, morar na cidade e trabalhar no campo, ou trabalhar na cidade e morar no campo, com destaque para os pequenos municípios brasileiros como pequenos núcleos urbanos de economia quase exclusivamente agrícola.

Se o rural não pode ser compreendido, apenas, como setor primário da economia, como seria possível compreendê-lo, então? De acordo com a teoria social (ABRAMOVAY, 2003), três são as dimensões definidoras fundamentais da ruralidade: a proximidade com a natureza, a relação com as cidades e as relações interpessoais derivadas da baixa densidade populacional e do tamanho reduzido de suas populações. O que muda no contexto atual é o conteúdo social e a qualidade da articulação entre essas instâncias.

Para os estudiosos Perico e Ribeiro (2005) uma redefinição de ruralidade é necessária e deve ser acompanhada de profundas revisões nas políticas oficiais, assumindo-se a necessidade de um novo conceito de planejamento territorial e descentralizado, contrapondo-se ao modelo de planejamento setorial e centralizado. Para os autores, a redefinição do rural

passa a ser uma inovação em termos políticos, ao propor que a autonomia dos territórios rurais e a sua institucionalização fundamentem a nova forma de gestão do desenvolvimento.

Na metade da década de 1990, as pesquisas realizadas sobre a interdependência do rural com o urbano se destacaram na Sociologia, Economia e Geografia. Para Girardi (2008) entre os temas mais debatidos estão: a intensificação da pluriatividade e o aumento das atividades não agrícolas em áreas rurais, a mecanização crescente da atividade agropecuária, o agronegócio e os movimentos socioterritoriais no campo.

Existem no Brasil 34 milhões de pessoas que vivem no meio rural, o que corresponde a 21,6% da população (WANDERLEY, 2003). Para a autora, o meio rural é entendido como um espaço de relações sociais específicas, que se constrói, se reproduz e forma um espaço singular de vida. Para compreender esse espaço precisamos considerar sua dinâmica social interna, que resulta da maior ou menor intensidade e complexidade da vida local e das formas de sua inserção em uma dinâmica social “externa”. Para a autora, o espaço rural é socialmente construído pelos seus habitantes, em função das relações fundadas nos laços de parentesco e de vizinhança, bem como, do ritmo dos acontecimentos que determinam os ciclos da vida familiar - que são os nascimentos, casamentos e mortes, mas também, o calendário das manifestações de ordem cultural e religiosa.

Segundo Wanderley (2001), um “novo olhar” sobre o meio rural cria um contraponto ao rural como fonte de grandes problemas – desenraizamento, miséria, isolamento, currais eleitorais, etc. Estas novas abordagens refletem o rural como portador de “soluções”: o acesso a terra e ao trabalho, lugar de vida/moradia e melhoria da qualidade de vida. Para a autora, o mundo rural é um universo socialmente integrado ao conjunto da sociedade brasileira e ao contexto atual das relações internacionais e se move em um espaço específico, entendido enquanto um espaço físico diferenciado. Ressalta, ainda, que a ruralidade, o desenvolvimento rural e o desenvolvimento local são atualmente temas em debate na comunidade acadêmica brasileira.

Girard (2008) aponta duas grandes interpretações sobre as relações campo e cidade: a abordagem dicotômica em que campo se opõe a cidade e a defesa de um *continuum* urbano rural. Neste *continuum* a industrialização é um elemento que aproxima o campo da cidade. Nesta perspectiva, haveria uma maior integração entre ambos, através das diferenças de intensidade e não de contrastes. Para o autor, não existiria uma distinção nítida entre os dois, porém existem também pontos extremos opostos numa escala de gradação.

Com algumas ponderações sobre a defesa do *continuum*, entre o campo e a cidade, os autores Siqueira e Osório (2001 *apud* GIRANDI, 2008), afirmam que o conceito deve ser utilizado com cuidado, uma vez que esta concepção pode ser adequada para o “campo dos países desenvolvidos”, e para algumas regiões de países subdesenvolvidos, é não para as diversificadas experiências do mundo rural.

Para Wanderley (2001), essa ideia de *continuum* é pensada em duas direções. A primeira é centrada no urbano como fonte de progresso e o rural como expressão do atraso e, como desdobramento, o desaparecimento do rural com a expansão do urbano. Segundo a autora, juntamente com a teoria da urbanização do campo, esta visão traduziria o fim da realidade rural. A segunda vertente de análise aproxima o rural do urbano, acentuam os elementos de diferenciação e aproximação, as complementariedades, os encontros e desencontros, as tensões, etc. Mas, as singularidades não desaparecem, e, neste contexto, se reafirma a existência do rural.

De acordo com a autora supracitada, não se pode atribuir à rápida transformação pela qual vem passando os espaços rurais única e exclusivamente às forças exógenas, como se estas fossem as únicas capazes de influenciar os processos sociais no campo. Por isso afirma: reconhecer o rural um espaço em que outras atividades, além das agrícolas, e, também, ser portador de infraestruturas básicas de bem-estar social, não significa que o campo se urbanizou e que a agricultura deixou de ter centralidade econômica, social, cultural e produtiva.

Nestas leituras do rural, as atividades agropecuárias não são as únicas praticadas no campo, as transformações ocorridas, na relação rural – urbano, criaram as condições de ingresso dos agricultores familiares em diversas atividades não agrícolas e com elas, a pluriatividade na agricultura familiar se mostra bem presente na constituição da renda do agricultor familiar.

2- A PLURIATIVIDADE COMO ESTRATÉGIA DE (RE) COMPOSIÇÃO DA REPRODUÇÃO FAMILIAR

Com as mudanças ocorridas nas últimas décadas na relação campo-cidade, as reflexões sobre o rural se ampliaram, para além das atividades agropecuárias, incorporando, também, os estudos sobre as novas atividades realizadas no campo.

Nas transformações ocorridas no transcurso dos anos 1990, e na primeira década do século XXI o mercado de trabalho agrícola foi praticamente ignorado pelos formuladores de políticas públicas e pesquisadores das universidades. As abordagens à época priorizavam as temáticas da reforma agrária, da agricultura familiar e os estudos sobre “o novo rural”, com ênfase para a dimensão não agrícola do rural (BUAINAIN E DEDECCA, 2008).

De fato, o setor agrícola tem exercido um importante papel na dinâmica econômica do país, funcionando como componente fundamental da estrutura produtiva que tem estimulando a economia brasileira, desde a década de 1980, na promoção do desenvolvimento econômico, na geração de emprego e renda e no controle do êxodo rural (BUAINAIN; GARCIA, 2010).

A estrutura produtiva agropecuária abriga um número de estabelecimentos rurais vinculados as mais modernas cadeias produtivas instalada no país, e caracterizadas pela elevada eficiência na gestão da propriedade e no uso de tecnologias. Mas abriga também um grande número de agricultores familiares que apresentam baixa eficiência na gestão da produção e uso de tecnologias (ALVES et al, 2006).

Com as crescentes exportações de produtos de gêneros alimentícios e a formação de um mercado agroalimentar no Brasil, o mercado de trabalho rural se reposicionou na economia brasileira e, neste ínterim, recebeu de parte dos pesquisadores de estudos rurais uma atenção maior, na perspectiva da produção de conhecimentos específicos sobre estes processos, o que não ocorreu, com a mesma intensidade, nas décadas passadas.

Os estudos passaram a abordar o rural, como um todo, enxergando na sua constituição e diversidade: a agricultura patronal (o “agronegócio” brasileiro), como também, a agricultura familiar gestada nos pequenos estabelecimentos com menor porte econômico.

Neste período, as pesquisas sobre a pluriatividade vieram acompanhadas do debate sobre (nova) ruralidade, as relações: rural x urbano, as mudanças demográficas, a discussão sobre a identidade social e as representações simbólicas sobre o rural (CARNEIRO, 2001; VEIGA, 2002; MOREIRA, 2002; WANDERLEY, 2004). Mas o impulso decisivo ao estudo da

pluriatividade ocorreu à medida que se ampliaram as pesquisas sobre as mudanças no mercado de trabalho rural no Brasil.

Para Schneider (2007), a pluriatividade pressupõe a combinação de duas ou mais atividades desenvolvidas pelos membros da família: a prática da atividade agrícola na unidade de produção, e, outras atividades, realizadas dentro ou fora dos estabelecimentos rurais, ou até mesmo em outros setores.

Considerando a grande diversidade, e heterogeneidade, do meio rural no Brasil, traçar um quadro da pluriatividade reveste-se em um grande desafio. A aproximação mais consistente tem sido alcançada por meio da utilização das pesquisas domiciliares, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os estudos conduzidos no âmbito do Projeto Rurbano tornaram-se uma referência importante para as análises das mudanças espaciais e ocupacionais do meio rural, a formação de um mercado de trabalho no campo e as alterações do perfil sócio profissional e identitário das famílias rurais (CAMPANHOLA, 2004; GRAZIANO DA SILVA, 1999).

Nessa nova conformação do rural observamos determinadas dinâmicas adquiridas por segmentos de agricultores familiares que buscam novas atividades produtivas, dentro e/ou fora de seus estabelecimentos familiares, em função do dinamismo que adquiriu o rural nas últimas décadas. Esse novo cenário pressupõe adaptações à nova realidade e a diminuição da vulnerabilidade de determinados sistemas produtivos.

Del Grossi e Graziano (2000), baseados nos dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), revelaram que os agricultores familiares não conseguem sua reprodução exclusivamente por meio da renda agropecuária, e que recorrem cada vez mais a atividades não agrícolas.

Para Mendras (1978), o camponês passou do simples homem dedicado a frutificar a terra para seu consumo, para um agricultor que consegue desenvolver várias atividades, inclusive não agrícolas, numa prática definida como pluriatividade.

Sendo assim, nesse trabalho compreendemos a pluriatividade do meio rural como um fenômeno que articula pelo menos duas atividades, sendo uma delas a agricultura. Estas atividades são exercidas por indivíduos que pertencem a um grupo doméstico ligado por laços de parentesco e consanguinidade (filiação), entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consanguíneos (adoção), que compartilham o mesmo espaço de moradia

e trabalho (não necessariamente em um mesmo alojamento ou habitação) e se identificam como uma família. (SCHNEIDER, 2003).

O estudo da pluriatividade é relativamente recente e envolveu três fases segundo Schneider (1984; 1987). No primeiro momento, os estudos, na década de 1980, mostravam que em algumas regiões e contextos sociais específicos os membros das famílias rurais foram levados a buscar trabalho e /ou obtenção de renda em tempo parcial, fora das propriedades rurais, caracterizando uma dupla ocupação, ficaram conhecidos como “colonos operários”.

De acordo com o autor supracitado, na segunda etapa, as pesquisas incorporaram as noções de *part-time farming e multiple-job holding*, que já haviam sido utilizadas na Europa, e em outros países desenvolvidos, para descrever as situações em que parcela significativa de agricultores dedicava, apenas, uma parte de sua jornada de trabalho às atividades agrícolas.

Na terceira etapa, final da década de 1990 até o período atual, a pluriatividade ficou definida nos estudos de Fuller (1990), como um elemento de diversificação que pode se produzir no interior da família ou a partir do exterior, pois ela funciona como uma estratégia que se modifica de acordo com a dinâmica dos estabelecimentos familiares e de sua relação com a estrutura agrária.

A pluriatividade surge, num contexto de grandes mudanças do desenvolvimento científico e industrial, em função principalmente do avanço dos transportes e da tecnologia, que revolucionaram as formas de relacionamento, a circulação de informações e mercadorias, encurtando as distâncias, que deixaram de ser empecilho à atividade produtiva. A interação entre estas atividades tendem a ser mais intensas quanto mais complexas e diversificadas forem às relações existentes entre os agricultores e o meio ambiente e social (SCHNEIDER, 2007).

Veiga (2006) acredita na potencialidade dos indivíduos no sentido de que, estes, possam desenvolver atividades novas. “É potencialmente infinita a gama de capacidades que os indivíduos podem ter e as escolhas que podem ajudar a expandir essas capacidades, embora varie muito conforme a pessoa”.

Por essa ótica é possível que os agricultores familiares em função da proximidade de determinada infraestrutura, disponível localmente, e, também, em momentos de dificuldades na produção, busque introduzir na composição da renda familiar outros ingressos, outras atividades, e conviva com as vantagens dessa “dupla função” nas suas múltiplas modalidades e tipologias.

A tentativa de elaborar tipologias das formas de pluriatividade surgiu da necessidade de ampliar o enfoque do fenômeno, para além das configurações “clássicas” da pluriatividade: a interação intersetorial da agricultura com outros setores, notadamente, a indústria. Com base nesta limitação, alguns estudiosos argumentaram que, mesmo nas situações em que não havia a integração entre diferentes setores, a pluriatividade poderia ocorrer pela combinação de distintas atividades e ocupações em um mesmo ramo da economia. Sampedro Gallego (1996) foi um dos primeiros a se referir a pluriatividade “interna” ao setor agrário, que denominou de *pluriatividade agrária*;

Por fim, a utilização da tipologia comum por diferentes pesquisadores e em diferentes contextos empíricos pode trazer avanços promissores ao estudo do tema.

Schneider (2009) classificou os principais tipos de pluriatividade e ressaltou que é importante saber que não existe um tipo puro e/ou predominante de pluriatividade e/ou uma modalidade específica se sobrepondo a outra; as relações produtivas são diversificadas e difícil de precisar onde começa e termina cada uma.

Na perspectiva de Schneider (2009) os tipos de pluriatividade podem ser descritos assim:

a) Pluriatividade tradicional ou camponesa - esse tipo de pluriatividade faz parte de um modo de vida específico, no sentido de que são famílias que se encontram em condições semelhantes às descritas pelos estudiosos como “sociedades camponesas”. Nestas sociedades, os grupos sociais são relativamente autônomos e isolados e realizam uma produção fundamentalmente para o autoconsumo, com uma débil relação com o mercado. Nestas unidades, a pluriatividade ocorre dentro da propriedade, por meio da combinação de atividades de produção, transformação e artesanato. Muitas vezes, são atividades não agrícolas ligadas à elaboração de peças e equipamentos para uso próprio, como ferramentas e utensílios de trabalho (balaies, cestos, material de selaria). Portanto, trata-se de um tipo de pluriatividade que sempre existiu e que caracterizam, de forma genuína, as unidades de produção familiares no meio rural. O que diferencia este tipo de pluriatividade das demais é o fato de que esta modalidade não visa o mercado.

b) Pluriatividade Intersectorial - Trata-se de um tipo de pluriatividade que decorre do processo de encadeamento e articulação da agricultura com os demais setores da economia, principalmente a indústria e o comércio. Na atualidade, decorre dos processos produtivos pós-fordistas (processo de descentralização industrial em busca de vantagens) e da importância

crescente das economias locais como a segmentação do mercado de trabalho, a subcontratação, a informalização e a precarização das relações de trabalho. O deslocamento das empresas para os espaços rurais e peri-urbanos deve-se a vários fatores, em geral ligados à procura por força de trabalho mais barata. Já a rurbanização, ou o “*commuting system*”, embora em parte decorrente do anterior, está relacionado à expansão crescente das áreas de habitação no entorno das grandes regiões metropolitanas e do fluxo diário e pendular das pessoas que habitam no meio rural, mas trabalham em atividades não agrícolas.

A rurbanização transforma as áreas rurais e lhes imprime uma nova dinâmica, caracterizada pela valorização imobiliária e pelo crescimento da prestação de serviços. Em razão disso, os mercados de trabalho rural e urbano vão se homogeneizando e a pluriatividade das famílias vão se desenvolvendo. A pluriatividade intersetorial manifesta-se, nestes termos, como a expressão das transformações pós-fordistas sobre o mercado de trabalho rural, trazendo para este espaço um conjunto de novas relações de trabalho. (SCHNEIDER, 2009). Neste caso, em geral é o contexto territorial que responde pelo aparecimento da pluriatividade e torna-se uma característica das economias locais.

c) Pluriatividade de base agrária - decorre da demanda crescente por serviços e atividades não agrícolas geradas pelo próprio processo de modernização da agricultura (SAMPEDRO GALLEGU, 1996; WELLER, 1997). É uma pluriatividade que ocorre dentro do setor agropecuário, mas se caracteriza pela combinação de atividades agrícolas e novas atividades não agrícolas. Ela surge e se expande com a terceirização de etapas ou fases dos processos produtivos na agricultura, o que implica na subcontratação, aluguel de máquinas e equipamentos e na contratação de serviços de terceiros para execução de tarefas que antes eram realizadas no interior de cada exploração agropecuária.

Os processos de terceirização e subcontratação ampliaram-se rapidamente no Brasil, nas últimas duas décadas, coincidindo com a organização e gestão do setor no esquema de cadeias que integram a produção, o beneficiamento, a distribuição e a comercialização.

A pluriatividade de base agrária se manifesta de três formas - a primeira: os agricultores residem no meio rural e trabalham na atividade agrícola e, parte da jornada de trabalho, em alguns casos a maior parte, é dedicada à prestação de serviços. Em geral, trata-se de situações em que um agricultor dispõe de máquinas e equipamentos e realiza tarefas para os vizinhos (e propriedades mais distantes) que não possuem escala de produção suficiente que compense a aquisição do próprio maquinário. Assim, as atividades agrícolas, como plantio, colheita, manejo, transporte, tornam-se ocupações realizadas em propriedades de

terceiros, mediante pagamento (em dinheiro ou em produto). Mesmo que o operador do serviço seja um agricultor, é importante destacar que ele atua como contratado.

A segunda forma de pluriatividade de base agrária refere-se à contratação de pessoas que moram no meio rural e integram famílias de agricultores para atuar em atividades como o processamento, o beneficiamento, o transporte, a comercialização, entre outras, da produção agrícola. São atividades e empregos gerados pela própria dinâmica do setor agroindustrial que ao se desenvolver vai gerando um conjunto de atividades não agrícolas, como os tratoristas, armazenadores, ensacadores, pessoal de administração.

A pluriatividade de base agrária também se manifesta através da informalidade e da precária venda da força de trabalho no meio rural, em larga medida decorrente da sazonalidade dos processos de produção na agricultura. No meio rural, existe um conjunto de atividades não agrícolas esporádicas, intermitentes, que não tem jornada formal de trabalho pré-estabelecida e que são exercidas no artesanato, no comércio informal (vendedores ambulantes de porta-em-porta), nos serviços estacionais ligados as colheitas e serviços como diaristas e empreiteiros. É comum agricultores recorrerem a elas em razão da sazonalidade do trabalho agrícola ou mesmo como uma forma de remuneração temporária. A sua execução pode se dar dentro ou fora do estabelecimento, assim como ser próxima ou longe da moradia, como no caso das pessoas que se deslocam aos centros urbanos para prestar serviços domésticos. Embora precárias e informais estas atividades se constituem em fontes importantes de renda para muitas famílias.

d) Pluriatividade pára-agrícola - A pluriatividade pára-agrícola resulta das atividades que formam um conjunto de operações, tarefas e procedimentos que implicam na transformação, beneficiamento e/ou processamento de produção agrícola (*in natura* ou de derivados) obtida dentro do estabelecimento, adquirida em parte ou na totalidade fora deste, destinada à comercialização. Trata-se de uma parte da produção, para o autoconsumo, que passa a ser destinada à venda (SCHNEIDER, 2009).

À medida que este tipo de produção cresce e começa a ocupar espaços fora do âmbito doméstico, ela se torna uma atividade independente, inaugurando uma nova jornada de trabalho e rotinas diferenciadas, sendo possível afirmar que surge uma nova atividade ou outra ocupação que, combinada com a agricultura como atividade principal, gera a pluriatividade. Em geral, este é um tipo de pluriatividade que resulta de atividades ligadas à produção de derivados de leite, cana, carnes, frutas e outros que passaram a ser processados e transformados no interior da propriedade mediante agregação de valor (SCHNEIDER, 2009).

No Brasil, estes empreendimentos vêm sendo chamados de agroindústrias rurais familiares. Quase sempre são de pequeno porte e estão organizados em forma de cooperativas, associações ou redes de comercialização. É claro que há uma enorme diversidade de agroindústrias familiares que possuem os mais diversos tipos de escalas e formas de gestão (individuais, associativas, cooperativas, etc.). Este tipo de pluriatividade surge em regiões onde predomina a agricultura familiar e onde os mercados de trabalho em atividades não agrícolas intersetorial são débeis, ou quase inexistentes, como a região norte do Rio Grande do Sul, o oeste de Santa Catarina, o sudoeste do Paraná, no Sul do Brasil. (SCHNEIDER, 2009).

A pluriatividade pára-agrícola surge como uma alternativa de emprego, ocupação e renda para as famílias de pequenos agricultores que vislumbram uma forma de inserção econômica e mercantil por mecanismos diferentes dos usuais esquemas de integração agroindustrial, como as aves e suínos ou a produção de *commodities*, como a soja. (SCHNEIDER, 2009).

Um conjunto de condições sociais, econômicas, culturais e locais, do ambiente ou do contexto, ou por característica subjetiva muito pessoal da própria família são as formas em que a pluriatividade se manifesta. Nesse caso, variáveis exógenas à unidade familiar, como o mercado de trabalho e a infraestrutura disponível, entre outros, são fatores decisivos da sua evolução.

Em outros trabalhos, os autores: Schneider e Conterato (2006); - indicam outras variáveis que contribuem para diferenciação da pluriatividade, quais sejam: o grau de escolaridade dos membros da família, a superfície de terra disponível para a produção, o número de membros na família, a diferenciação etária e o acesso a terra. Entre as razões apontadas, pelos autores, para explicar as mudanças nas formas de ocupação no meio rural e o crescimento da pluriatividade destacam-se: a modernização técnico-produtiva da agricultura e os processos de terceirização e crescimento da prestação de serviços no meio rural.

Nos anos recentes, vem se ampliando o processo de subcontratação ou aluguel de máquinas e equipamentos e contratação de serviços de terceiros para execução de tarefas que antes eram realizadas no interior da exploração agropecuária (LAURENTTI, 2000; NIEDERLE, 2007). Como exemplos, temos: a preparação do solo, plantio, manejo e colheita ou a prestação de serviços pessoais (inseminação artificial, gestão de propriedades), que passam a ser realizados por terceiros.

Neste sentido, a terceirização agrícola pode ser entendida como uma consequência da própria modernização técnico-produtiva que passou a agropecuária nas últimas décadas, o que permitiu o surgimento de um conjunto de novas ocupações no meio rural.

A pluriatividade é heterogênea e diversificada e se articula com as estratégias sociais e produtivas que são adotadas pela família e seus membros, e sua variação dependerá das características do contexto e/ou território em que estiver inserida. Assim, a pluriatividade pode assumir significados distintos e potencializar, simultaneamente, tanto projetos coletivos como individuais.

Além disso, as características da pluriatividade mudam de acordo com o lugar que se ocupa dentro da hierarquia familiar estabelecida: se chefe, cônjuge ou filho/a. O lugar familiar ocupado provoca efeitos distintos na dinâmica social na unidade produtiva.

Mesmo que a pluriatividade dependa das possibilidades de combinação das atividades agrícolas com as atividades não agrícolas, em um determinado contexto social e econômico, a sua manutenção e as diferentes e múltiplas inserções ocupacionais depende de um conjunto de variáveis e fatores relacionados à dinâmica das famílias, das relações e valores respeitados por todos os integrantes. Na realidade, em várias regiões e países, notamos o crescimento das ocupações não agrícolas de pessoas, ou famílias, com domicílio rural, em setores ou ramos variados.

Afinal, os indivíduos que formam uma família podem optar por combinar duas ou mais ocupações (assumindo a condição de pluriativos), ou escolher pela troca de ocupação, deixando o trabalho agrícola e passando a ocupar-se exclusivamente em outra atividade, sem deixar de residir no meio rural, mediante escolha entre as ocupações e rendimentos disponíveis no seu entorno para uma melhor condição de vida da família envolvida.

O fenômeno da pluriatividade na agricultura familiar está presente em todo Brasil, com presença significativa nas regiões Sul e Nordeste. Estas regiões concentram a maior parte dos agricultores familiares: “80% do total nacional e, metade deste total, concentrados no Nordeste” (WANDERLEY, 2009, p. 205). Nestes termos, a temática adquire um caráter amplo e o debate do desenvolvimento rural no Brasil, uma “questão regional”.

A pluriatividade se apresenta em todo o Brasil de forma diferenciada em intensidade, ocupações e características. Na Paraíba se mostra bem representativa em função da realidade rural e dificuldades naturais que as torna específica.

2.1 Pluriatividade na Paraíba e entendimentos atuais sobre a temática

Para entender o lugar da agricultura familiar na Paraíba e sua relação de interdependência com a pluriatividade, recorreremos à análise feita por Aquino Jr, Lacerda e Lima (2013). Estes autores utilizaram o Censo Agropecuário (2006), com uma tabulação especial realizada pelo IBGE/MDA, e elaborado pelo projeto IPEA/PGDR de 2010-2011.

No Quadro 1 - os autores mostram que a maioria dos estabelecimentos agropecuários, na Paraíba, são familiares: 88,5%.

Os autores indicaram a alta concentração de terras nas mãos da agricultura patronal: 11,5% do total dos estabelecimentos agropecuários detêm 57,84% da área total do estado, em contraposição aos 88,5% da agricultura familiar, com apenas: 42,16% da área.

QUADRO 1 - Tipos de Agriculturas, Número de Estabelecimentos Agropecuários e Área Total (ha) na Paraíba (2006).

Tipos de agriculturas	Estabelecimentos		Área Total (ha)	
	Número	%	Número	%
Familiar	148.069	88,5	1.596.656	42,16
Não Familiar	19.217	11,5	2.190.749	57,84
Total	167.286	100,00	3.787.404	100,00

Fonte: Adaptado de AQUINO JR.; LARCEDA M.A. D; LIMA, J.R.F. (2013 s/p)

Os dados acima (Quadro 1) indicam a alta concentração de terras, na Paraíba, como herança de um passado colonial, em que a prioridade na distribuição de terras foram os ricos portugueses (os donatários), em detrimento dos pobres que aravam a terra, isso, aliado a promulgação da lei das terras, que impedia os produtores descapitalizados de dispor da posse da terra, além de políticas agrárias praticadas ao longo dos anos.

Assim, essa herança histórica se caracteriza pela exploração das riquezas naturais, por meio da apropriação privada do solo brasileiro pela coroa portuguesa, a despeito da exploração e do extermínio dos povos que aqui habitavam. Tanto no período da colônia (1500), quanto no império (1822), a economia permaneceu por muito tempo com a mão de obra escrava. No entanto, com a Lei nº 601, de 1850, se institucionalizou a propriedade privada, através da determinação de um mecanismo exclusivo de compras para adquirir esse

bem, impedindo que um contingente de ex-escravos, somados aos pequenos posseiros descapitalizados, que não possuíam meios de comprar a terra, fossem excluídos da posse. (CRUZ, 2012).

Os dados expostos no Quadro 2 tratam da empregabilidade no campo. Com base neles, e nas informações relacionadas à área total/ha ocupada na Paraíba (Quadro 1), detectamos que a agricultura patronal, com 57,84% da área total/ha, emprega 16,22% do total dos agricultores ocupados nos estabelecimentos agropecuários. Em contrapartida, a agricultura familiar, responsável por 83,78% da mão de obra no campo, distribuídas em 42,16 % da área. Assim, os dados revelam a importância da agricultura familiar como mercado potencial de trabalho e estratégia de desenvolvimento do rural brasileiro.

QUADRO 2 - Número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários da Paraíba - Por tipos de agricultura -2006

Tipos de agriculturas	Pessoal ocupado	%
Familiar	410.791	83,78
Não Familiar	79.526	16,22
Total	490.317	100,00

Fonte: Adaptado de AQUINO, J.R.; LARCEDA M.A.D; LIMA, J.R.F. (2013, s/p)

Nos estudos de Aquino et al (2013) destaque para os agricultores familiares que participavam do PRONAF, no ano da pesquisa (2006). Os estabelecimentos familiares foram classificados em cinco grupos, que formavam o público potencial do PRONAF, conforme os seguintes critérios:

- **Grupo “A”:** Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), e, reassentados de áreas afetadas pela construção de barragens.
- **Grupo “B”:** Agricultores familiares com uma *renda bruta anual familiar* – com rebate de até R\$ 3.000,00, sendo no mínimo 30% dessa renda auferida através das atividades desenvolvidas no interior do estabelecimento agropecuário;
- **Grupo “C”:** Agricultores familiares com renda bruta anual familiar – com rebate - acima de R\$ 3.000,00 até R\$ 16.000,00, sendo pelo menos 60% dessa renda proveniente das atividades desenvolvidas no interior do estabelecimento agropecuário;

- **Grupo “D”:** Agricultores familiares com renda bruta anual familiar – com rebate - acima de R\$ 16.000,00 até R\$ 45.000,00, sendo pelo menos 70% desse rendimento proveniente das atividades no interior do estabelecimento agropecuário, podendo para tanto ter até 2 empregados assalariados permanente;

- **Grupo “E”:** Agricultores familiares com renda bruta anual familiar – com rebate - acima de R\$ 45.000,00 até R\$ 80.000,00, sendo pelo menos 80% desse rendimento proveniente das atividades no interior do estabelecimento agropecuário, podendo para tanto, ter até 2 empregados assalariados permanente (DEL GROSSI, 2011; FRANÇA, DEL GROSSI e MARQUES, 2009; MDA/SAF/PRONAF, 2006 Apud Aquino 2013).

QUADRO 3 - Número de estabelecimentos agrários e área total dos diferentes tipos de Agricultores familiares da Paraíba – 2006

Grupos	Estabelecimentos		Área total (há)	
	Número	%	Número	%
A	15.634	10,55	154.212	9,66
B	104.100	70,30	822.592	51,52
C	16.558	11,20	373.179	23,38
D	2.781	1,88	66.156	4,14
E	532	0,36	12.901	0,80
Familiar não PRONAF	8.464	5,71	167.616	10,50
Total Familiar	148.069	100,00	1.596.656	100,00

Fonte: Adaptado de AQUINO, J.R.; LARCEDA M.A. D; LIMA, J.R.F. (2013, s/p)

Com base no quadro 3, podemos indicar que a maioria dos agricultores paraibanos (70,30%) está concentrada no grupo B (agricultores com renda bruta anual até R\$ 3.000,00, com no mínimo 30% dessa renda auferida às atividades desenvolvidas no interior do estabelecimento agropecuário). Estes números apontam para um cenário de significativa vulnerabilidade socioeconômica e ambiental, já que a renda familiar, que correspondente a este grupo social, é de menos de um salário mínimo/mês, considerada insuficiente para garantir a reprodução social da família.

A baixa renda anual, aliada as condições socioambientais da região, criam as condições para o surgimento da pluriatividade, aqui expressa: como atividades econômicas não agrícolas desenvolvidas no estabelecimento rural, ou fora dele (bares, oficinas de motocicleta, etc.), o assalariamento no campo e na cidade (trabalho em prefeituras, estado, estabelecimentos comerciais ou extrativismo mineral). Neste contexto, a pluriatividade completa a renda e garante a reprodução social familiar.

O quadro abaixo mostra as receitas agropecuárias (por grupo) e as outras receitas obtidas na composição da renda total.

QUADRO 4 – Receitas dos agricultores familiares da Paraíba - 2006 (em R\$ 1,00)

Categoria	Receita Total (a)	%	Receita Agropecuária (b)	%	Outras Receitas (c)	% (c/a)
A	124.528.612	13,84	102.315.233	82,16	22.213.379	17,84
B	247.694.107	27,52	50.533.813	20,40	197.160.294	79,60
C	131.646.986	14,62	95.648.697	72,65	35.998.289	27,35
D	61.040.664	6,78	55.153.682	90,35	5.886.982	9,65
E	20.183.946	2,24	19.190.904	95,08	993.042	4,92
Familiar não PRONAF	314.970.465	35,00	275.303.478	87,40	39.666.987	12,60
Total Familiar	900.064.780	100,00	598.145.807	66,45	301.918.973	33,55

Fonte: Adaptado de AQUINO, J.R.; LARCEDA M.A.D; LIMA, J.R.F. (2013 s/p)

Verificamos com a leitura dos dados acima (Quadro 4) que a maioria dos agricultores familiares da Paraíba, dispõe de outras rendas (79,6%) para a reprodução social da família. A renda agrícola correspondia à época apenas a 20,4% da renda total. São estatísticas que revelam uma relativa presença de mercados de trabalho fora das atividades agrícolas no estado, mostrando uma dimensão da pluriatividade pouco pesquisada (NAVARRO; PEDROSO, 2011, p.98).

Nesta perspectiva, o rural deixa de ser visto como, exclusivamente, agrícola e surgem atividades complementares e ingressos diferenciados, se constituindo em possibilidades para o aumento do rendimento na composição da renda familiar.

As experiências de sociedades onde a agricultura mais se desenvolveu indicam, pelo contrário, que as famílias rurais ampliaram as suas chances de prosperidade exatamente quando alguns de seus membros diversificaram suas atividades, seja no trabalho não agrícola, seja quando ocuparam formas de trabalho não rurais, embora continuassem residindo com a família em áreas rurais. Tem sido assim em todas as regiões de diferentes países onde a prosperidade rural foi alcançada (NAVARRO E PEDROSO, 2011, p.113).

No entanto, a pluriatividade se mostra bem diversificada, geograficamente, em função das características naturais e sociais específicas de cada região e/ou país. Uma atividade agrícola pode ser indicada para os agricultores da região Sul e não adaptada aos estabelecimentos familiares da região Nordeste. Nesta última região, acrescentam-se ainda os rigores do clima, a pouca ocorrência de chuva e/ou sua má distribuição ao longo do ano, além de solos rasos e pedregosos que inviabilizam a produção regular e dificultam a vida de milhões de agricultores familiares.

Entendemos que na região Sul a coexistência entre um modelo agrícola capitalista predominante e entornos rurais dinâmicos do ponto de vista não agrícola, juntamente com a completa ausência do Estado amparando os pequenos produtores nos momentos de crise do setor – semelhantemente ao que ocorreu nos anos 90 – leva as famílias de conta-próprias agrícolas e pluriativas a paulatinamente converter-se em famílias não agrícolas ou de não ocupados. Na região Nordeste, como os entornos rurais (economias locais) são precários e ainda predomina a prática de uma agricultura de subsistência, essa combinação é que leva à proliferação crescente de casos de pluriatividade, que se confunde com a luta diária de resistência à pobreza (NASCIMENTO; GUANZIROLI, 2005, p.31).

Assim vemos que as condições socioambientais e culturais de uma dada população, a presença (ou não) de políticas públicas na localidade e a forma como as pessoas ocupam os espaços em determinada região influencia, decisivamente, na formação das famílias pluriativas. O tipo de pluriatividade será diferenciado e incidirá, diretamente, no modo de vida da família.

Na região Nordeste, na qual o desenvolvimento capitalista no campo foi introduzido de forma ainda muito parcial [...] a pluriatividade também proliferou, porém, de forma mais intensa do que na região Sul, não apenas em termos absolutos em virtude de ser uma região que abriga a maior população rural do país, mas também em termos relativos. Nesse caso, contudo, afirmamos que no Nordeste tem-se consolidado uma cultura da pluriatividade, que vem se sustentando há duas décadas (1980 e 1990) – ao contrário da região Sul –, derivada de uma outra cultura, a cultura de resistência à pobreza (NASCIMENTO; GUANZIROLI, 2005, p. 29).

Na contemporaneidade, em função das especificidades de cada região e da diversificação da economia local/regional é possível se relacionar a pluriatividade com a ampliação das capacidades da família de inserção no mercado não agrícola, sem deixar a moradia e migrar para um ambiente urbano.

Dessa forma, em praticamente todas as situações, o trabalho fora da propriedade tem sido uma forma de complementação de renda, essencial à manutenção da propriedade rural, seja ele agrícola, fora da propriedade, ou outra ocupação rural ou urbana, embora mantendo a moradia rural. (NAVARRO E PEDROSO, 2011, p. 114-5).

Schneider (2005) acredita que a pluriatividade tem outras implicações, além da complementação da renda, mas, está ligada a própria dinamização da economia em que se insere. A pluriatividade pode ser considerada como uma prática não estranha às dinâmicas de reprodução social das famílias de agricultores familiares. Ela funciona como mecanismo de manutenção e dinamização da atividade agrícola, ou das famílias e não como uma ameaça ou negação da forma familiar de produção agrícola.

Com o debate com os diversos autores, acompanhamos como a pluriatividade ocorre de forma diferenciada nas regiões e nos mais variados ramos produtivos. Mas, este fenômeno influencia de forma significativa, na Paraíba, a rubrica: “outras receitas”.

Embora o senso comum talvez indicasse, por exemplo, maiores expressões de pluriatividade nos estados sulinos, os dados censitários indicam, pelo contrário, outras tendências. A proporção mais elevada de ganhos obtidos sob ‘outras receitas’, de fato, ocorre na grande região Nordeste, onde o número atinge 19,5% do total e na região Sul chega a 10,2%. Por estado, as maiores proporções são 35,6%, na Paraíba; 21,1%, na Bahia; e 19,5%, no Ceará (NAVARRO; PEDROSO, 2011, p. 97-8).

A pluriatividade é responsável pela introdução de novas alternativas de trabalho para a população rural. Os dados apresentados por Navarro e Pedroso (2011) são significativos. E este fenômeno ocorre com expressiva recorrência no Nordeste (19,5%) e, particularmente, na Paraíba (35,6%). Este fator é relevante para mostrar como as famílias estão conseguindo complementar sua renda familiar.

Para Del Grossi e Silva (2002), a pluriatividade exerce influência na estruturação do trabalho das propriedades rurais, assim como na alocação de recursos econômicos, impondo novas dinâmicas organizativas. Para os autores, esta nova forma organizacional é advinda de uma possibilidade maior de retorno econômico, em função da realização de atividades não agrícolas em detrimento da produção agropecuária.

Para Schneider (2009) a pluriatividade é um fenômeno através do qual os membros das famílias de agricultores que residem no meio rural realizam diferentes atividades, entre elas, as não agrícolas, mantêm suas residências no campo e conservam uma ligação produtiva com a agricultura e a vida no espaço rural. Por meio da pluriatividade, os agricultores familiares podem estabelecer iniciativas de diversificação de suas ocupações, aumentando as fontes e formas de acesso à renda. Ela possibilita a fixação desses agricultores no campo, com produção nas unidades, evitando o êxodo rural (SCHNEIDER, 2007).

Para o autor mencionado, o fenômeno é decorrente de fatores exógenos, ou seja, as condições do entorno da região e a relação com mercado de trabalho. Ela é uma prática que também depende da escolha dos indivíduos que fazem parte do estabelecimento familiar: suas preferências e escolha no sentido de buscar outras formas para compor a renda familiar.

Fuller (1990) situará a pluriatividade como uma forma de adaptação do agricultor familiar aos novos desafios contemporâneos. Para o autor, ela minimiza os riscos, maximiza as oportunidades e facilita a construção familiar e a permanência na terra.

Carneiro (1992) indica a existência de formas diversificadas de trabalhos associadas à agricultura familiar, ao longo dos séculos. Para a autora, até os anos 50 a reprodução da força de trabalho era garantida localmente por uma racionalidade que não contrariava os valores e a dinâmica da sociedade camponesa. A autora dirá que uma nova lógica de reprodução social começou a aparecer nas unidades produtivas familiares. Para ela, a manutenção da família se tornou a variável mais importante. De forma gradativa, a atividade agrícola assumiu um caráter acessório para uma camada cada vez maior de pequenos proprietários. Por isso, para compreender uma agricultura familiar pluriativa é necessário incorporar a complexidade das relações sociais que definem e redefinem a família como unidade social, e não apenas como unidade de produção.

Para Alentejano (1999), a sazonalidade do trabalho agrícola permite a combinação de diversas atividades, de modo que se possa aproveitar melhor o tempo e a capacidade produtiva do trabalho disponível na unidade familiar. Segundo o autor, a pluriatividade permite através do caráter familiar da unidade agrícola, que parte dos membros se ocupe de atividades exclusivamente agrícolas e a outra parte de atividades não agrícolas, de forma que a unidade familiar como um todo seja caracterizada como pluriativa. Por esta razão, o estudo da pluriatividade requer uma análise do contexto e das condições sociais e econômicas em que vivem as famílias, levando em consideração o estudo das expectativas e dos interesses dos indivíduos.

Assim, a pluriatividade se relaciona com o exercício das capacidades e do poder de agência dos indivíduos (PLOEG, 1992). A rigor, pode-se falar da pluriatividade de uma pessoa, quando esta exerce mais de uma atividade, ou da pluriatividade de uma família ou ainda de parte dos membros que integram a família, numa combinação de atividades agrícolas, para-agrícolas e não agrícolas.

Mesmo considerando a combinação de atividades produtivas como característica histórica recorrente no meio rural, a pluriatividade atual distingue-se das formas de trabalho complementares anteriores, como um recurso ocasional e temporário, tornando-se uma estratégia planejada e permanente de inserção dos membros das famílias rurais no mercado de trabalho. Neste sentido, o aparecimento da pluriatividade tende a estar acompanhado de um processo social de mercantilização, que se refere à inserção crescente de indivíduos e famílias em formas de interação em que predominam as trocas mercantis (PLOEG, 1992).

Não obstante, problematizar a suposta novidade da pluriatividade parece não ser um exercício profícuo. Carneiro (2006) tem insistido, e com razão, no argumento de que a pluriatividade surgiu na literatura como uma noção importada do campo técnico-político, onde era usada para qualificar todos aqueles que não eram considerados “verdadeiros agricultores”. Para a autora, uma noção que o campo acadêmico importou e que não alcança o estatuto de conceito, porque se refere a uma heterogeneidade de práticas. Da mesma forma, é preciso esclarecer que a pluriatividade não leva à emergência de uma nova categoria social ou mesmo de uma classe social.

Portanto a pluriatividade é um fenômeno que agrega características distintas e propõe-se situá-la no debate geral sobre o desenvolvimento rural, para além de ser uma estratégia familiar e individual de reprodução social, ela poderá contribuir de forma decisiva para ajudar a solucionar dificuldades e restrições que afetam as populações rurais: na geração de emprego, no acesso à renda e sua estabilização, na oferta de oportunidades para jovens, entre outros. (SCHNEIDER, 2007).

Entre as razões apontadas por Ploeg (1992) e Weller (1997), para explicar as mudanças nas formas de ocupação no meio rural e o crescimento da pluriatividade, destaque para a modernização técnico-produtiva da agricultura. Os autores consideram que com o intenso processo de modernização tecnológica, experimentado pelas atividades agropecuárias, e a crescente externalização das etapas da produção, os processos de trabalho tornaram-se mais individualizados gerando, em muitos casos, uma redução significativa dos ativos rurais e da utilização da mão-de-obra disponível nas famílias.

A disponibilidade de tecnologias cada vez menos intensivas gera tanto ociosidade de mão-de-obra, como a subocupação da força de trabalho, tornando-se um fator que estimula os membros das famílias com domicílio rural a buscar outras formas de ocupação.

Laurentti (2000) e Nierderle (2007) destacam os processos de terceirização e crescimento da prestação de serviços no meio rural. Eles enfatizam que, nos anos recentes, vem se ampliando o processo de subcontratação, ou aluguel de máquinas e equipamentos, e a contratação de serviços de terceiros para execução de tarefas que, antes, eram realizadas no interior da exploração agropecuária. Como exemplos, eles destacam as atividades como: a preparação do solo, plantio, manejo e colheita ou a prestação de serviços pessoais (inseminação artificial, gestão de propriedades), que passam a ser realizadas por terceiros.

Para os autores supracitados, a terceirização agrícola pode ser entendida como consequência da própria modernização técnico-produtiva que passou a agropecuária nas últimas décadas, e, também a queda crescente e continuada das rendas agrícolas, a concorrência com o mundo globalizado e o aumento do custo de produção em decorrência da ausência de tecnologia. Com ela, surgiu um conjunto de novas ocupações não agrícolas, tais como: motoristas, administradores, entre outros.

No contexto em que a agricultura torna-se altamente modernizada e inserida em padrões de concorrência internacionais, os agricultores tendem a sofrer, cada vez mais, com os efeitos desta dependência tecnológica, que implica em aumentos frequentes e compulsórios dos custos de produção agrícola. Isto decorre do fato de que os agricultores são compelidos a acompanhar, de forma incessante, os avanços nos índices de produtividade (da terra e do trabalho), fundamentalmente a partir do incremento em capital imobilizado (maquinário e benfeitorias) e pelo aumento da utilização de insumos industriais (sementes, adubos, defensivos, combustíveis, etc.).

A pluriatividade aparece como uma resposta às políticas de desenvolvimento rural, que estimulam atividades não agrícolas no meio rural tais como o turismo, as pequenas e médias indústrias, a preservação ambiental, ou mesmo no sentido de dar ao agricultor uma maior regularidade aos seus rendimentos, principalmente no período de entressafra ou nos momentos em que as condições naturais são favoráveis.

No Brasil, existem exemplos embrionários com experiências de apoio ao turismo rural, ecológico, étnico cultural (indígenas, quilombolas, povos tradicionais) e às agroindústrias familiares rurais. São iniciativas que, além de incentivar formas de ocupação da terra, geram rendas e são capazes de oferecer alternativas de trabalho e renda para a população nas áreas rurais.

Em um país como o Brasil, somente recentemente surgiram programas sociais voltados à realidade do agricultor familiar, sem apoio ou incentivos regulares, é compreensível que se procure novas atividades, no sentido de possuir uma maior autonomia e, também, não depender das adversidades climáticas. O que determinará a intensidade e as particularidades de cada processo é a infraestrutura que o meio externo possa oferecer. Neste contexto, os agricultores logo farão as suas escolhas, optando por conciliar as atividades, ou dando preferência a mais rentável e a que melhor traga satisfação pessoal.

3- DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

3.1 -Caracterização da Área de estudo

O estado da Paraíba, sendo um dos 26 estados do Brasil, divide-se em quatro Mesorregiões Geográficas: Zona da Mata, Agreste, Borborema e Sertão, distribuídas em vinte e três microrregiões, assim distribuídas: na mesorregião da Zona da Mata temos as microrregiões: Litoral Norte, Litoral Sul, Sapé e João Pessoa; na mesorregião do Agreste: Curimataú Oriental e Ocidental, Esperança, Brejo Paraibano, Guarabira, Campina Grande, Itabaiana e Umbuzeiro; na mesorregião do Sertão: Catolé do Rocha, Cajazeiras, Souza, Patos, Piancó, Itaporanga e Serra do Teixeira e a mesorregião da Borborema que é subdividida em Seridó Oriental e Ocidental e Cariri Oriental e Ocidental (RODRIGUES, 2012).

Analizando as diferentes subdivisões do estado da Paraíba, podemos observar particularidades/singularidades no clima, na quantidade de chuvas, na cultura, nos setores produtivos e no relevo que podem ir das belas paisagens da área costeira no leste, aos enigmáticos sítios arqueológicos do interior no extremo Oeste do estado.

Para entendermos de forma mais ampla as microrregiões do Cariri Paraibano, precisamos ter uma visão do momento histórico anterior em que a sua origem se deu, de forma conjunta, os Cariris Oriental e Ocidental que era o lugar habitado pelos índios Cariris e que ficou conhecida como Cariris Velhos.

O nome desta região se deu em função do grupo indígena Cariri que ocupava parte do território da Paraíba. Nas grandes secas esse grupo migrava para outras terras com clima mais úmido, como é o caso das terras do sul do Ceará, formando aí um novo território. Assim surgiram as duas divisões distintas dos Cariris: os Cariris velhos, localizado na Paraíba, sobre as ondulações do planalto da Borborema, e os Cariris Novos, localizado no Ceará, no sopé da serra do Araripe. (PERES-MARIN, SANTOS, 2013 p.33.)

As microrregiões do Cariri (Oriental e Ocidental) - “Cariris velhos” estão localizadas na franja ocidental da unidade geomorfológica do Planalto da Borborema, entre o Sertão e o Agreste. Elas são constituídas por 29 municípios, em uma área total de 11.233 km², com uma população de 182.049 habitantes (IBGE, 2010).

Com clima tropical Semiárido, o Cariri Paraibano caracteriza-se pela ocorrência de poucas chuvas e sua irregularidade ao longo do ano. Na região caririzeira o período de chuvas se concentra em um curto tempo, em média 3 a 4 meses em toda a microrregião, com certas variações entre os municípios. Vale ser destacado também que toda a microrregião estar

dentro do espaço chamado semiárido, espaço brasileiro que apresenta características de semelhança como precipitação média, índice de aridez ou risco de seca.

Na delimitação do novo espaço físico do semiárido sob a portaria nº 89, de 16 de março de 2005 o grupo de trabalho Interministerial considerou como pressupostos a contiguidade do espaço geográfico, a objetividade e permanência dos critérios adotados, além da compatibilidade com a malha municipal. Os critérios técnicos adotados de forma que os municípios das regiões nordeste e sudeste deveriam atender pelo menos a um dos critérios: precipitação média anual inferior a 800 milímetros, índice de aridez de até 0,5 e risco de seca maior que 60%. (MEDEIROS et al, 2012 pg. 21)

A temperatura média anual relativamente alta exerce grande influência sobre o meio ambiente e o modo de vida da população local, ocasionando uma forte inter-relação entre o clima e a vegetação da caatinga.

Ao analisar a paisagem do Cariri, Nascimento e Alves (2008, p. 31) indicam que a vegetação aparece de forma diversificada, como um mosaico de diferentes formações vegetacionais, reunidas pelas mais variadas transições edafoclimatológicas. Isso causa muitos problemas para enquadrá-la em uma classificação universal, uma vez que a maioria de seus aspectos fisionômicos é decorrente da inter-relação complexa entre fatores ecológicos (clima, topoclima, condições edáficas e topográficas) e fatores antropogênicos, resultando em uma caatinga de porte e heterogeneidade vegetacional.

Na região do Cariri ocorrem diferentes formações da caatinga, havendo transições entre uma formação de caatinga secundária, bem definida, para outra terciária, através de fases de transição, resultando numa formação bem definida. Em certos casos, porém, a passagem entre formações diferentes é brusca e seus limites são de fácil observação, como feições que vão de uma caatinga arbustiva aberta à caatinga arbórea fechada.

Com relação à hidrografia do território do Cariri, destaca-se a Bacia do alto e médio curso do Rio Paraíba que recebe toda drenagem sul do Planalto da Borborema, onde estão localizados também os açudes monitorados pela AESA (Agencia Executiva das Águas) que servem de abastecimento hídrico para as populações existentes nos municípios.

Os rios, em sua maioria, no Cariri, seguem o regime das chuvas. Estes são, predominantemente, de regimes temporários ou intermitentes e que no período de estiagem, secam trazendo prejuízos para a produção agropecuária local. Prejudicando as atividades agropecuária e consequentemente a vida dos agricultores familiares fazendo buscarem outras ocupações para suprir o sustento da família, em época de forte estiagem ou de entressafras ou mesmo em anos de chuvas insuficientes para as culturas exploradas localmente.

No povoamento da microrregião, os índios que aqui habitavam, de acordo com os registros encontrados, estavam presentes muito antes dos colonos portugueses chegarem ao Sertão Paraibano. O primeiro documento de referencia para existência de inscrições rupestres é a Obra Diálogos das Grandezas do Brasil, escrita em 1618, por Ambrósio Fernandes Bandão.

A partir do século XIX, observa-se que estes testemunhos do passado pré-histórico passaram a ser notificados e analisados à luz de uma protociência arqueológica que foi amadurecendo e revelando importantes pesquisas sistemáticas, onde destacamos os estudos do autodidata José de Azevedo Dantas (durante a década de 20), do engenheiro Leon Francisco Rodrigues Clerot, desenvolvido nas décadas de 40, 50 e 60, e da arqueóloga Ruth Trindade de Almeida no decorrer dos anos 70 (OLIVEIRA, 1981, p. 3).

Cariris era o nome dado aos índios que habitavam o interior da Capitania Real Paraibana, principalmente os da região do Planalto da Borborema, na área da Bacia do Rio Paraíba e seus afluentes. Cariri é um termo de origem tupi, com variação do Kiriri que significa “silencioso”, “deserto”, “ermo” e pode significar, também, “caatinga pouco áspera” (COSTA, 2003, p. 55). Portanto, a distribuição geográfica do presente Cariri paraibano, representa a antiga ocupação da população indígena dentro do semiárido do Estado da Paraíba e que posteriormente dividiu-se em Cariri Oriental e Ocidental.

Após a divisão das microrregiões, deu-se a origem ao Cariri Ocidental ficando pertencente à mesorregião da Borborema. Com uma população estimada em 126.540 habitantes e dividida em dezessete municípios: Amparo, Assunção, Camalaú, Congo, Coxixola, Livramento, Monteiro, Ouro Velho, Parari, Prata, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião do Umbuzeiro, Serra Branca, Sumé, Taperoá e Zabelê. Possui uma área total de 6.983,601 km² e se diferencia da microrregião vizinha de Seridó (ao norte) pela maior altitude, ser menos quente e menos úmido (IBGE, 2010).

O Cariri Ocidental localiza-se no centro-sul do estado da Paraíba e possui algumas particularidades ou características muito heterogêneas. Observando o quadro 5, vemos que a diversidade dos municípios se expressa, entre muitos aspectos, por exemplo, no número de habitantes que é muito variável entre os municípios, oscilando de 1.256 habitantes (Parari) a 30.852 habitantes (Monteiro), com uma variação de quase 25 vezes entre uma população e outra.

Quando comparamos a distribuição da população, por gênero, surgem outras singularidades. Contrariando a tendência mundial atual, a população masculina é superior a

população feminina em alguns municípios da microrregião como: Amparo, Assunção, Coxixola, Congo, Ouro velho, São João do Tigre e Zabelê. Também nos chama a atenção quando se trata da distribuição da população pelas zonas rural e urbana, vemos que alguns municípios apresentam uma população rural superior à população urbana um dado que vai de encontro também a tendência mundial, são os municípios de Coxixola, São José dos Cordeiros e São João do Tigre.

Outra característica que não pode ser desprezada é o tempo de emancipação dos municípios uma vez que o município tendo sua independência a mais tempo há uma tendência de acumulação de várias gestões municipais somando-se mais experiência no trato com a realidade do município. Sendo assim verificamos alguns municípios com emancipação bem recente como é o caso de Assunção, Amparo, Parari, Coxixola e Zabelê, criados na década de 1990, mas precisamente, com a Lei 5.895 de 29 de abril de 1994 (IBGE, 2010).

Podemos observar essas particularidades de forma conjunta e relacionar os dados de forma mais clara no quadro 5, a seguir.

Quadro 5- População Total – 2010 (Brasil/Municípios da Microrregião do Cariri Ocidental/PB) distribuída por Gênero e distribuição entre zonas rural e urbana

Lugar	População rural	População urbana	População masculina	População feminina	População total
Brasil	29.830.007	160.925.792	93.406.990	97.348.809	190.755.799
Amparo ***	1026	1062	1.047 *	1.041	2.088
Assunção ***	676	2846	1.779 *	1.743	3.522
Camalaú	2862	2887	2.840	2.909	5.749
Congo	1745	2942	2.378 *	2.309	4.687
Coxixola ***	989****	782	916 *	855	1.771**
Livramento	3412	3752	3.524	3.640	7.164
Monteiro	10591	20261	14.985	15.867	30.852**
Ouro Velho	881	2047	1.470 *	1.458	2.928
Parari ***	557	699	621	635	1.256**
Prata	1410	2444	1.926	1.928	3.854
São João do Tigre	2867	1529	2.247 *	2.149	4.396
São José dos Cordeiros	2342****	1643	1.982	2.003	3.985
São Seb. do Umbuzeiro	1138****	2097	1.616	1.619	3.235
Serra Branca	4555	8418	6.334	6.639	12.973
Sumé	3824	12236	7.927	8.133	16.060**
Taperoá	5997	8939	7.346	7.590	14.936
Zabelê ***	603	1472	1.051 *	1.024	2.075

Fonte: Atlas Brasil Acesso 27/08 às 22:00

*População masculina superior

**Municípios com maiores e menores populações

*** Municípios novos

**** Município com maiores população rural

Como pudemos observar os dados dos municípios da microrregião do Cariri Ocidental se mostram muito heterogêneos, cabendo à atenção no estudo das particularidades que mesmo estando em uma área geográfica relativamente próxima pode apresentar particularidades específicas que em um estudo mais global passaria despercebido.

Se os dados demográficos se apresentaram muito diferenciados passamos a verificar dados mais econômicos, como o mercado de trabalho, uma variável de grande interesse para estudarmos o nosso objeto de estudo, a pluriatividade, e termos uma visão ampla da existência ou proporção que esse fenômeno social pode impactar. Dessa forma passamos a analisar a distribuição da população economicamente ativa (PEA) municipal.

Fazendo a análise da distribuição das pessoas acima de 18 anos ocupados por setor de trabalho, vimos que o município de Assunção se mostrou com um mercado de trabalho muito diferenciado ou mais diversificado em relação aos demais municípios da microrregião, conforme o quadro 6, a seguir. Desta forma nos induziu a deduzir que os dados gerais de inserção produtiva do município de Assunção eram significativos em outros setores em detrimento do setor agropecuário, o que poderia demonstrar uma significativa pluriatividade no município o que nos fez buscar respostas que fosse possível apresentar de forma mais clara e existência e a particularidade desse fenômeno social local estimulando-nos a aprofundar esse estudo no município.

Essa diferenciação de pessoas ocupadas no mercado de trabalho local destacou-se de forma relevante nos setores econômicos produtivos como: os setores como o extrativismo mineral, a construção civil e o setor de serviço, além de forma menos representativa o setor comercial. Sendo assim os nossos esforços foram no sentido em trazer ou construir dados que pudéssemos entender essa realidade específica e a infraestrutura que poderia caracterizar ou de certa forma explicar a pluriatividade no município de Assunção. No quadro 6, temos a distribuição das pessoas por setores produtivos.

Quadro 6 - Distribuição das pessoas do Cariri Ocidental por setores produtivos.

Lugar	agropecuário	extrativo mineral	indústria de transformação	SIUP	construção	comércio -	serviços
Brasil	13,55	0,48	11,92	0,93	7,4	15,38	44,29
Amparo	60,4	--	1,63	3,34	3,3	3,48	26,97
Assunção	30,32	6,73	3,19	1,95	9,94	11,37	34,92
Camalaú	62,36	--	8,49	0,82	3,59	6,51	16,88
Congo	50,72	--	6,76	1,21	4,82	6,97	22,96
Coxixola	56,39	--	6,17	2,68	1,93	5,6	25,19
Livramento	64,95	--	0,88	0,38	3,79	4,61	22,93
Monteiro	36,7	--	4,54	0,69	6,5	14,81	34,54
Ouro Velho	41,65	--	5,08	1,24	5,78	8,1	34,49
Parari	48,15	1,12	0,48	0,43	1	7,43	41,38
Prata	45,03	--	4,01	1,59	6,71	7,63	32,41
São J. do Tigre	57,57	0,13	10,99	2,44	3,61	2,3	22,13
S. J. dos Cordeiros	67,57	--	0,55	2,44	2,46	5,57	19,52
S. S. do Umbuzeiro	59,31	0,22	2,72	1,28	2,35	5,25	27,03
Serra Branca	46,18	0,19	2,74	1,34	4,91	11,03	31,79
Sumé	37,11	0,32	2,67	0,82	8,12	13,22	35,79
Taperoá	45,3	0,07	3,34	0,6	8,42	8,65	31,63
Zabelê	43,44	1,79	7,1	1,23	4,57	5,31	35,48

Fonte IBGE, 2010

Como vimos as pessoas acima de 18 anos do município de Assunção trabalhando com as atividades agrícolas representava o menor índice de todos os outros municípios da microrregião. Esse dado é um diferencial do município, quando comparado com os demais municípios, que, associado aos dados de inserção produtiva nos setores da economia local corroboram com a diferenciação: 6,73% no setor extrativo mineral (percentual acima de todos os outros 16 municípios da microrregião); 9,94% na construção civil (maior índice na microrregião) e 34,92% no setor de serviços (quarto maior índice da microrregião). (IBGE, 2010).

Com essa inquietude aprofundamos os estudos na pesquisa no sentido de entender as relações das pessoas com os vários setores produtivos do município e tentar responder algumas perguntas: Como se estruturam essas atividades no município? Quem são esses trabalhadores que estão nesses outros setores? Esses agricultores familiares ainda possuem alguma atividade agropecuária? Os dados oficiais do IBGE correspondem à realidade do município? O que faz essas pessoas se distribuírem de forma diferenciadas em relação aos demais municípios? O percentual de famílias pluriativas no município é representativo? Ou esse dado considerou cada trabalhador com apenas uma atividade, desconsiderando a possibilidade do agricultor desenvolver uma atividade agrícola e outra em outro setor?

Essas perguntas direcionaram nosso estudo no sentido de investigar o teor da veracidade da informação contida no IBGE 2010, buscando verificar as condições externas no município de Assunção, concordando com Sergio Schneider e Marcelo Conterato quando afirmam que para o estudo da pluriatividade devemos analisar as condições externas da região.

Isso implica no reconhecimento tácito de que para que ocorra o processo de integração intersetorial e o exercício da pluriatividade seja algo factível, deve-se analisar as condições objetivas de inserção dos indivíduos em mercados de trabalho que não o exclusivamente agrícola. A questão a ser respondida é: a maior ou menor diversidade das economias locais e regionais (ângulo exógeno) pode ser captada pelo exercício da pluriatividade no meio rural? Ou, a pluriatividade é importante para explicar as diferenças regionais? (SCHNEIDER; CONTERATO, 2005, p. 4).

Dessa forma buscamos respostas na observação direta, em conversas com os habitantes da localidade e em seguida usamos questionários e entrevistas (lembramos que nas transcrições, optamos por manter as falas muito próximas a realidade do agricultor, sem adaptação a regras gramaticais) com os agricultores familiares e com os responsáveis das instituições que trabalham com o setor rural a exemplo da EMATER, Secretaria de agricultura municipal e Sindicato de trabalhadores rurais do município para obtenção dos dados com um caráter mais científico como forma de enriquecer o nosso trabalho. Assim abordamos aspectos externos as famílias e algumas características internas que poderia esta influenciando as pessoas a outras atividades constituindo a pluriatividade e certos benefícios que isso poderia esta trazendo aos agricultores e conseqüentemente ao município de forma geral.

3.2 - Criação do município de Assunção e transformações ocorridas em sua economia nas últimas décadas

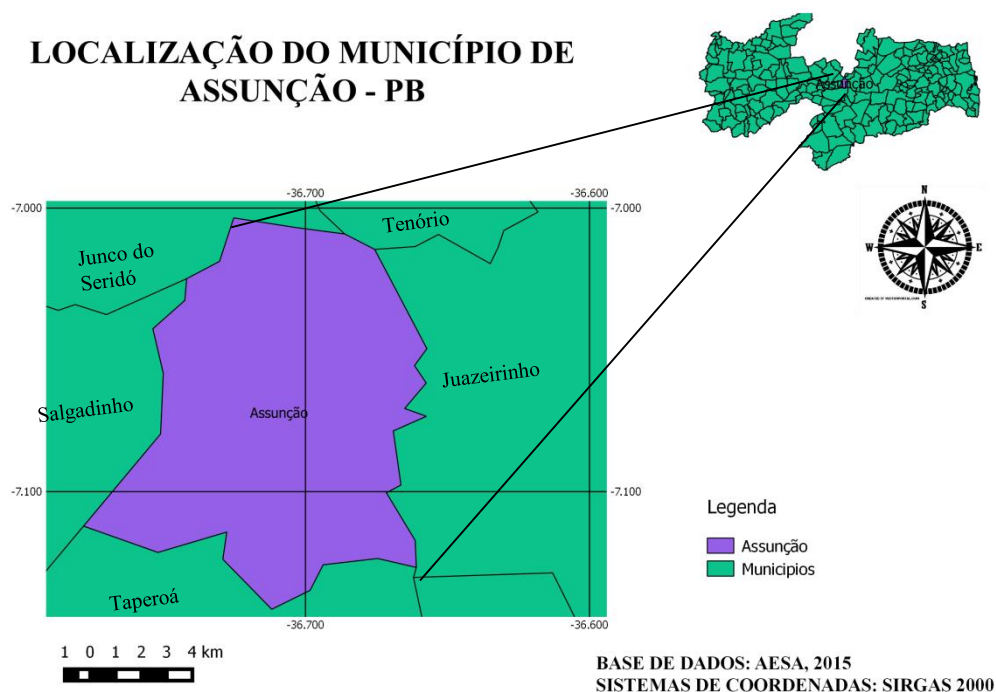
O município de Assunção foi criado pela Lei 5.895 de 29 de abril de 1994, na gestão do governador interino Cícero Lucena. Mas, só em 1997 elegeu o seu primeiro prefeito municipal. Possui uma área de 147 km², uma população de 3.522 habitantes (IBGE, 2010) e está localizado na Microrregião do Cariri Ocidental da Paraíba.

A população do município de Assunção se mostra mais urbana que os demais municípios da microrregião do Cariri Ocidental, com cerca de 81% da população morando na sede do município e apenas 19% morando em áreas consideradas rurais segundo o IBGE, no entanto as famílias do município tem uma grande mobilidade entre a zona rural e urbana nos

aspectos trabalho e moradia, onde algumas pessoas moram na sede do município e possui suas atividades produtivas no campo enquanto outras, ao contrário tem seu trabalho na sede do município e moram na zona rural, esse fato pode causar dúvidas aos números oficiais do município, no que trata da urbanização, uma vez que as instituições oficiais apenas considera a área demarcada entre rural e urbano e não o estilo de vida das famílias ou relações produtivas.

O município de Assunção tem a sua localização dentro do chamado “Polígono das Secas”, ou semiárido brasileiro, essa área tem esse nome em função do baixo volume de chuvas que ocorre nos municípios que a compõe, índice de aridez e risco de seca, o que traz grandes prejuízos para a economia desse município principalmente por afetar o setor agropecuário que tem representatividade em sua economia. O município limita-se com os municípios de Junco do Seridó, de Juazeirinho, de Tenório, de Taperoá, de Santo André e de Salgadinho (IBGE, 2010). Na Figura 1, vemos a delimitação do município de Assunção e seus limites com outros municípios.

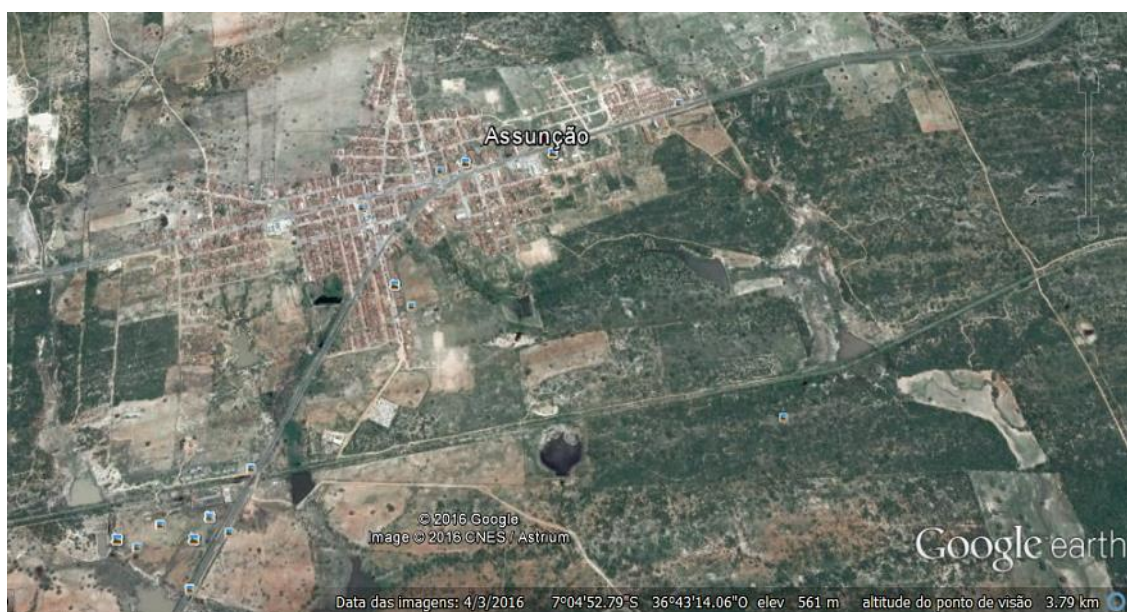
Figura 1- Paraíba com destaque para Assunção e seus municípios vizinhos



Fonte: AESA adaptada pelo autor

A história do município remete a bifurcação na construção de duas estradas uma que segue para o município de Taperoá e em seguida para o interior de Pernambuco hoje é a PB-238 e a estrada (hoje a PB-228) que é desmembrada da BR 230, adentra no município pelo sítio da barra, passa na sede do município e segue na direção do município de Patos, onde se junta novamente com a BR-230, a transamazônica, seguindo em direção aos estados da região Norte. Em função desse entroncamento começou um pequeno comércio (uma latada) originando o povoado de Estaca zero (referência ao número da estaca onde demarcaria o início da construção de uma das estradas), depois passou a condição de distrito de Assunção e finalmente em 1994 como município do estado da Paraíba. Na figura 2, é possível enxergarmos as rodovias estaduais hoje, que foram representativas para a fundação e povoamento do município de Assunção.

Figura 2 - Município de Assunção com foco nas duas rodovias estaduais que cortam o município



Fonte: google earth

A economia do município de Assunção foi influenciada de forma macroeconômica em dois grandes impactos nos últimos 30 anos, sendo que o primeiro afetou a sua economia de forma prejudicial e o outro causou um impacto positivo para o município, causando transformações no mercado de trabalho local. O primeiro grande impacto foi à morte de muitas árvores frutíferas com predominância de mangueiras (*Mangifera indica*), pinheiras (*A.*

squamosa L), o cajueiro (*Anacardium occidentale* L) e goiabeiras (*Psidium guajava*) que eram bem representativas para a economia do então distrito na época.

O segundo grande impacto foi a emancipação do município ocorrida em 1994, sendo desmembrado dos municípios de Taperoá e Juazeirinho, municípios os quais pertenciam o antigo distrito de Assunção.

No município de Assunção nas décadas 1980 e 1990, havia uma produção considerável de frutas que eram vendidas principalmente para o CEASA (Centro Estadual de Abastecimento S/A) de Campina Grande e feiras livres da região. Na década de 1990, um senhor por nome de “Senhor Almeida” um paulista que casou com uma senhora do município de Assunção e em visita ao município viu o potencial na produção de pinha e logo montou uma estrutura com aluguel de imóvel, contratação de trabalhadores e compra da fruta aos produtores, passando a vender para a cidade de São Paulo. Na época das safras de pinha, ele contratava dezenas de pessoas inclusive mulheres para a fabricação de pequenas caixas onde eram embaladas certa quantidade de pinhas, geralmente de 4 a 7 unidades em média por caixa dependendo do tamanho. Um fato interessante a ressaltar era que a retirada das pinhas era feita por uma equipe, enquanto outra trabalhava na embalagem e quando começava a operação tinha que preparar a carga com urgência para que chegasse a São Paulo o mais rápido possível sob pena de se estragarem, de forma que os trabalhos eram ininterruptos passando o dia e a noite até que fosse carregado o caminhão e assim transportadas até a cidade de São Paulo e nessas empreitadas ocorriam o contato entre os jovens embalando os namoros a época, com exemplos até de casamentos posteriormente.

O município de Assunção com aquela produção de frutas era muito bom, lembro quando nós trabalhava com seu Almeida embalando pilha para ir pra São Paulo, era bom demais ganhava um dinheiro extra e não atrapalhava no roçado já que era um dia e noite e quando terminava dormia três ou quatro horas e já tava pronto pra trabalhar, além da noite passar rapidinho porque era tudo uma brincadeira conversando com as meninas não se via o tempo passar. Depois que a fruteiras morreram ficou tudo esquisito e agente perdeu de ganhar dinheiro. (AGRICULTOR E FUNCIONÁRIO PÚBLICO, 53 ANOS)

Outros comerciantes do município também além de serem produtores compravam a produção dos demais agricultores como exemplos Senhor J. M. e Nz. e junto com seus produtos transportavam essas frutas em caminhões para as feiras e a CEASA em Campina Grande, onde vendiam obtendo um bom lucro. Além da forte comercialização dessas frutas, alguns proprietários que optavam por não vender a sua produção e para evitar a sua perda

utilizavam-nas na alimentação de animais que criavam como ramo produtivo vendendo esses animais nas feiras livres ou utilizando para o consumo familiar a exemplo de porcos, bois, bodes e ovelhas, esses relatos exemplificam a importância das frutas para a economia na época.

Essas árvores frutíferas eram as culturas permanentes do então distrito e que permitiam ao agricultor um rendimento mais estável já que suas safras ocorriam em períodos diferenciados das culturas temporárias da localidade como o feijão, o milho, mandioca, a melancia, o maxixe etc, e que juntos traziam uma renda mais regular para o agricultor.

Assunção era outro mundo, naquela época as frutas se perdiam aqui, muitos produtores davam de meia as frutas pra você colher e ainda era difícil achar quem colhesse por conta de se encontrar em todo lugar as frutas, mas agora estar muito diferente, se você quiser um suco de caju é preciso comprar. As fruteiras morreram mais da metade e o olho d'água (sitio) não está produzindo quase nada. (AGRICULTOR E APOSENTADO, 66 anos)

A predominância dessas árvores frutíferas se dava no sitio cajazeiras, um sítio que se encontra próximo a serra do planalto da Borborema que se estende por parte do município e que devido sua altura (uma serra) acaba tendo uma faixa de terra “o pé da serra” com solo mais profundo e arenoso com lençol freático relativamente raso, em função do escoamento da água no solo com a elevação da serra. Por conta dessa situação natural criou-se a época um verdadeiro santuário de frutas de boa qualidade, além disso ainda é marcante a presença de muitos poços nessa faixa de terra, principalmente no lugar chamado de olho d'água, onde se deu a principal fonte de água que abastecia o distrito de Assunção.

Com o aumento das famílias no município, o abastecimento da água começou a se tornar um problema em função do aumento do consumo e a permanência das mesmas condições climática (volume de chuvas) para a realimentação dos lençóis freáticos.

O município fica no semiárido nordestino conhecido pela poucas chuvas, além de uma irregularidade no decorrer do ano onde concentra as chuvas nos meses de janeiro e março. Esse aumento de pessoas aumentou a demanda por água o que dificultou o abastecimento em Assunção que sempre foi feito em um chafariz e trouxe consequências graves para a agricultura do município de Assunção, afetando também as culturas principalmente as permanentes, como as frutíferas, com a baixa do lençol freático.

Aqui em Assunção chovia bastante mais agente plantava e podia contar com o lucro já era certo, era um tempo muito bom, mas nos últimos anos está difícil agente plantar e dificilmente tem um lucro bom. Agente faz a nossa parte quando chove, nós vamos logo plantar aqui, e pedir a Deus que chova bem pra podermos colher. Infelizmente nos últimos anos está ruim a natureza não tá contribuindo, o último ano que foi até bom, que choveu mesmo foi 2011 de lá pra cá, a chuva tá muito pouca e nós não estamos lucrando. A sorte é outras atividades que minha mulher tem na prefeitura que vai chegando e nós vamos se virando até quando voltar a chuva. (TRABALHADOR DO CAULIM e AGRICULTOR 59 ANOS).

Como a intenção de verificarmos a ausência de chuvas nos últimos anos declarados nas entrevistas pelos agricultores, buscamos junto a AESA (Agência Executiva das Águas) o volume de chuvas anual desde 2005 de Assunção e seus vizinhos (primeiro ano em que os dados estão disponíveis para o município de Assunção) e de forma científica verificar se essas informações empíricas dos agricultores encontravam a confirmação ou sua refutação. Com os dados do órgão oficial construímos uma tabela onde foi possível certificar-se das informações passadas pelos agricultores e detectar particularidades entre esses municípios e seus volumes de chuvas nos últimos dez anos, essas informações estão disponível no quadro 7.

Quadro 7- Comparativo do volume anual de chuvas (mm), acúmulos e média dos últimos 11 anos

Anos	Assunção	Taperoá	J. do Seridó	Juazeirinho	Salgadinho	Tenório
2005	485,2	561,1	692	607,3	544,1	521,8
2006	571,1	986,5	797,4	689,4	655,2	614,3
2007	267,8	532,8	453,4	336,9	376,4	420,7
2008	638,8	938	840,1	677,7	962	724,6
2009	794	1258,1	1085,4	816,2	807,4	862,2
2010	799,7	690,2	644,1	592,9	620	643,4
2011	721,2	1317,5	776,4	752	722,3	918,2
2012	156,4	218,7	139,2	151,6	70,8	134,8
2013	225,4	338	217,8	184,2	133,6	242,2
2014	280,8	612,9	480	437,3	287,2	431,8
2015	242,1	525,6	374,1	263,3	413,1	304,4
Total	5.182,5	7.979,4	6.499,9	5.508,8	5.592,1	5.818,4
Média	471,1	725,4	590,9	500,8	508,4	528,9

Fonte: AESA confeccionado pelo autor

Conforme dados expostos no quadro 7, vimos que as citações feitas pelos agricultores do município de Assunção em relação a diminuição no volume de chuvas anuais a partir do

ano de 2011, realmente se confirma, mesmo sendo analisados de forma empírica. Quando vemos o acumulado anual de chuvas segundo a AESA, no ano de 2011, chegou a 721,2 milímetros no município. Já nos anos posteriores o acumulado anual caiu bastante, tendo como maior quantidade nesses quatro anos seguintes o ano de 2014 com acúmulo de chuvas de 280,8 milímetros, algo em torno de somente 39% daquele ano, 2011. Outro dado que podemos analisar é que no somatório de todos os municípios no período descrito (11 anos), o município de Assunção foi o que menos recebeu chuva, com a menor média anual nesse período de 471,1 milímetros anuais, isso significa apenas 65% da média no período de chuvas em Taperoá por exemplo, município vizinho que mais choveu no período considerado.

Os dados oficiais da economia local são deficitários, mas nas entrevistas com os agricultores familiares e representantes das instituições rurais locais, foram unânimes em reconhecer que a produção agropecuária reduziu-se de forma assustadora. Existe uma polêmica em relação às verdadeiras causas da morte dessas árvores frutíferas no município, uns atribui a baixa dos lençõs freáticos causado pelo baixo volume de chuva e aumento do consumo em função do aumento de pessoas que se instalaram no município, nesse período o que teria causado a insuficiência de águas essenciais as árvores frutíferas; outros acreditam no surgimento de pragas que acabaram por ceifar as “fruteiras”, já que muitas dessas árvores frutíferas tinham mais de 6 metros de altura, portanto raízes profundas e alcançariam os lençóis freáticos não sendo a falta da água a causa principal, já um representante de uma instituição rural acredita que o problema estaria no uso equivocado do solo por dezenas de anos, em que a forragem das propriedades seriam transformadas em alimentação animal ou haveria a queima dessa forragem para o preparo do solo para a produção do próximo ano, deixando a terra sem nutrientes. Esse fato, aliado a queda no número de animais no município em função da diminuição das chuvas, principalmente os bovinos e consequentemente a redução do estrume suficiente para adubar essas plantações causando suas mortes pela falta de nutrientes.

O Fato é que todos concordam com a morte da grande maioria das árvores frutíferas no município de Assunção e que foi um grande prejuízo causado na sua economia, com a perda considerável da produção das frutas. Com isso os agricultores familiares de Assunção passaram a buscar outras atividades no sentido de suprir suas famílias, e assim passaram a explorar o caulim recém descoberto exatamente na serra próximo aos plantios de árvores frutíferas, que é uma extensão do planalto da Borborema, procurando conciliar a atividade agropecuária com a extração do caulim, como forma de melhorar sua renda, e substituir a perda das frutas.

A segunda grande transformação na economia municipal foi à emancipação do município ocorrida em 1994, desmembrando de dois outros municípios que foram Taperoá e Juazeirinho, essa situação de pertencer a dois municípios sempre foi muito problemática, mesmo na busca de melhoria nos serviços necessários ao distrito, os prefeitos de ambos os municípios ficavam jogando a responsabilidade entre si. O distrito era desprovido de serviços coletivos e consequentemente de postos de trabalhos e a economia era bem mais dependente das atividades agropecuárias.

A criação do município em 1994 possibilitou a criação de muitos postos de trabalhos oferecendo a economia do município um alívio. Além dos recursos que seriam recebidos pelo município do governo federal, fez girar recursos financeiros com o funcionalismo público, alcançando outros setores como o comércio e a construção civil com o aumento dos recursos circulando dentro do próprio município, dessa forma criou uma infraestrutura considerável em serviços para o município.

O impacto dessa transformação na economia é relativamente visível não apenas em Assunção (município em estudo) como nos demais municípios da microrregião do Cariri Ocidental, quando comparamos o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) dos municípios emancipados em relação em 1994 aos demais que já eram independentes na época entre 1990 a 2010. Verificamos o crescimento bem mais representativo mesmo estando dentro da mesma microrregião do Cariri Ocidental e com características naturais relativamente semelhantes.

Quadro 8 - Crescimento do IDH dos municípios do Cariri Ocidental

Evolução do IDH dos municípios do Cariri Ocidental					
MUNICIPIOS	1990	2000	2010	CRESC. 90-00 (%)	CRESC. 00-10 (%)
Amparo	0,260	0,392	0,606	50,77	54,59
Assunção	0,247	0,406	0,609	64,37	50,00
Camalaú	0,328	0,405	0,567	23,48	40,00
Congo	0,271	0,441	0,581	62,73	31,75
Coxixola	0,280	0,432	0,641	54,29	48,38
Livramento	0,261	0,392	0,566	50,19	44,39
Monteiro	0,341	0,452	0,628	32,55	38,94
Ouro Velho	0,320	0,461	0,614	44,06	33,19
Parari	0,247	0,441	0,584	78,54	32,43
Prata	0,308	0,434	0,608	40,91	40,09
São João do Tigre	0,264	0,369	0,552	39,77	49,59
São José dos Cordeiros	0,288	0,393	0,556	36,46	41,48
São José do Umbuzeiro	0,322	0,453	0,581	40,68	28,26
Serra Branca	0,346	0,476	0,628	37,57	31,93
Sumé	0,349	0,469	0,627	34,38	33,69
Taperoá	0,285	0,416	0,578	45,96	38,94
Zabelê	0,324	0,484	0,623	49,38	28,72
Evolução do IDH dos munic. do Cariri Ocidental (Dec. 90-00)				40,73	37,69
Evolução do IDH dos novos munic. Cariri Ocidental (Dec.00-10)				59,47	42,82

Fonte: IBGE, adaptado pelo autor.

No Quadro 8 - podemos observar que os municípios que foram emancipados na década de 1990, na primeira década de sua emancipação 1990-2000, apresentaram uma média de crescimento do IDH bem superior a média dos municípios que já eram constituídos, com crescimento de 59,47% contra 40,73% dos demais que já eram emancipados. O município de Assunção, por sua vez teve o segundo maior crescimento do IDH entre os municípios emancipados em 1990, com um índice de 64,37%, passando de um IDH de 0,247 para 0,406 numa escala que vai de 0 a 1.

Já na segunda década (2000-2010) apesar da diferença na média entre os dois grupos de municípios ter caído, os recém-emancipados obtiveram a melhor média 42,82% contra 37,69%. Mesmo assim o município de Assunção continuou avançando no IDH com um crescimento acima da média de seu grupo, 50% passando de 0,406 obtido em 2000 para 0,609 no ano de 2010.

Com isso podemos deduzir que a infraestrutura criada com a institucionalização do município foi muito positiva e possibilitou uma mudança no mercado de trabalho no

momento em que possibilitou postos de trabalho na administração e possibilidade de circulação de dinheiro na economia local fazendo com os seus munícipes obtivessem uma renda melhor para o sustento de suas famílias com mais opções além de formas de trabalho agrícola, favorecidos pela pluriatividade.

Há um conjunto de pré-condições ou condicionantes que influenciam e até determinam o aparecimento da pluriatividade. Pelo lado dos indivíduos e das famílias que exercem a pluriatividade reconhece-se que famílias com maior número de membros, maior grau de escolaridade e propriedades de menor tamanho são propensas a buscar uma ocupação não-agrícola. Do lado do contexto em que a pluriatividade é observada, as pesquisas revelaram que a diversidade do mercado de trabalho e a infra-estrutura disponível no meio rural influenciam no aparecimento da pluriatividade (CONTERATO, 2008, p. 55).

De acordo com os dados publicados pelo IBGE (2010) o município de Assunção apresentava uma população economicamente ativa diversificada por setores com alguns percentuais superiores das demais cidades da microrregião do Cariri Ocidental. Com destaque para o setor de extrativismo, especificamente no beneficiamento do caulim e argila na fabricação de tijolo nas cerâmicas, além do setor de construção civil, comércio e serviços relativamente aquecidos.

Os dados da construção civil do município não são conhecidos em função da forma muito amadora em que é realizada no município sem um cadastramento ou um banco de dados oficiais que pudéssemos fazer comparações e análises mais aprofundadas. Como forma de superar essa lacuna optamos pelo processo de pesquisa de campo (técnica de observação direta) visitando os imóveis em construção na cidade e na zona rural, observando e catalogando a cada construção aliado a conversas das pessoas envolvidas nesse setor.

Ao final do trabalho verificamos a existência de cerca de 100 construções em andamento no município; aproximadamente 50 pedreiros moram na cidade e todos trabalham com frequência o que no induz a pensar em um número de ajudantes proporcional ou superior, já que muitas etapas da construção civil exigem mais de um ajudante por pedreiro, além de cinco lojas de materiais de construção no município, mostrando o setor relativamente aquecido.

Eu trabalho na construção civil como pedreiro por que o meio de vida da agricultura é fraco, hoje em dia tá fraco. Trabalha na agricultura essas pessoas que são aposentados, que tem emprego fixo. A gente vive trabalhando arrumando outras coisas durante a seca pra sobreviver, para num futuro ter um pé de qualquer coisa, a agricultura não dá mais quando dava

antes, hoje em dia o cabra só tem prejuízo, antigamente tinha quatro cinco hectares de roçado, hoje em dia, o cabra não planta um. Então a profissão de pedreiro dá mais renda, com certeza. Hoje em dia principalmente aqui, em Assunção não precisa sair para outra cidade para trabalhar na construção, porque aqui já tem demais já. O caba não dá nem vencimento do que já tem aqui. Por enquanto não penso voltar para a agricultura ao menos se voltasse a chover muito, eu ainda gosto da agricultura. O maior problema da agricultura é esse inverno que tem falhado. De primeiro, o caba tinha três quatro meses de chuva, podia plantar sem medo, hoje em dia o caba não tem um inverno direito, passa dois sem chover encarrilhado, aí o caba perde tudinho. Não tem como criar a família, na agricultura tem como não, esse inverno atrapalhado que vivi hoje, chove um mês e dois não, aí quando chega a chuva já é tarde já, já tem se perdido tudo (AGRICULTOR E PEDREIRO, 43 ANOS).

Nas palavras do agricultor vemos a dificuldade que ele teria de criar a família dependendo apenas da agricultura por conta principalmente da irregularidade das chuvas. Admite que procura outra atividade, no caso pedreiro na construção civil, porque o rendimento obtido com a agricultura atualmente não é suficiente, mostra o quanto a construção civil esta aquecida no município quando afirma que não dá vencimento a demanda das obras que é convidado a trabalhar e ainda acaba admitindo o gosto pela agricultura, relutando um pouco a voltar a praticá-la nas condições atuais, no entanto confirma que voltaria a praticá-la somente no caso da ocorrência de muita chuva. Demonstrando assim um apreço que tem á agricultura e só a deixa temporariamente por conta das condições naturais adversas.

A entrevista desse agricultor se mostrou muito reveladora quando demonstra as condições que faz ele buscar outra atividade produtiva, além da agropecuária, como estar se dando a inserção nessa nova atividade em função do dinamismo da construção civil e a influência que a agricultura na condução de sua vida futura, admitindo voltar a praticá-la bem logo chova de forma suficiente. Na sequência trouxemos algumas das construções visitadas figuras (3, 4, 5, 6) para termos uma noção das principais tipos de construções que estavam ocorrendo no município no momento da pesquisa (2015).

Figura 3 – Obra na cobertura



Figura 4- Obra em acabamento



Figura 5 – Obra de 1º andar

Fonte: pesquisa direta

Figura 6- Início de obra

Como vemos as construções não são pequenas possuem um padrão considerável e algumas com estrutura para primeiro e segundo andares o que nos induz a pensar que o volume de recursos investidos são relativamente alto.

Outro setor importante que foi destacado pelo IBGE no município e confirmado pela pesquisa foi o beneficiamento do caulim já que empregam muitas pessoas tanto no processo de extração diretamente do solo, na mina, como no transporte e nas várias etapas na fábrica como a secagem, moagem e decantação, transformando-o em produtos finais para o envio aos clientes, da própria Paraíba, estados vizinhos e até mesmo enviados para a região Sudeste principalmente para o estado de São Paulo. A seguir algumas fotos do interior de uma fábrica de beneficiamento.

Figura 7 – Produtos prontos**Figura 8 – Instalações industriais do caulim**

Figura 9 – Secador**Figura 10 – Tanques decantação**

Fonte: pesquisa direta

Como podemos observar as instalações são relativamente grandes e dotadas de uma infraestrutura considerável, relevante ao tamanho do município. Vale salientar que as instalações estão localizadas na zona rural do município tanto a extração nas minas como as fábricas com sua da produção. Em uma entrevista um dos agricultores que trabalha em uma fabrica e caulim se referiu a esse setor da seguinte forma:

Essas cerâmicas e essas fábricas de beneficiamento de caulim são muito importantes para o município, já que na época de seca gera muito trabalho e nós vamos trabalhar lá até que chegue o inverno, as pessoas de lá são muito legais e até chegar o inverno temos uma renda extra. Quando chove as minas enche de água aí não dá pra tirar o caulim é o mesmo período que voltamos a trabalhar no roçado. Quando o inverno passa aí cai o rendimento da agricultura e aí voltamos para o caulim. Agente não ganha muito, mais tem como manter a família, criar uns animais e comprar um transporte como comprei a moto, esses dois ramos se encaixam e não pára de ter serviço (AGRICULTOR E TRABALHADOR DO CAULIM, 53 anos).

Nas palavras do agricultor e que também trabalha no ramo do extrativismo, vimos o conjunto das atividades que se complementam dando mais segurança e regularidade para os agricultores do município de Assunção. Dessa forma surgem tanto os empregos diretos como os empregos indiretos potencializados pelos pequenos comércios como os bares por exemplo que servem comidas aos trabalhadores ou borracharias que faturam com serviços feitos nos carros utilizados no transporte da matéria-prima ou produtos acabados das fábricas ou cerâmicas.

Outro setor que se mostrou dinâmico nas oportunidades de trabalho e é muito buscada por agricultores principalmente nos anos de poucas chuvas ou no período de entressafra é o de comércio e de os serviços. O comércio é representado por pequenos estabelecimentos muito diversificados e com pouca empregabilidade individual, mas que no seu conjunto acabam por oferecer postos de trabalho relevantes. Os serviços por sua vez têm grande representatividade por proporcionar muitos postos de trabalho, demonstrando uma predominância absoluta nos números de postos de trabalho oferecidos pela prefeitura municipal, além dos empregos oferecidos pelos órgãos do estado no município. Juntos essas duas instituições emprega em cerca de 330 funcionários.

Nas figuras (11,12,13,14), a seguir, apresentamos a sede da prefeitura maior empregadora do município e alguns pequenos comércios característicos do município.

Figura 11 – Sede da prefeitura



Figura 13 – Posto de combustíveis



Figura 12 – Loja de material de construção



Figuras 14 – Pousada



Fonte: pesquisa direta

O comércio do município de Assunção é dependente de outros setores uma vez que o trabalhador aplica sua receita primeiramente nas suas necessidades básicas como a alimentação e em seguida busca outros produtos de segunda necessidade como produtos em lojas de materiais de construção para construção ou reforma de seus imóveis, por exemplo, dessa forma essas outras atividades acabam dinamizando o comércio local.

O comércio de Assunção não é tão grande, mas estamos vendendo bem, quando os pagamentos são maiores nos dividimos, geralmente são feito no cartão ou parcelado por mês. A maioria dos nossos clientes é empregada da prefeitura ou agricultores do município e essas pessoas são sempre nossos amigos e sempre pagam direitinho, até porque nós conhecemos quase todo mundo e assim facilita a cobrança. (LS- DONO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, 49 anos).

Como vimos a infraestrutura local disponível estimula a pluriatividade dando condições ao próprio agricultor familiar ou algum integrante da sua família de buscar de outras atividades que possam dá uma maior regularidade nos seus rendimentos necessário a reprodução social de família como um todo.

A busca por essas novas atividades pode não se dar necessariamente com o próprio chefe de família, pode ser a esposa com a crescente emancipação que a mulher vem alcançando no mercado de trabalho, em empregos temporários como os serviços domésticos ou através de concursos públicos nas prefeituras do próprio município ou em outros municípios próximos, (podemos ver esse fenômeno nas migrações pendulares com a concentração de pessoas em ponto de ônibus pela manhã). Também esses trabalhos pode se dar através dos filhos que geralmente acabam estudando mais que seus pais e são absorvido pelo mercado de trabalho. O fato é que todos os integrantes da família contribuem de alguma forma para a reprodução da família.

A prática dessas atividades acaba diferenciando a forma de trabalhar no estabelecimento rural ou da contribuição dos membros da família, seja com o próprio trabalho nos feriados ou finais de semana ou pagando trabalhadores avulsos na lida com a terra no estabelecimento da família. O Fato é que a soma desses rendimentos conseguidos com essas atividades pode trazer muitos benefícios como: a regularidade de rendimentos, melhores rendimentos no conjunto familiar, melhores condições de vida, dentre outros.

Outra questão que deve ser analisada são as relações de trabalho realizadas nessas outras atividades. A forma como se dão são muito variadas: existem algumas formalizadas

com a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), outras regidas por estatutos como os empregos públicos, alguns por empreitadas e ainda outras mais precarizadas, sem carteira assinada ou qualquer indenização. No critério temporal, umas funcionam em tempo integral, enquanto outras em tempo parcial. Portanto as relações trabalhistas são muito diversas. Quanto o rendimento, a média salarial paga da maioria é baixa, geralmente é de cerca um salário mínimo nos trabalhos mais formalizados, enquanto em outros postos o trabalhador não chega a ganhar esse valor. Outro problema detectado é a segurança dos trabalhos principalmente os que exigem esforços físicos quase sempre sem o EPI (Equipamento de Proteção Individual) em algumas instalações tornando algumas operações perigosas à saúde e a própria vida do trabalhador.

3.3 - Agricultores Familiares e pluriatividade: resultados da pesquisa

O município de Assunção está inserido no semiárido brasileiro, uma área caracterizada por algumas limitações naturais e em condições muito peculiares, o que exige estudos específicos principalmente em se tratando da categoria Agricultura Familiar, por ser essa muito heterogênea nas relações sociais e no aspecto geográfico. Falar dessa categoria com as condições naturais da região Sul do Brasil por exemplo é muito diferente de falar dessa categoria no semiárido nordestino já que aqui as condições naturais são limitantes a produção regular, além de diferentes condicionamentos e especificidade ao estilo de vida familiar. Em se tratando de condições naturais no semiárido nordestino, e sobre suas características particulares e específicas em termos naturais e sociais, Costa e Silva discorrem da seguinte maneira:

As condições edafoclimáticas, no geral, decorrem da existência de solos rasos e alcalinos, alta insolação, deficiência hídrica e secas periódicas. 2) as condições sociais e econômicas da ampla maioria da população local são críticas, decorrentes: a) de uma estrutura agrária altamente concentrada, de forma que a maioria dos habitantes possui terra insuficiente ou não tem acesso a mesma; b) do baixo grau de escolaridade; c) da quase ausência de dotação de capital; e d) do insignificante acesso a tecnologia, que, quando existe, é inapropriada (COSTA E SILVA 2014, p. 950):

Dessa forma as atividades direcionadas para o campo são prejudicadas, principalmente, nos anos em que chove abaixo da média. Neste contexto, os agricultores

familiares são obrigados a buscar uma forma de sobrevivência, ainda que temporária, como forma de complementar a renda familiar e garantir a reprodução social da sua família.

Nosso município é muito dependente de chuvas, os programas que trabalhamos com os agricultores familiares de Assunção são os programas do governo federal como o PRONAF, o PNAE e o SEGURO SAFRA. Também com os programas do governo estadual como a distribuição de rações ou raquetes de palma isentas da praga da cochonilha de carmim. Trabalhamos junto a EMATER é tanto que a sede fica no mesmo imóvel, assim a uma maior integração entre ambas instituições. A prefeitura se prontifica a cortar a terra desses agricultores mediante uma programação prévia feita pelos agricultores. Organizamos uma planilha e no período de chuvas disponibilizamos uma quantidade média de horas para cada agricultor. Temos problemas de relacionamentos com alguns agricultores pela questão política muito presente nos pequenos municípios, acreditam na preferência desse corte de terra com privilégio de partido A ou B. Outro problema enfrentado pelo município é a grande concentração de terra que existe. Se separarmos os 6 maiores proprietários, esses praticamente detêm mais da metade das terras do município de Assunção. Outra dificuldade é a prática equivocada de muitos agricultores que retiram toda a forragem para a alimentação animal ou a queima, fazendo as terras ficarem pobres de nutrientes. A grande produção do município de frutas como o caju, a pinheira e mangueira estão morrendo no nosso município, pela falta de nutrientes nas terras e a baixa do lençol freático em função da diminuição do volume de chuvas nos últimos anos. A sorte dos agricultores são algumas atividades como funções públicas, caulim e construção que empregam eles em época de seca. (V.L 38 ANOS REPRESENTANTE DA PREFEITURA).

A área de domínio do semiárido teve ao longo da história, outras denominações como Sertão e o Nordeste das secas. Oficialmente a primeira delimitação da região foi estabelecida em 1936, com o polígono das secas. O conceito técnico do semiárido é decorrente de uma norma da constituição brasileira de 1988, mais precisamente, do seu artigo 159, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). A norma constitucional manda aplicar, no semiárido, 50% dos recursos destinados ao fundo. A lei 7.827 de 27 de setembro de 1989, que regulamenta a Constituição Federal, define como semiárido a região inserida na área de atuação da SUDENE, com precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm.

Em 2005, o Ministério de Integração Nacional atualizou a área de abrangência oficial do semiárido, conforme portaria Ministerial nº 89, de março de 2005, para a nova delimitação do Semiárido foram considerados três critérios técnicos: a precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 mm; um índice de aridez de até 0,5, no período de entre 1961 e 1990, calculado o balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial; e o risco de seca maior que 60% no período entre 1970 e 1990 (BRASIL, 2005d).

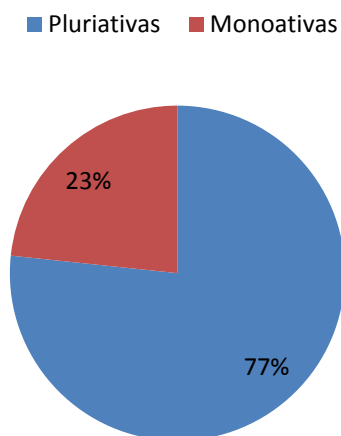
Segundo a delimitação atual, o semiárido abrange 1.133 municípios com uma área de 969.589,4 km² corresponde a 90% da Região Nordeste (nos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), e mais a região setentrional de Minas Gerais.

As características naturais, os tamanhos dos estabelecimentos, a irregularidade das chuvas afetam a produção agrícola e, como desdobramento, para a reprodução social da família. E, com isso, o surgimento de novas atividades não agrícolas nos municípios.

A pluriatividade é um fenômeno social que busca aliar as rendas provenientes das atividades agrícolas com as atividades não agrícolas. Del Grossi (2000) baseado nos dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios), do IBGE, revela que os agricultores não conseguem sua reprodução exclusivamente com as rendas agrícolas, assim, a produção/reprodução social desses agricultores dependem, cada vez mais, da junção de atividades agrícolas e não agrícolas como forma de obter renda suficiente à satisfação de suas necessidades.

Na pesquisa de campo com foco no município de Assunção, depois de conversas como os agricultores familiares do município como forma de obtermos um melhor conhecimento de suas vivências e especificidades locais e de forma mais realista, buscamos através das perguntas dos questionários e nas entrevistas realizadas, reunir informações que pudéssemos montar um perfil das famílias do município de Assunção (PB), especificamente, na relação com a pluriatividade e/ou monoatividade.

Consideramos para este estudo, famílias monoativas aquelas que todos os membros desenvolvem atividades exclusivamente agropecuárias podendo estar inseridas em algum dos programas de transferência de renda do governo federal, aposentadorias e pensões. Denominamos famílias pluriativas aquelas que pelo menos um de seus membros desenvolvem atividades diferentes as atividades agropecuárias podendo estar inseridas em algum dos programas de transferência de renda do governo federal, aposentadorias e pensões. Mediante essa distinção procuramos identificar os tipos de famílias dos agricultores familiares e assim distingui-los em dois grupos. Para isso fizemos a pergunta: Alguém da família trabalha em alguma atividade além da agropecuária? Os resultados obtidos estão na figura 15 abaixo.

Figura 15 - Tipos de Família

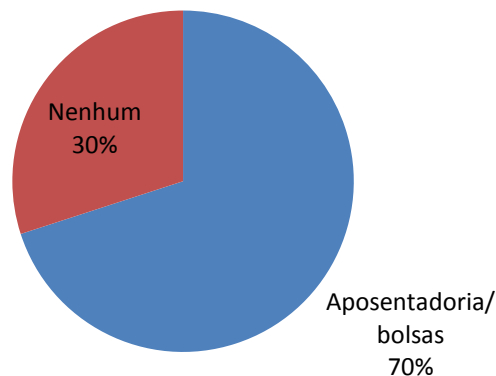
Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

A pesquisa apontou que a maioria das famílias do município de Assunção são pluriativas, algum(s) de seus membros desenvolvem outras atividades além da agricultura e/ou pecuária, nos seus estabelecimentos rurais ou mesmo fora deles. Um percentual bastante expressivo de 77% das famílias entrevistadas. Enquanto o índice das famílias de agricultores familiares que vivem exclusivamente de renda agropecuária e com alguma transferência governamental representou um índice bem menor de apenas 33% da amostra pesquisada. Com isso, fica claro que o fenômeno social da pluriatividade no município é bem representativo.

Ao longo desse trabalho vimos alguns setores produtivos como a construção civil, o comércio e o extrativismo ofereciam uma infraestrutura no mercado de trabalho bem importante para o município e essa infraestrutura disponível estava contribuindo para esse número elevado de famílias pluriativas.

Já tendo esse primeiro dado, buscamos junto às famílias saber quais os rendimentos que integrava a composição de sua renda, de forma separada entre os grupos de famílias: monoativas e pluriativas e assim perguntamos se tinha e qual o outro(s) rendimento(s) além da agropecuária? Os resultados apresentados com o grupo de famílias monoativas estão presentes na figura 16.

Figura 16 - Famílias monoativas que recebem algum rendimento além da agropecuária.



Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

Nos dados apresentados na figura 16, podemos observar que a grande maioria das famílias monoativas do município de Assunção pesquisadas recebe alguma transferência do governo federal, seja ela aposentadoria, bolsa ou a combinação de mais de uma dessas transferências com um índice de 70%, ou seja, somente 30% das famílias monoativas da amostra vivem exclusivamente de renda agropecuária.

Os dados mostram que a grande maioria das famílias monoativas do município de Assunção recebem ajuda do governo seja em forma de aposentadoria ou programas sociais, apontando que a sua renda não é exclusiva de atividades agropecuárias. Esses agricultores mesclam esses rendimentos recebidos mensalmente com as rendas vindas dos estabelecimentos rurais e dessa forma não ficam tão dependentes das condições naturais, podendo essa renda (transferências + renda agropecuária) variar para mais, em épocas de colheitas e para menos em período de secas, mas nunca ficar desprovidos de recursos que ponha em risco sua sobrevivência, essa informação explica como esse agricultor em período longo de estiagem não migra para outro município e nem migra de ocupação. Um agricultor entrevistado nos fala:

Gosto de trabalhar no campo, não sei ficar em casa, vou no sítio todo dia e não tem coisa mais satisfatória do que assim que chover, você ir plantar e você não perde. Muito ou pouco você lucra e não é aquela coisa contadinha de quando você vai no mercadinho, você traz do roçado é de saco, dá aos vizinhos a família e ainda sobra. Tenho minha aposentadoria, mas não fico esperando por isso, quando chove muito, o dinheiro que você investe no campo, tira mais de seis vezes (AGRICULTOR E APOSENTADO - 68 anos)

Nas entrevistas ficaram muito claro as opções feitas pelos agricultores que se aposentam mais cedo (a aposentadoria rural para homens é de 60 anos e para as mulheres 55 anos) e como esses agricultores desenvolvem atividades braçais constantemente ainda apresentam, um vigor físico considerável, mesmo alguns com idade avançada, o mesmo acontecendo com os agricultores que tem algum outro benefício do governo. Dessa forma continua na sua “luta” como dizem, no campo buscando não apenas rendimentos, principalmente desenvolvendo a atividade mais como uma filosofia de vida, característica demonstrada pela agricultora de 76 anos:

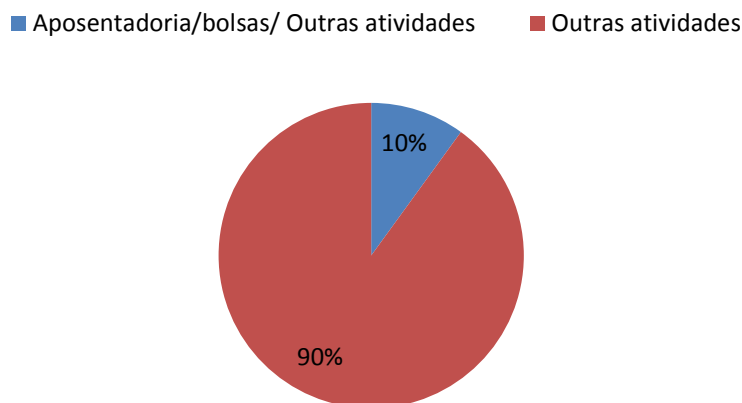
Eu mesmo com 76 anos, ainda vou no roçado e faço alguns trabalhos mais leves e graças a isso e a meu Deus, sou uma pessoa sadia e forte, tem um tio meu com 96 anos nunca foi no hospital nem ao médico e ainda tem uma boa saúde, o trabalho da roça, ajuda na saúde. Enquanto eu for viva, eu quero agricultura, se eu tiver dinheiro pago, tenho coragem de pagar a uma pessoa para fazer o serviço mais pesado e cuidado da administraçãozinha. Hoje tem os problemas de mão de obra, mesmo você tendo o dinheiro, encontra dificuldade para as pessoas trabalharem no roçado, além das chuvas que estão ficando fina, ainda tem a formiga, tem o passarinho, o gafanhoto e a lagarta, para a gente lucrar tem que oferecer alimentos para essa turma todinha. Tenho filhos que mora em cidades próximas e insistem para eu ir morar com eles, criticando por que invisto minha aposentadoria na agricultura, mas digo a eles, que aqui é meu lugar, o rural é onde quero viver o resto dos meus dias aqui nesse lugar, na minha casa. (AGRICULTORA E APOSENTADA, 76 anos).

Observamos que enquanto a maioria das pessoas pensa na aposentadoria como um tempo de descanso depois de uma vida de trabalho e vai mudar de estilo de vida com viagens, por exemplo, ou viver outras experiências que tinha vontade e o tempo despendido ao trabalho impossibilitava-lhes de fazer, na pesquisa foi observando que a grande maioria dos agricultores familiares do município demonstra pensar na aposentadoria como uma forma de ter uma maior segurança, mas não deixam de trabalharem.

Fizemos a mesma pergunta se recebia alguma transferência ou benefício do governo, desta vez as famílias pluriativas do município no sentido de tentar entender alguma

diferenciação na composição da renda dos dois grupos de famílias e os dados obtidos foram os seguintes, figura 17.

Figura 17 - Famílias pluriativas que recebem algum rendimento além da agropecuária?



Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

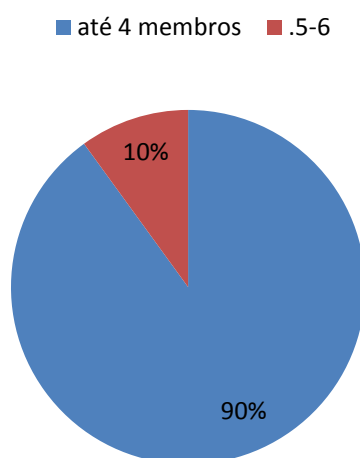
Comparando a figura 16 veremos que o índice de famílias que recebiam alguma transferência no grupo de família monoativas era de 70% demonstrando que o recebimento de uma ajuda do governo pode ser um fator inibidor dessas famílias buscarem outras atividades ficando restritas as atividades agropecuárias, complementadas com essas transferências. Por outro lado no grupo das famílias pluriativas (figura 17) somente 10% possuía algum tipo de transferência do governo. As outras rendas que compõem seu orçamento familiar vinham de outras atividades estranha a agropecuária, podemos concluir que a falta de transferências governamentais nas famílias pluriativas é fator estimulador a pluriatividade, sem outra renda segura ficam muito vulneráveis, expostas a sazonalidade, ao volume de chuvas e as outras questões naturais, por isso procuram outras atividades.

Eu gosto muito da agricultura só que nos últimos anos tem havido mudanças que acaba nos atrapalhando, a chuva esta sendo muito pouca e a maioria dos agricultores precisam fazer outra atividade para manter a família, além de que o jovem já esta procurando outra atividade e abandonando a agricultura. Passa dois três anos sem chuva ai, o que você juntou você perde, dessa forma é melhor alguns da casa a mulher ou filho procurar outro ramo e assim agente fica misturando enquanto um ganha um dinheirinho na prefeitura outro vai pra o comércio e assim dá pra ter uma vida melhor porque se ficar só dependendo somente da agricultura passaremos necessidades. (AGRICULTOR, 53 anos).

Podemos assegurar com a pesquisa, que a falta de uma renda regular está estimulando as famílias do município de Assunção a buscarem outras atividades além da agrícola, já que essa tem a característica da sazonalidade (época de colheita), que é muito dependente do fator climático, vale salientar que estamos no semiárido nordestino, conhecido como uma sub-região do país de poucas chuvas e má distribuição ao longo do ano, esse fato esta sendo mais um fator explicativo da prática da pluriatividade.

Para Schneider e Conterato (2008) a pluriatividade pode ser estimulada por um conjunto de fatores, externos e internos. Como fator externo pode considerar as políticas agrárias ou infraestrutura disponível em cada município. Se o município possuir uma infraestrutura considerável, os agricultores têm mais opções de buscar outros rendimentos, fazendo comparações na escolha de qual atividade desenvolver. No aspecto interno podemos entender como as variáveis que partem da própria família, e dentre eles está o tamanho da família que pode funcionar com um aspecto estimulador a pluriatividade uma vez que pode haver excesso de mão de obra no estabelecimento ou mesmo a necessidade de maiores rendimentos para o mantimento dessa família. Sendo assim procuramos investigar o tamanho médio das famílias do município de Assunção, separadas em dois grupos: famílias monoativas e pluriativas, e analisar se essa variável estava interferindo na procura de outras atividades. As respostas estão da figura 18.

Figura 18 – Tamanho médio das famílias monoativas



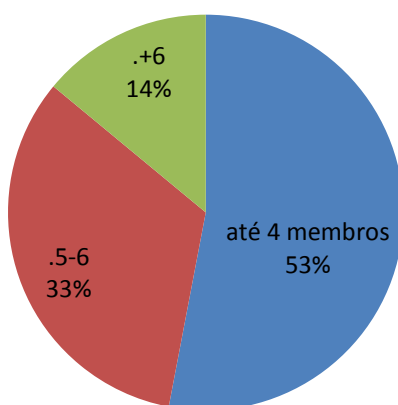
Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

A figura 18 nos mostra a constituição média das famílias monoativas do município de Assunção, demonstrando serem relativamente pequenas: (90%) das famílias pesquisadas são formadas em média por até 4 membros. Para o intervalo entre 5 e 6 integrantes o índice caí consideravelmente para apenas 10%. Na amostra não foi detectada nenhuma família com mais de 6 integrantes.

Os agricultores estão mudando muito, as famílias ficando pequenas porque essa historia da violência e a despesa, as mulheres não querem muitos filhos. Antigamente você tinha 8 a 10 filhos era bom demais. Você podia plantar porque tinha muita gente pra ajudar, pra limpar um mato, pra colher e muitos alimentos já tinha no próprio roçado: tinha melancia, tinha maxixe, milho, o feijão tinha verduras. Sempre tinha minha horta atrás de casa e dava de tudo, alface, coentro, tomate, pimenta era muito saudável. Hoje os tempos mudaram não chove com antes ai falta água pára tudo. E uma família grande você tem prejuízo, os jovens, a maioria não quer trabalhar no campo porque não vê um bom rendimento e por isso que as famílias estão ficando pequenas (AGRICULTORA E APOSENTADA, 58 anos).

Dentre as variáveis internas, o tamanho da família se torna uma variável importante uma vez que a família sendo grande pode demandar mais recursos para suprir as necessidades, sendo assim necessitaria de mais terras. Em seguida buscamos investigar o tamanho das famílias, dessa vez as famílias pluriativas e checar se haveria diferenças e se essa variável influenciaria a busca por outras atividades nesse grupo. A figura 19 mostra os resultados coletados na pesquisa dessa vez nas famílias pluriativas.

Figura 19 – Tamanho médio das famílias (pluriativas)

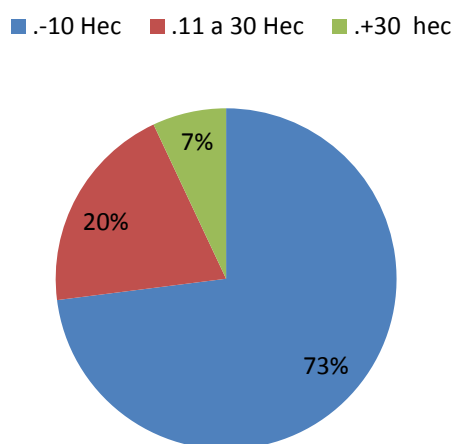


Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

De acordo com a figura 19, o perfil das famílias pluriativas em relação às monoativas, sofre alterações significativas. As famílias pluriativas, com até 4 membros (53%), se diferenciam das famílias monoativas (90%). Quando aumenta o número de membros (entre 5-6), na família pluriativa o percentual é de (33%), superior as monoativas (10%). Por fim, quando consideramos as famílias pluriativas, com mais de 6 membros, o percentual é de (14%). Não encontramos famílias monoativas com estas características. Consideramos o tamanho da família como uma variável importante para mensurar a presença das atividades não agropecuárias nos estabelecimentos familiares. Dessa forma a variável, tamanho da família estava influenciando as famílias pluriativas, que são maiores, a buscarem outras rendas em setores diferentes do agropecuário.

Considerando que o tamanho da família está muito ligado ao tamanho do estabelecimento uma vez que mais pessoas na família exige um tamanho maior do estabelecimento sob pena de excesso de mão de obra. Nesse interim buscamos compreender a relação da pluriatividade com o tamanho dos estabelecimentos rurais e a influência dessa variável na compreensão do fenômeno da pluriatividade. Desta forma a figura 20 mostra-nos o tamanho médio dos estabelecimentos das famílias monoativas, já que a área do estabelecimento rural pode ser um indicador que, diretamente, influencia a organização da produção da familiar.

Figura 20 – Tamanho médio dos estabelecimentos rurais (monoativas)



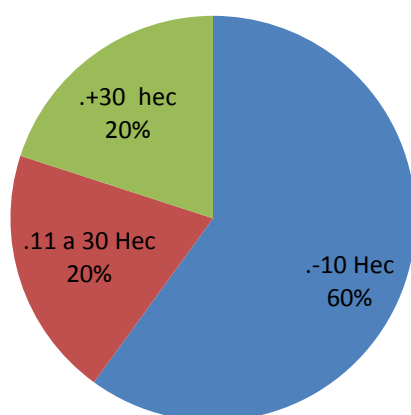
Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

A figura 20 apresenta a distribuição de terras, por famílias, no município de Assunção. As famílias monoativas (73%) detêm menos de 10 hectares (ha). Cada hectare corresponde a 10.000m² de terras. Para o segundo segmento (11 a 30 ha), o percentual se reduz para 20%. E, por fim (7%) para os estabelecimentos acima de 30 ha. Com isso, o tamanho da terra, associado à baixa qualidade dos solos - geralmente rasos, pedregosos ou arenosos – são fatores que limitam a produção agropecuária nos municípios do semiárido paraibano e consequentemente o de Assunção.

As terras são para o agricultor como a sua própria mãe. É a base de nosso trabalho, mas aqui em Assunção as terras que agente tem são poucas porque são caras e nosso rendimento é pouco pra criar a família e ainda juntar. Quem tem uma terrinha maior sempre são as pessoas que foram pro sul trabalharam lá muitos anos e juntaram um dinheirinho e quando voltaram trouxeram e ai compraram uma terra maior. Mesmo assim são poucas que tem uma terra grande. Quem tem mesmo terras grandes são os herdeiros de familiares que tinham muita terra, ai os mais velhos foram morrendo e essas terras foram passando pra eles de herança (AGRICULTOR e TRABALHADOR NO CAULIM, 63 anos).

Como vimos a maioria dos agricultores familiares monoativos do município detém poucas terras em função dos preços serem elevados e fora da realidade desses agricultores. Posteriormente fizemos a mesma pergunta para o segundo grupo de agricultores, os pluriativos, procurando saber se seus estabelecimentos tinham as mesmas características do primeiro grupo, e assim mapeamos o tamanho médio de suas terras dessa vez com as famílias pluriativas. Os resultados obtidos estão na figura 21.

Figura 21 – Tamanho médio dos estabelecimentos rurais (pluriativas)



Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

Com os dados das figuras 20 e 21, pudemos verificar a distribuição de terras no município de Assunção, comparando os dois grupos de famílias: as pluriativas e as monoativas. O grupo com menos de 10 ha diminuiu: de 73% (monoativas) para 60% (pluriativas). Para os estabelecimentos situados entre 11 a 30 ha o percentual se manteve inalterado: 20% para ambas. No entanto, o grupo com propriedades acima de 30 ha cresceu: 7% (monoativas) e 20% (pluriativas). Assim acreditamos que a posse da terra é um fator de limitação para os dois grupos e não representa um diferencial significativo para o estudo da pluriatividade no município; uma vez que, em termos gerais, as famílias pluriativas possuem, relativamente, até um pouco mais de terras que as monoativas.

Minha maior dificuldade da agricultura é o tamanho da terra, tenho 5 hectares e a terra é muito arenosa, mas isso não impediu que eu produzisse, passei a estrumar ela. Pegava estrume nos currais que os amigos me davam para limpar na carroça de boi. E consegui situar várias fruteiras e quando planto milho e feijão no inverno tenho um bom lucro, outra plantação que eu tinha muito era palma, não comprava a ninguém pra segurar minhas vacas o problema foi a cochonilha de carmim de deu aqui em Assunção e matou quase todos os campos de palma, mas se minha terra fosse maior nos anos de inverno conseguiria lucrar bem mais. (AGRICULTOR, 61 Anos).

Como vimos a dificuldade em obter terras continua sendo um grande empecilho para o agricultor familiar do município como em todo Brasil, já que a terra é o principal fator de produção desse trabalhador e sem uma terra com tamanho satisfatório não há como o agricultor obter uma produção satisfatória.

A próxima variável que passamos a analisar foi “o nível de instrução do chefe de família”. Entendemos que essa variável é de grande importância para o indivíduo, seja na forma de gerir seu estabelecimento rural ou na busca de uma colocação em qualquer ramo produtivo no mercado de trabalho.

Nas observações da estrutura produtiva local vimos que o tipo de pluriatividade mais visível no município é a intersetorial (pluriatividade que envolve os setores produtivos). Os trabalhos estão locados em diferentes setores fora do agropecuário distribuídos em média da seguinte forma: os órgãos governamentais (Prefeitura e estado) oferecem, em média, 330 empregos diretos; a construção civil em média 120 postos de trabalho, o comércio cerca de 40 em média e o beneficiamento do caulim e as cerâmicas de tijolos com cerca de 450, segundo o gerente da cerâmica:

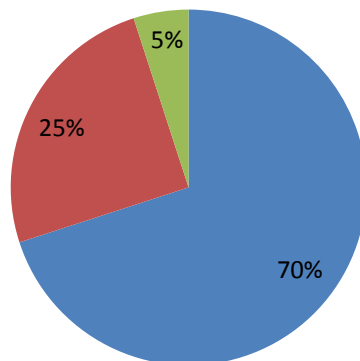
Essas cerâmicas e essas fábricas de beneficiamento de caulim são muito importantes para o município já que empregam cerca de 450 empregados, são 6 fábricas de caulim e 4 cerâmicas e envolve pessoas tanto de Assunção como do Junco do Seridó, Juazeirinho e Salgadinho, já que não se limita ao trabalho apenas nas fábricas, além desses empregados que trabalham junto nas fábricas tem as pessoas que cortam a lenha (08 fornecedores de lenha), para o uso no processo de secagem, tanto no caulim como nos tijolos as que retiram o barro dos barreiros na produção de tijolos, tem as pessoas que retiram o caulim das minas, as pessoas que transportam. Nossos produtos são vendidos para muitos lugares da região, o caulim chega no Ceará, São Paulo e posteriormente chega até no Japão. São matéria-prima utilizadas em borrachas, tintas e cerâmica. A maior fabricante de piso (cerâmica) da Paraíba é cliente nosso. Os tijolos são vendidos para toda a Paraíba e estados vizinhos. As etapas do processo do caulim são lavar, decantar, filtrar, secar e moer e depois enviamos em carretas até os clientes. O caulim dependendo da mina onde se encontra possui uma qualidade diferenciada, mas em geral há grande perda, de cada 10 toneladas que chegam nas fábricas aproveita-se em média apenas 3, portanto uma perda de 70% de rejeito. A lenha que compramos é fiscalizada pelo IBAMA, onde os fornecedores têm as autorizações. Estamos sempre mudando de lugar na retirada do barro e os proprietários das terras tem previamente negociado essa permissão. Por fora desses empregos têm borracharias, oficinas, bares que acabam dependendo dessas atividades, porque a maioria dos clientes deles, trabalham com agente. (N.A – Gerente de cerâmica e Fábrica de Caulim, 50 anos)

Vimos nas palavras do gerente de uma das cerâmicas seu potencial de empregos além dos serviços prestados pela prefeitura municipal. Desta forma entendemos que o grau de instrução do chefe de família pode ser um indicador de estímulo ao trabalho compartilhado, entre a agricultura e setores não agrícolas.

Muitas atividades são realizadas em parte do dia. Os turnos são divididos entre o trabalho com a agricultura e outras atividades, ou em épocas específicas, ou mesmo período de estiagem de chuvas no campo. O mercado de trabalho local dependendo do tipo de trabalho exige a instrução mínima como critério de empregabilidade como os serviços nos órgão do estado e prefeitura em regime estatutário ou cargos em comissão e no comércio, enquanto a construção civil, beneficiamento do caulim e cerâmicas de tijolos não exige muita qualificação. Assim, buscamos saber o grau de escolaridade dos chefes das famílias, considerando que são eles que praticam a pluriatividade ou orienta outro(s) membro(s) da família. Os dados relacionados às famílias monoativas constam na Figura 22.

Figura 22 – Instrução do chefe de família (monoativas)

■ Fundamental Incompleto ■ Medio Incompleto ■ Médio Completo ou mais



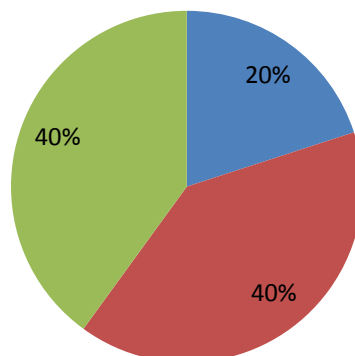
Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

Referenciado nos dados acima, observamos que a maioria dos agricultores (70%) não possui o fundamental completo. Essa condição educacional apresenta muitas limitações no processo de inserção produtiva mesmo na própria dinâmica que a agricultura começa a adquirir, o agricultor enfrentará dificuldades como a burocracia dos programas federais, no sentido de entender e preencher cadastros, formular projetos, prestar contas, participar de reuniões, planejar a vender os seus produtos agropecuários para Programas, como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), ou financiar projetos agrícolas no contexto do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF). A exigência de qualificação profissional/técnica para inserção no mercado de trabalho é um desafio para o agricultor familiar no município. No “mercado local” as funções disponíveis para este tipo de público são as comumente conhecidas como de “baixa remuneração”.

Na sequência, a Figura 23, demonstra os dados relacionados com a instrução do chefe de família dessa vez com as famílias pluriativas.

Figura 23 – Instrução do chefe de família (pluriativas)

■ Fundamental Incompleto ■ Medio Incompleto ■ Médio Completo ou mais



Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

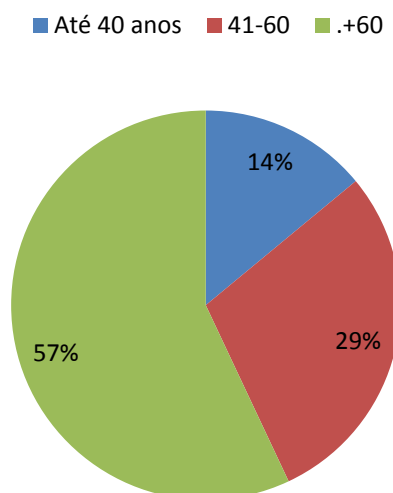
Uma aproximação às Figuras 22 e 23, comparando as famílias em relação ao “grau de instrução dos chefes das famílias”, constatamos uma significativa diferença em termos percentuais, quando a variável é “ensino fundamental completo” – monoativas (70%), pluriativas (20%). A diferença persiste quando a variável é “ensino médio incompleto”: as monoativas (25%) e as pluriativas (40%) e, também, a variável “ensino médio completo”: monoativas (5%) e pluriativas (40%).

Referenciados nos dados acima podemos apontar que a qualificação formal (escolar) influencia a prática da pluriatividade. O grau de escolaridade interfere, decisivamente, nas estratégias usadas para se tomar as decisões, seja pessoal e/ou familiar (chefe e/ou membros da família), acerca do compartilhamento das atividades: na agropecuária e nos demais setores da economia local.

Como já falei, é muito difícil conciliar as duas coisas, eu sou funcionário público hoje graças a deus passei num concurso, mas gostaria de estar na agricultura, mas foi um meio que encontrei para ter o suficiente, como por exemplo, para conseguir dinheiro e conciliar e ajudar a família, porque às vezes quando você estar na agricultura, quando você estar trabalhando e você vai vender o seu produto o dinheiro não é suficiente para manter o que os filhos precisam e então com o tempo a gente vem tendo essas dificuldades. A natureza não tem contribuindo, as chuvas são irregulares e você termina tendo prejuízo, então é muito difícil conciliar as duas coisas, você tem que sair do seu horário, você tem que tirar do seu horário, no caso eu tinha que ter também o trabalho na prefeitura como servidor público, e o resto do horário que me sobra para manter a agricultura (AGRICULTOR e FUNCIONÁRIO PÚBLICO, 58 anos).

Para aprofundarmos a inserção do agricultor familiar no mercado local agregamos a variável “idade do chefe de família”. A questão que se coloca é: a idade representa um diferencial importante na absorção da mão de obra. Na figura 24 - reunimos os dados das famílias monoativas.

Figura 24 – Idade do Chefe da Família (monoativas)



Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

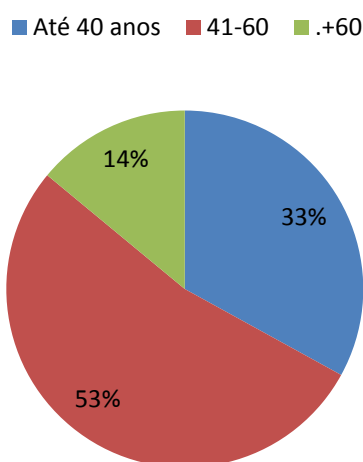
Os dados nos revelam que a idade do chefe das famílias monoativas é elevada, principalmente, para inserção no mercado de trabalho. Com o percentual (57%) acima dos 60 (sessenta) anos, esse dado, é, também, um indicador da presença de um grupo (entrevistados) de aposentados rurais no município de Assunção. Na nossa pesquisa, encontramos 29% dos agricultores com idades entre 41 a 60 anos e, um número pequeno (14%) abaixo dos 40 anos.

Considerando que a aposentadoria rural se dá aos 60 anos para os homens e 55 para as mulheres, concluímos que a maioria dos agricultores do município continua trabalhando, mesmo quando aposentados.

Mesmo aposentado, eu não saio do rural nunca, de maneira nenhuma, por que dentro do rural nós temos sossego, falta de padrão mandão, nós somos donos do nosso próprio nariz, agora só o que falta é mais recurso, em termos de água, por que se nos tivesse mais água, tinha mais riqueza. Não pretendo morar na cidade de maneira nenhuma, pretendo criar e crescer a agricultura, ver os planos do governo para a gente, crescer na agricultura, ter mais lucros, fazer mais volume de lucro em nossa propriedade. Agricultura rapaz é quem sustenta a cidade grande, tudo que vai para a cidade grande nasce na agricultura, não tem atividade melhor que a agricultura, como vai viver o político? O deputado? O senador? E o padre? Sem ela. (AGRICULTOR, 54 anos)

Como vimos na entrevista o agricultor revela sua paixão pela agricultura e que mesmo com as dificuldades não tem a pretensão de abandoná-la, pelo contrário faz planos futuros de melhorias mediante incentivos do governo. Na sequência tentamos investigar a idade do chefe de famílias, dessa vez das famílias pluriativas. Na figura 25 - descrevemos a idade dos chefes das famílias pluriativas, por faixa etária.

Figura 25 – Idade o chefe da família (pluriativas)



Fonte: Pesquisa de campo (2015)

Em comparação das figuras 24 e 25 detectamos algumas singularidades. Nas famílias pluriativas, a maioria das famílias pesquisadas (53%) estava no intervalo intermediário entre 41 a 60 anos. Como contraponto, as famílias monoativas (57%) se posicionam acima dos 60 anos. Mais duas informações importantes, para compor o quadro de observação, apenas 14% da pluriativas estão acima dos 60 anos e 33% estão posicionadas abaixo de 40 anos.

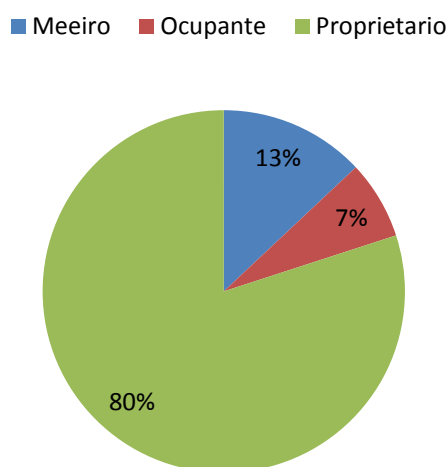
De forma geral as famílias pluriativas se apresentam como mais jovens. Essa característica influencia como indutor da pluriatividade, já que o tipo de pluriatividade predominante, no município, é a intersetorial. Os setores produtivos e de serviços trabalham, também, com a mão de obra proveniente da agricultura. Os processos de seleção são diferenciados, mas, no geral, indicamos que a idade, agregando a ela, a escolaridade, são critérios definidores das escolhas dos trabalhadores para os variados ramos e funções.

A questão que será tratada a seguir é sobre o tipo de vínculo com a terra: se proprietário, ocupante ou meeiro. Interessa-nos compreender se o tipo de vínculo estabelecido

estimula ou dificulta o exercício da pluriatividade. A título de exemplo: se o trabalhador for meeiro ele precisará dividir sua produção com o dono do estabelecimento familiar, no final de cada safra e, assim, limitará os recursos destinados a reprodução social da sua família, provocando, indiretamente, a busca por outras atividades.

Dessa forma, mapeamos as famílias em três denominações: *proprietário*: aquele que possui a terra; *ocupante*: aquele que cuida da terra de outrem, se beneficia do estabelecimento, sem receber nenhum pagamento por isso, apenas, ocupa o espaço, evitando as invasões e/ou roubos, mas sem a segurança da permanência; e os *meeiros*, (termo comum usado pelos agricultores na localidade da pesquisa) compartilha a sua produção com o dono da terra, podendo ser a metade da produção, ou não. O termo meeiro se origina dessa divisão. A figura 26 traz os resultados obtidos.

Figura 26 – Vínculo com a terra das famílias monoativas

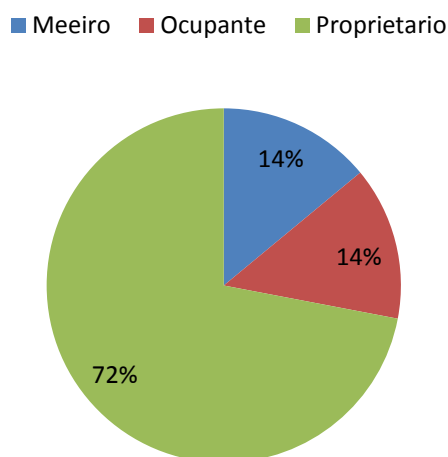


Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

Na variável “posse da terra”, para as famílias monoativas, verificamos que os agricultores de Assunção estão em uma situação relativamente confortável: 80% tem a propriedade da terra. 13% são meeiros e, apenas, 7% ocupam a terra de outrem. No entanto, estamos tratando de terras pequenas, situadas no semiárido paraibano e marcadas pelas adversidades climáticas e ambientais (chuvas abaixo da média).

Em relação às famílias pluriativas, procuramos verificar qual o tipo de vínculo também com a terra e se essa variável estaria influenciando nas estratégias de inserção no mercado de trabalho por parte dos membros dessas famílias.

Figura 27 – Vínculo com a terra das famílias pluriativas

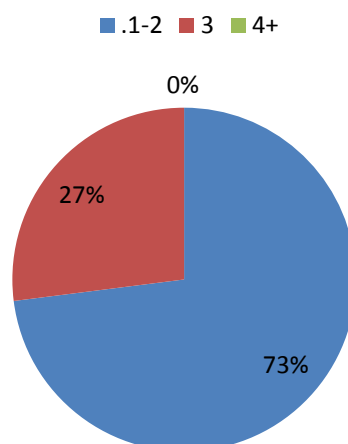


Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

A partir da figura 26 e 27, vemos que essa variável, vínculo com a terra, os agricultores de ambos os grupo se mostraram em condições confortáveis com índices de 80% e 72% para as famílias monoativas e pluriativas respectivamente, um dado considerado muito positivo senão fosse o reduzido tamanho das terras ou a qualidade da maioria do solo, conforme citado acima, portanto essa variável não está influenciando a pluriatividade.

Na sequência procuramos descobrir uma média da quantidade de membros por família que procuram outras atividades estranhas a agropecuárias, como forma de saber da intensidade da prática da pluriatividade e ter uma noção do número de pessoas que estão empregados em outras atividades, tendo a consciência que mesmo o agricultor procurando essas atividades continuarão, conforme relatos, sempre reservando um pouco de seu tempo para a agricultura: na hora de descanso para o almoço, de madrugada antes do início do expediente ou finais de semana.

Figura 28 – Número de membros que trabalham fora

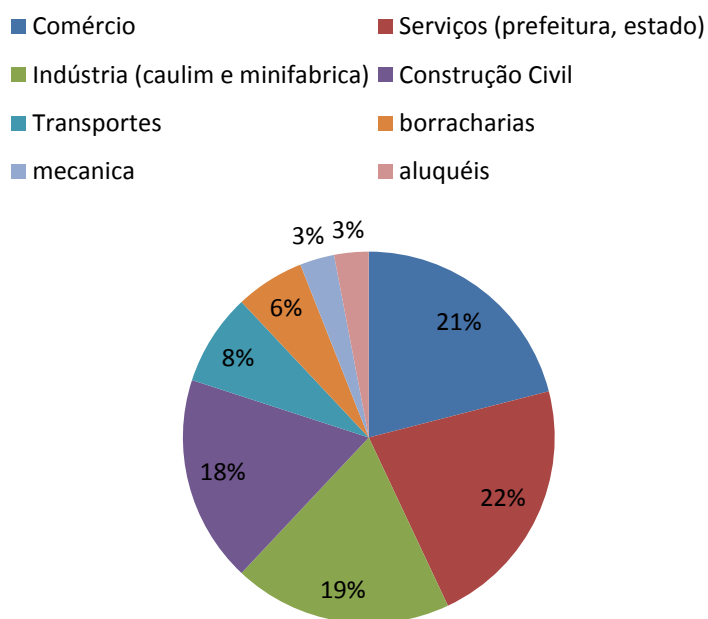


Fonte: Pesquisa e Campo (2015)

A partir dos dados expostos, verificamos que, na maioria das famílias, até duas pessoas estão envolvidas com “outras atividades” (extrativismo mineral, comércio e serviços, entre outras) distintas das atividades tradicionais (agricultura e pecuária), demonstrando o potencial da pluriatividade no município estudado (73%). Esta constatação reforça o mapeamento realizado a partir dos dados do IBGE (2010) que apresenta um quadro local propício a pluriatividade.

Com base nos dados trabalhados ao longo dessa pesquisa vimos que alguns setores propiciam trabalhos “extras” as famílias dos agricultores. Nessa próxima enquête procuramos saber quais os setores onde essas pessoas que desenvolve outras atividades diferentes estariam trabalhando e assim termos uma noção da distribuição por setores x postos de trabalhos na época dessa pesquisa agosto/2015. Para isso questionamos as famílias onde estariam trabalhando os seus membros que procuravam essas outras atividades, mesmo considerando as observações da maioria das famílias que essas atividades seriam passageiras ou divididas por turno de trabalho e que esse agricultores jamais abandonaria de vez a agricultura, uma vez chegasse o período de chuvas essas famílias voltavam a praticar a plantação e a criação de animais. Os resultados dessa enquête está na figura 29.

Figura 29 – Onde se dava essa outra atividade



Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

O gráfico 29 nos mostra onde estava se dando essa outra atividade do agricultor familiar do município de Assunção, mostrando certa semelhança com os dados divulgados com o IBGE 2010. Na nossa amostra das famílias pluriativas que tinha seu(s) membro(s) desenvolvendo sua atividade diferente da agropecuária, apareceu o setor de serviços, com destaque para a prefeitura maior empregador, com cerca de 22% dos membros das famílias entrevistadas, seguida de 21% no comércio e 19% indústria de beneficiamento do caulim e tijolos e 18% na construção civil.

Com vimos ao longo do trabalho várias variáveis foram sendo pesquisadas /estudadas no sentido de verificar quais tinham certa influência na prática da pluriatividade, como nível de instrução dos chefes das famílias, tamanho dos estabelecimentos, composição da renda, setores de empregabilidade, número de membros por família que praticava a atividades, dentre outras e com isso passamos a conhecer como esse fenômeno social estava se dando dentro do município de Assunção. No entanto temos a convicção que a manifestação desse fenômeno exige estudos com mais variáveis, com mais aprofundamentos já que envolve valores sociais e culturais, muitos subjetivos para ser apurados de forma absoluta num único estudo, no entanto acreditamos ter contribuído de alguma forma no entendimento da sua manifestação como também mostrado algumas relações e condições objetiva ou subjetiva que estimulam essas famílias a buscarem a pluriatividade.

Considerações finais

O conhecimento sempre é muito curioso você começa a pesquisa com o intuito de buscar respostas a determinadas inquietações e termina o trabalho com suas contribuições parciais, mas com outros questionamentos e outras inquietações em cada hipótese, mostrando a relatividade do conhecimento e tendo a consciência que futuramente será preciso retomar o trabalho para aprofundar as reflexões voltadas ao tema, uma vez que os processos sociais estão sempre em movimento transformando as suas relações.

Com esse trabalho foi possível analisar as influências da pluriatividade na Agricultura Familiar do município de Assunção no Cariri Ocidental paraibano e suas implicações para a dinâmica do desenvolvimento local, como uma estratégia desenvolvida pelos agricultores familiares no sentido da sua reprodução social, uma melhor condição de vida e uma maior possibilidade de dinamização na economia local.

Na pesquisa foi possível alcançar um maior conhecimento do papel do setor agropecuário, a infraestrutura disponível no município, assim como os fatores que inibiam ou estimulavam a pluriatividade. O setor agropecuário se mostrou ainda muito representativo com aproximadamente 200 agricultores filiados no sindicato rural do município.

Essa quantidade de filiados ainda demonstra a importância do setor para o município, no entanto as condições naturais como solos rasos, pedregosos, arenosos e assentados no cristalino (rocha impermeável), impede o armazenamento de água no subsolo, para futura utilização em período de estiagens na irrigação das culturas, impossibilitando a regularidade da produção. Nos últimos anos houve um agravamento dessa situação no que diz respeito ao baixo potencial de chuvas e a sua má distribuição ao longo do ano e dessa forma esse quadro foi apontado pelos agricultores familiares como o maior obstáculo para as atividades agropecuárias locais e que aliado ao tamanho reduzido das terras, lhes pressionam a procurar outras atividades principalmente em outros setores produtivos, caracterizando a pluriatividade, como uma forma de complementação ou uma busca de regularidade na renda necessária à sobrevivência do agricultor e de sua família.

Os agricultores ressaltaram que nos últimos quatro anos (2012 a 2015) a média de chuvas não chegou a 300 mm anuais, contribuindo para um ambiente ainda mais desfavorável a produção. Vale lembrar que um dos critérios para a inclusão da área no semiárido são volumes de chuvas anuais abaixo de 800 mm, e no município de Assunção em toda sua

história não se tem registro que o acumulado anual de chuvas chegou a esse limite, demonstrando a gravidade da situação dos agricultores familiares do município, caso vivessem exclusivamente de renda agropecuária.

Ao analisar a infraestrutura disponível no município outros setores mostraram-se produtivos e com capacidades de demandarem mão de obra, com destaque para os setores de serviços, extrativismo mineral, caulim e argila na fabricação de tijolos, além da construção civil e o comércio como os principais setores que geram a maioria dos postos de trabalho, possibilitando a inserção dos agricultores em outros setores produtivos. Denotando que o tipo de pluriatividade predominante no município e a do tipo intersetorial, ocorrido por conta da integração entre os setores e os espaços rural e urbano.

Quando passamos a investigar os fatores que influenciam ou dificultam a prática da pluriatividade, notamos que as famílias pluriativas demonstraram serem maiores que as monoativas. Já em se tratando de concentração de terras, as resposta a essa questão deixa claro que as famílias possuem estabelecimentos rurais muitos pequenos, tanto as famílias monoativas como as pluriativas, sem contar que a qualidade dessas terras é baixa e dessa forma dificulta a produção mesmo em ano com maiores volume de chuva, conforme relata alguns agricultores. Nestes termos a solução encontrada é a procura de atividades em outros setores seja de forma permanente ou sazonal em épocas de secas ou entressafra ou mesmo de forma definitiva como concursos públicos.

Nesse ponto devemos ressaltar que as atividades não agrícolas estão divididas por características próprias no critério temporal: em algumas situações como os serviços nos órgãos públicos ou comércio tem um caráter mais permanente, enquanto em outras atividades não agrícolas praticadas pelos agricultores como a indústria do caulim e dos tijolos possui características mais sazonais, com o ciclo produtivo contrário ao agropecuário, no período de chuvas diminuem a produção com as cheias nas minas e barreiros de argila, forçando o agricultor voltar para seus roçados nos períodos de chuvas.

Já com agricultores que trabalham na prefeitura ou no comércio de forma permanente no período de chuvas optam por ficarem nas duas atividades de forma que os trabalhos na agropecuária são feitos nos intervalos de almoços feriado e finais de semana. O fato é que chegando as chuvas, esses agricultores voltam a praticar a agricultura na sua grande maioria, portanto não demonstraram deixar a agricultura em definitivo e se tornar famílias rurais não-agrícola, como acontece na região sul, como apontam estudos do professor Carlos Schneider.

As atividades não agrícolas acabam dinamizando a economia local de forma geral, uma vez que injetado dinheiro no município gera um conjunto de atividade criando um ciclo produtivo: quando se compra no comércio, esse aciona o fornecedor, que aciona o produtor possibilitando a dinamização da economia com um todo conforme as entrevista de comerciantes locais.

Sabemos da grande dimensão subjetiva e objetiva que perpassam a atitude de buscar outras fontes de renda em função das variáveis envolvidas que implicam na escolha de formas de se buscar o sustento da família, não alcançamos e nem tínhamos a pretensão de alcançar essa magnitude nesse trabalho. No entanto, algumas hipóteses foram confirmadas como as condições naturais aliados ao volume e a irregularidade de chuvas influenciam decisivamente no sentido de não se ter uma produção regular, durante todo ano dificultando o acesso aos programas governamentais para o comércio dos produtos dos agricultores familiares. Percebeu-se também que a pluriatividade está fixando o agricultor no município evitando o êxodo rural e o aumento de problemas urbanos nos grandes centros.

Foram verificados também duas divisões na empregabilidade do município com diferentes características nas atividades desenvolvidas: as pessoas com maior escolaridade geralmente estão indo para os serviços através dos concursos da própria cidade e cidades circunvizinhas passando a receber o salário mínimo com maior segurança e regularidade nos rendimentos, enquanto os postos de trabalhos com fracas relações trabalhistas ou trabalho braçal ficam reservados aos agricultores com menos escolaridade como os setores da construção civil ou extração ou beneficiamento do caulim e fabricação de tijolos, sujeito a condições menos regulares nas relações de trabalho com uma maior precarização.

No município ficou observado que a linha de separação entre rural e urbano é meramente simbólica uma vez que as atividades estão muito entrelaçadas tendo pessoas que trabalham no rural e moram na zona urbana e outras ao contrário trabalham na zona urbana e moram zona rural, o que torna os números de urbanização para o município segundo o IBGE, duvidosos ou equivocados revelando que o município pode ser mais rural do que se aponta.

De forma geral a pluriatividade do município contribui significativamente no sentido de regularizar os rendimentos das famílias, evitando a migração para outros municípios ou regiões tão comuns em décadas passadas, criando ciclo produtivo e contribuindo para relativo desenvolvimento local. No entanto merece destacar que os ganhos com as atividades não agrícolas são de baixa remuneração, com média de um salário mínimo, de importante ajuda as famílias, mas que estar muito longe de cumprir um papel no sentido de completa autonomia.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **O Futuro das regiões rurais**. Editora UFRGS. Porto Alegre, 2003.
- _____ (1992), **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Anpocs/Unicamp/Hucitec.
- ABRAMOVAY, R. e VEIGA, J. E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. In: Texto para Discussão, nº 641. Brasília: FIPE/IPEA 07/97. 1999, 47 p.
- ABROMOVAY, R.; MORELLO, T. F. **A democracia na raiz das novas dinâmicas rurais brasileiras**. In: INTERNATIONAL CONFERENCE DYNAMICS OF RURAL TRANSFORMATION IN EMERGING ECONOMIES, 2010, New Delhi, India. Conference Report. New Delhi: [s.n], 2010. 25. p. April 14-16, 2010.
- ALENTEJANO, P.R.R. **Pluriatividade: uma nova noção válida para análise da realidade agrária brasileira**. In: TEDESCO, J.C.(organizador). *Agricultura Familiar: Realidades e Perspectivas*, Passo Fundo: EDIUPF, 1999.
- ALVES, M. O.; VALENTE JR., A. S.; BRAINER, M. S. C. P. **Pluriatividade no espaço rural do pólo Baixo Jaguaribe**. Fortaleza, Ceará: BNB, 2006. (Série Documentos do ETENE, n. 11).
- ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Texto trabalhado durante o 3º Módulo do Curso Regional de Formação Político-sindical da região Nordeste/2007.
- ANJOS, Flavio Sacco; Godoy, Wilson Itamar; Caldas, Nádia Velleda; Gomes, Mário Conill. **Agricultura familiar e políticas públicas: impacto do PRONAF no Rio Grande do Sul**. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 42, n. 3, p. 529-548, jul./set. 2004.
- ANJOS, F.S. DOS; CALDAS, N. V. **Pluriatividade e sucessão hereditárias na agricultura familiar**, In; SCHNEIDER, S. (Org). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre; editora da UFRGS, 2006.
- AQUINO, Joacir Rufino de; et al: **Dimensão e localização do público potencial do PRONAF “B” no Brasil: Uma análise a partir do censo agropecuário 2006** - 49º Congresso da Sober Belo Horizonte MG, Julho 2011.
- AQUINO, Joacir Rufino de; et al: **Agricultura Familiar no estado da Paraíba: uma análise a partir de tabulações especiais do censo agropecuário 2006** - 51º Congresso da Sober Belém-PA, Julho 2013.
- AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. **12 Anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996/2008): uma reflexão crítica**. Revista de Extensão e Estudos Rurais. Viçosa/MG, v. 1, n. 2, p. 309-347, jul./dez. 2011.
- BAGNASCO, A. **La función de las ciudades en el desarrollo rural: la experiencia italiana**. In: *Políticas Agrícolas*, Nº Especial, Taxco, México, 1997.

BELIK, W.; CHAIM, N. A. **O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento.** Revista de Nutrição, v.22, n.5, p.595-607, 2009.

BENATTI, J. H. **Apropriação privada dos recursos naturais no Brasil: Séculos XVII ao XIX (Estudo da Formação da propriedade privada).** In: Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, v. 2: Formas dirigidas de constituição do campesinato. Neves, D. P. (Org.). – São Paulo: Editora UNESP; Brasília - DF: NEAD, 2009.

BLAKELY, E. J.; BRADSHAW, T. D. **América Rural: un nuevo contexto.** Agricultura y Sociedad, Madrid, n.36/37, 1985.

BRASIL. **Lei nº 8.913 de 12 de julho de 1994.** Dispõe sobre a municipalização da merenda escolar. Diário Oficial da União, 1994; 13 jul. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8913.htm. Acesso em 15 de setembro de 2014.

BRASIL. Ministério da Integração nacional. **Nova delimitação do semiárido brasileiro. Brasília: Ministério da Integração Nacional.** Disponível em <https://www.mds.gov.br>. Acesso em 29 julho de 2015.

BUAINAIN, Antônio Márcio; Romeiro, Ademar; Guazirolí, Carlos: **Agricultura Familiar e o novo mundo rural.** Revistas Sociologias, Porto Alegre, n.10, p. 312-347, 2003.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. **Recent development patterns and Challenges of Brazilian agriculture.** In: conference on multi-country research dialogue on emerging economies in the new worlds order promises: pitfalls and priorities, 2010, New Delhi. **Proceedings...** New Delhi: ICRIER:IDRC-CRDI, 2010, p. 1-49.

BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. Introdução. In: BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. (Coord.). **Emprego e trabalho na agricultura brasileira.** Brasília, DF: IICA, 2008. p. 19-62. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 9).

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de: **Agricultura Familiar e Ruralidade em Ouro Fino-MG / Regina Aparecida Leite de Camargo.** --Campinas, SP: [s.n.], 2010.

CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. (orgs.). **O Novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização.** Brasília/DF, Embrapa/UNICAMP, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamorion. **Escravo ou Camponês? O protocampesinato negro das Américas.** São Paulo, Brasiliense, 1987.

CARNEIRO, M. J. **Em que consiste o familiar da agricultura familiar?** In: Costa, L. F. C; Flexor, G.; Santos, R. (Org.). Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Mauad, 2008. P. 255-269.

CARNEIRO, M. J. **Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica.** In: SCHNEIDER, S. A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2006.

CARNEIRO, M. J. **Do rural e do urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade?** In: II Seminário sobre o Novo Rural Brasileiro. Campinas IE/Unicamp, outubro de 2001.

CARNEIRO, M. José: **Política de desenvolvimento e o novo mundo rural** – Campinas: Unicamp, 1999.

CARNEIRO, M. J. **Políticas públicas e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf.** *Revista Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, n. 8, 1997.

CARNEIRO, M. José. **Pluriatividade no campo.** 16º Encontro Anual da ANPOCS realizado em Caxambu, em 1992, no GT Processos Sociais Agrários.

CHAYANOV, A. V. (1974), **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires, Nueva Visión.

CONTERATO, Marcelo Antônio; SCHNEIDER, Sérgio: **A pluriatividade e os meios de vida dos agricultores familiares**, 2008.

CONTERATO, M. A. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul.** 290 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

CONTERATO, M. A. **A mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai/RS: um estudo de caso no município de Três Palmeiras**, Porto Alegre, UFRGS/PGDR. (Dissertação), 2004.

CRUZ, Suenya Santos. **O fenômeno da pluriatividade no meio rural: atividade agrícola de base familiar.** *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 110, p. 241-269, abr./jun. 2012.

DEL GROSSI, M. **Agricultura familiar no Censo Agropecuario 2006.** (Documento em formato PowerPoint apresentado no 49º. Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, realizado em Belo Horizonte/MG, em julho de 2011).

DEL GROSSI, M. & SILVA J.G. **Novo rural: uma abordagem ilustrada.** Instituto Agrônomo do Paraná, Londrina, PR, 2002.

DEL GROSSI, M.; GRAZIANO, J. **Ocupação nas famílias agrícolas e rurais no Brasil, 1992-1997.** In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Eds.). *O novo mundo rural.* São Paulo: Embrapa Meio Ambiente, 2000. v.1.

FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico.** Projeto UFT/BRA/036/BRA. Brasília: Incra, 1996. 24p.

FAO/ INCRA. **Diretrizes de política Agrária e de desenvolvimento sustentável.** Relatório final de projeto, UTF/ BRA, Nº 36, Brasília-DF, 1995.

FORMAN, S. **Camponeses: sua participação no Brasil**. Ed. Paz e terra, Rio de Janeiro, 1979.

FULLER, A. M. **From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe**. Journal of Rural Studies, 1990.

FRANÇA, C. G. de; DEL GROSSI, M.; MARQUES, V. P. M. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.

GAMA, A. **Indústria e produção de um espaço rural brasileiro peri-urbano**. Revista Crítica de Ciências Sociais, Portugal, 1987.

GIRARDI, Eduardo Paulo. **Preposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira. 2008**. Tese (Doutorado em Geografia) no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), da Unesp de Presidente Prudente/SP.

GOMES, Horieste: **A produção do espaço geográfico no capitalismo**; Editora Contexto, São Paulo, 1991.

GRAZIANO, Silva José. **O novo rural Brasileiro**, Campinas, 1999 SP. UNICAMP-IE.(Coleção Pesquisas, I).

GRAZIANO, Silva José. **O novo rural brasileiro. XXIV Encontro Nacional de Economia. RJ: Anpec, 1996**.

GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A.; Di SABATTO, A.; BITTENCOURT, G. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**, Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

KAUTSKY, K. (1980), **A questão agrária**. Portugal, Proposta.

HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros, **Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para agricultura familiar**. Revista Sociedade e Natureza, Uberlândia v. 25, n.3 p.469-483, set./dez.2013.

IBGE. Censo Agropecuário 2006. Estrutura Fundiária. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodico/51/agro_2006.pdf>acesso 27/ago.2015.

IBGE CIDADES@. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=> .Acesso 25 de julho de 2015

IBGE, Censo Agropecuário. **Agricultura Familiar. Primeiros resultados**. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. MDA/MPOG, 2010.

JULIÃO, F. **O que são ligas camponesas? (1962)**. In: Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas, v.1}organização Clifford Andrew Welch...[et al] – São Paulo: editora UNESP; Brasília DF: Núcleo de estudos Agrários e Desenvolvimento rural, 2009.

LAURENTI, A. C. **Terceirização na Produção Agrícola: a dissociação entre a propriedade e o uso dos instrumentos de trabalho na moderna produção agrícola.** Londrina, IAPAR, 2000.

MATTEI, Lauro. **A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade.** Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 45, n. 4, p. 1055-1073, out./dez. 2007.

MDA/SAF/PRONAF. **Plano safra da agricultura familiar 2006/2007.** Brasília: MDA/SAF, 2006.

MDA/INCRA/FAO (2000). **Novo retrato da agricultura familiar – o Brasil redescoberto.** Brasília.

MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil agrário.** Ed. Pioneira, São Paulo, 1973.

MENDRAS, H. **Sociedades Camponesas.** Ed. Zahar, Rio de Janeiro: 1978.

MENDRAS, H. **La fin des Paysans: suivi d'une réflexion sur la fin des paysans vingt ans après..** Paris: Actes Sud, 1984. 446 p.

MEDEIROS, S. S. et al. **Sinopse do Censo Demográfico para o Semiárido Brasileiro.** Campina Grande: INSA, 2012.

MINGIONE, E. e PUGLIESE, E. **A difícil delimitação do urbano e do rural.** Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 22, 1987, p. 83-99.

MOURA, J. M. B. de. **Ruralidades em perspectivas: trajetórias de famílias agricultoras e metamorfose do mundo rural – o caso do município de Jaboatão dos Guararapes – PE.** 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2013.

MOREIRA, R. **Ruralidades e globalização: ensaiando uma interpretação.** CPDA-Ruralidades, nº1, 2002.

NASCIMENTO, C. A. **Pluriatividade, Pobreza Rural e Políticas Públicas.** 226 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
NASCIMENTO, Carlos Alves. Pluriatividade, pobreza rural e serviço doméstico remunerado. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 42, n. 2, p. 341-364, abr./jun. 2004.

NASCIMENTO, Carlos Alves. **A pluriatividade das famílias rurais no Nordeste e no Sul do Brasil: pobreza rural e políticas públicas.** Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 18, n. 2, p. 317-348, ago. 2009.

NAVARRO, Z. **Por que não houve (e nunca haverá) reforma agrária no Brasil?** In: Antônio Márcio Buainain, Eliseu Alves, José Maria da Silveira, Zander Navarro. O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola– Brasília, DF : Embrapa, 2014.

“Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro”, Revista Estudos Avançados, 16 (44): 83-100, 2001.

NAVARRO, Zander; PEDROSO, Maria Thereza Macedo: **Agricultura Familiar: E preciso mudar para avançar**. Embrapa Informação Tecnológica. Brasília DF- 2011.

NEVES, D. P. **Agricultura Familiar: quantos ancoradouros!** In: Fernandes, B. M; Marques, M. I. M.; Suzuki, J. C (Org). Geografia agrária: teoria e poder. São Paulo: Expressão popular, 2007.

NIEDERLE, P. A. **Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões, RS**. Porto Alegre, UFRGS/PGDR. (Dissertação), 2007.

O’CONNOR, D.; RENTING, H.; GORMAN. M.; KINSELLA, J. **Driving rural development: policy and practice in seven EU countries**. Assen, The Netherlands, Van Gorcun, 2006.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e conflito de classes**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.

PALACIOS, Guillermo, **Campesinato e escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na Capital Geral de Pernambuco (1700 -1817)**. Brasília, Editora da Unb, 2004.

PERICO. R.E., RIBEIRO. M. P. **Ruralidade, territorialidade e desenvolvimento sustentável**. Tradução de Dalton Guimaraes. Brasília: IICA, 2005.

PEREZ-MARIN, A. M.; SANTOS, A. P. S. **O semiárido brasileiro: riquezas, diversidades e saberes. Campina Grande**: INSA/MCTI, 2013.

PICOLOTTO, E. L. **As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. 289 f. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PRADO Jr, Caio. **A questão agrária**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1966.

PLOEG J. D. van der et. Alii. **Rural Development: from practices and policies towards theory**. Sociologia Ruralis, Netherlands, 40 (4): 391-407, 2000.

PLOEG, J. D. van der. **El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización**, in E. S. Guzman (ed.), *Ecología, campesinado y historia*, Espanha, Las Ediciones de la Piqueta, 1992.

PLOEG, J. D. V.; RENTING, H. **Impact and Potential: a comparative review of European rural development practices**. The Netherlands,, Sociologia Ruralis, Vol. 40, n 4, 2000.

RAY, C. **The EU LEADER Programme: rural development laboratory**. The Netherlands, Sociologia Ruralis, Vol. 40, n 4, 2000.

RODRIGUEZ, J. L. (Coord.). **Atlas Escolar Paraíba: espaço geo-histórico e cultural**. 4. Ed. ampl. e atual. João Pessoa, PB: Editora Grafset, 2012.

SABOURIN, E. **Será que existem camponeses no Brasil?** Palestra do 47º Congresso da SOBER – Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2009.

SANT'ANA, Antônio Lázaro e Costa, Vera Mariza Henriques de Miranda. **Produtores familiares e estratégias ligadas à terra**. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 42, n. 4, p. 663-683, out./dez. 2004.

SAMPEDRO GALLEGO, R. **Gênero y ruralidade. Las mujeres ante el reto de la desagrarización**. Madrid: Ministerio de Trabajo y Assuntos Sociales/Instituto de la Mujer, 1996.

SALLUM JUNIOR, B. **Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 35-55, jun. 2003.

SILVA, M. L. Osório; **Terra, Direito e Poder - o latifúndio improdutivo na legislação agrária brasileira**, Boletim da ABA. n.27, 1997.

SCHNEIDER, S.; Aquino, J. R: **O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro** in: Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil, Schneider S.; Grisa, C. (Org) Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

SCHNEIDER, S. **Reflexões sobre diversidade e diversificação agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural**. RURIS: Revista do Centro de Estudos Rurais, Campinas, v. 4, n. 1, mar. 2010.

SCHNEIDER, S.; CASSOLA, A. **El perfil agrícola de la agricultura familiar em Brasil. In: LA AGRICULTURA familiar em América Latina: un nuevo análisis comparativo**. Santiago: Fida: Rimisp, 2014. 257 p. Reporte de pesquisa Análisis de pobreza y desigualdade rural em América Latina. No prelo.

SCHNEIDER, S. **La pluriactividad en el medio rural brasileño: características y perspectivas para la investigación**. In: GRAMMONT, H. C. de; MARTÍNEZ VALLE, L. (Comp.). La pluriactividad en el latinoamericano. Quito: Flasco, 2009. v. 1, p. 132-161. (Foro).

SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A. **Transformações agrárias, tipos de pluriatividade e desenvolvimento rural: considerações a partir do Brasil** In: NEIMAN, G.; CRAVIOTTI, C. (compiladores.). Ente el campo y la ciudad.-Desafios y estrategias de la pluriactividad em elagro. Buenos Aires: Fundacion Centro Cultural Comunicación, Cultura y Sociedad (CICCUS)p.307-349, 2005.

SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A. **Transformações agrárias, tipos de pluriatividade e desenvolvimento rural**. In: NEIMAN, G.; CRAVIOTTI, C. (orgs.). Ente el campo y la ciudad. Ediciones CICCUS. Buenos Aires, 2006.

SCHNEIDER, S. **Trends and matters in rural development studies in Brazil**. XXII Congresso of the European Society for rural Sociology “ Mobilities, Vulnerabilities and

Sustainabilities: new questions and challenges for rural Europe” Wageningen, the netherlands, 20 -24 August 2007.

_____. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2006.

_____. **A Pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro**. Caderno do Ceam, Unb. v.5, nº 17. 2005.

_____. (2003) **Pluriatividade na Agricultura Familiar**, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 354P. n.

_____. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-122, fev. 2003.

_____. **Dinâmica local do desenvolvimento rural do Rio Grande do Sul: um estudo de caso no município de Veranópolis na Encosta Superior da Serra do Nordeste**. Porto Alegre, 2002. Relatório técnico de pesquisa.

SCHENATO, V. C. **Identidades, Diferenças e Tensões: Um estudo sobre o campesinato em contextos sociais rurais do Sul e do Nordeste brasileiro**. 331 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

SEYFERTH, G. **Camponeses ou operários? O significado da categoria ‘colono’ numa situação de mudança**. Revista do Museu Paulista, São Paulo, v. 29, p. 73-96, 1984.

SEYFERTH, G. **Aspectos da proletarização do campesinato no Vale do Itajaí (SC): os colonos-operários**. In: LOPES, J. S. L. (Org.). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. São Paulo, Marco Zero, 1987.

VEIGA, José Eli da; **Neodesenvolvimentismo. quinze anos de gestação**. São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 3, p. 83-94, jul./set. 2006.

_____. **Destinos da ruralidade no processo de globalização**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 51-67, maio/ago. 2004.

_____. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, M. de N. Baudel; **PA Sociologia Rural na América Latina: produção de conhecimentos e compromisso com a sociedade**. in VIII Congresso da ALARSU – Recife – Pernambuco – 2010.

_____. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora de UFRGS, 2009.

_____. **Olhares sobre o “rural” brasileiro**. Campina Grande, Revista Raízes, Vol. 23, nº 1 e 2 (jan-Dez), 2004.

_____. **Agricultura familiar e campesinato: continuidades e rupturas.** Revista estudos sociedade e agricultura, CPDA, n. 21, 2003.

_____. **Raízes históricas do campesinato Brasileiro.** In: TEDESCO, João Carlos (org) Agricultura Familiar Realidades e perspectivas. 2001.

_____. **A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil.** Trabalho apresentado no XXIX Encontro anual de Anpocs, Outubro, 2000a.

_____. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas:** o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Revista sociedade e Agricultura, 15: outubro de 2000b. 87-145.

_____. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro.** In: TEDESCO, João Carlos (org.). Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas. 2a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.

_____. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro – XX Encontro Anual da Anpocs - Caxambu/MG, 1996.**

W, CHAIM, N.A. **O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento.** Revista de Nutrição, v. 22, n. 5, p.595-607, 2009.

WELLER, J. **El empleo rural no agropecuario en el istmo centroamericano.** Revista de la Cepal, Nº 62, p. 75-90 (ago), 1997.

WOLF, E. R. **Sociedades camponesas.** 2. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 150p.